



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
(UFPI)**

**Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(PRODEMA)**

**Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
(TROPEN)**

**Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente
(MDMA)**

**HISTÓRIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA:
A SUA TRAJETÓRIA NO PIAUÍ**

ANA RAQUEL PINTO GUEDES FERREIRA

TERESINA
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)

Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN)

Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA)

ANA RAQUEL PINTO GUEDES FERREIRA

**A HISTÓRIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA:
A SUA TRAJETÓRIA NO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sub-Programa Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Veloso Filho

TERESINA

2008

ANA RAQUEL PINTO GUEDES FERREIRA

**HISTÓRIA DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA:
A SUA TRAJETÓRIA NO PIAUÍ**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Sub-Programa Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste. Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Veloso Filho

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco de Assis Veloso Filho
Orientador

Prof. Dr. José Machado Moita Neto
Membro

Prof. Dr. Ney de Barros Bello Filho
Membro

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão importante da minha vida não poderia deixar de agradecer às pessoas que de maneira direta e indireta contribuíram para a superação dessa etapa:

A Deus, em primeiro lugar sempre, por me conceder o dom da vida, minha saúde, meu trabalho e por me presentear com pessoas especiais;

A meus pais, Deocleciano e Goretti, pelo amor incondicional e por serem os principais responsáveis por esta e qualquer outra conquista que eu venha a alcançar;

Aos meus irmãos por estarem sempre ao meu lado, compartilhando todos os momentos;

À minha sobrinha linda a quem eu tanto amo, pelo sorriso singelo que só ela sabe me oferecer;

À meu grande amor, Alisson, com quem escolhi viver e ser feliz, por toda força, apoio, compreensão, amor, paciência e carinho;

A todos os professores que me enriqueceram com seus ensinamentos, em especial ao Prof. Assis Veloso, a quem dedico uma grande admiração, pela sua orientação e, principalmente, pela sua disposição e paciência;

Ao prof. Newton Clark por ter me apoiado e incentivado quando decidi seguir a área ambiental;

A toda minha família pelo simples fato de existir e pelo cuidado para que eu trilhe sempre o melhor caminho;

Às minhas amigas, aos meus companheiros de turma, aos que fazem a família Tropen, pela convivência e aprendizado mútuo, em especial, à Viviane Scheren, uma das pessoas responsáveis por eu estar aqui, pelo seu apoio, insistência e dedicação em todos os momentos.

RESUMO

O ambientalismo é um movimento global de massas que possui atualmente grande importância nas discussões internacionais, tendência esta que o Brasil acompanha ao longo dos tempos. Esta pesquisa teve como principal objetivo resgatar a história desse movimento no estado do Piauí e analisar suas contribuições para a conservação do meio ambiente. Baseou-se em quadro de referência analítico elaborado a partir das experiências internacional e brasileira e dividido em cinco momentos – protecionismo, conservacionismo, ecologia política, gestão articulada e gestão de sustentabilidade. Em termos metodológicos, para essa construção, utilizou-se os autores McCormick e Almeida, que tratam nos seus livros “Rumo ao Paraíso” e “O bom negócio da sustentabilidade”, respectivamente, sobre o movimento ambientalista no mundo e no Brasil. Também fizeram parte da metodologia deste trabalho as coletas de informações junto às organizações voltadas para o meio ambiente e as consultas a bibliotecas e arquivo público, onde se encontraram registros históricos de acontecimentos relacionados. Para resgatar o movimento ambientalista piauiense partiu-se da identificação das organizações ambientalistas do estado e do levantamento de contribuições das principais entidades para a questão ambiental. Em seguida relacionou-se os fatos e eventos marcantes, como as manifestações de rua, campanhas incisivas e os encontros estaduais, bem como as mobilizações que de alguma forma chamaram a atenção da sociedade e dos poderes públicos e assim contribuíram para a evolução e intensificação do movimento. O ambientalismo piauiense aconteceu bem mais tarde do que no resto do mundo, e por essa razão tem história recente, na qual não figuram os cinco momentos identificados nos quadros de referência nacional e mundial, sendo marcado pela gestão articulada, pois surge em um período da organicidade do movimento por meio da criação de ONGs. Acredita-se que, através do presente trabalho, pode-se contribuir para divulgação e valorização do movimento ambientalista do Piauí, para o fortalecimento da sua atuação e, ainda, para a educação e afirmação de uma cultura ambiental no estado.

Palavras-chave: Movimento Ambientalista - Piauí. Meio Ambiente – Preservação. Meio Ambiente – ONG.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PERCURSO METODOLÓGICO	11
2 MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO MUNDO	15
2.1 Visão Histórica do Movimento Ambientalista	16
2.1.1 Protecionismo/ Preservacionismo	16
2.1.2 Conservacionismo	19
2.1.3 Ecologia Política.....	20
2.2 Conferência de Estocolmo.....	26
2.3 Iniciativas ambientais pós-Estocolmo	29
2.3.1 Comando e Controle.....	29
2.3.2 Gestão Articulada / Integrada.....	30
2.4 Conferência do Rio de Janeiro e desenvolvimento sustentável.....	33
2.4.1 Gestão de Sustentabilidade.....	35
3 MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL	39
3.1 Visão Histórica do Movimento Ambientalista no Brasil	40
3.1.1 Preocupação Pontual.....	41
3.1.2 Protecionismo/ Preservacionismo	42
3.1.3 Conservacionismo	43
3.2 Instituições oficiais.....	45
3.3 Politização da Ecologia	47

3.4	Brasil e a Conferência de Estocolmo.....	50
3.5	Iniciativas ambientalistas pós-Estocolmo no Brasil	52
3.5.1	Comando e Controle.....	52
3.5.2	Gestão Articulada / Integrada	53
3.6	Conferência do Rio de Janeiro (Eco-92)	58
3.6.1	Gestão de Sustentabilidade.....	60
4	MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO ESTADO DO PIAUÍ	65
4.1	Visão Histórica do Ambientalismo no Piauí	65
4.1.1	Movimentos Sociais no Estado.....	66
4.1.2	Antecedentes do Ambientalismo	67
4.2	Movimento Ambientalista no Estado do Piauí.....	78
4.2.1	Primeira ONG: Fundação Ecológica de Piripiri (FUNEP).....	80
4.2.2	Desenvolvimento do movimento: Surgimento das ONGs	83
4.2.3	Interferência do ambientalismo nas instituições.....	90
4.3	Contribuições das ONGs com maior repercussão no Estado	95
4.3.1	Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM)	96
4.3.2	Fundação Rio Parnaíba (FURPA)	100
4.3.3	Instituto Desert	107
4.4	O ambientalismo piauiense no quadro de referência.....	111
	CONCLUSÃO.....	116
	BIBLIOGRAFIA	120

INTRODUÇÃO

A questão ambiental ocupa hoje um relevante espaço político, tendo sua importância reconhecida pelos governos, empresas, entidades comunitárias, igrejas, organizações não governamentais, universidades e outros segmentos sociais. O ambientalismo cresce cada vez mais em abrangência e é tema de discussão em diversas conferências a nível nacional e internacional. Representa um movimento social que expressa as problemáticas relacionadas aos riscos de grandes conseqüências e exige a participação de todos os indivíduos.

Antes de chegar a essa posição de destaque, o movimento ambientalista passou por diversos momentos: protecionismo, conservacionismo, ecologia política, gestão articulada e gestão de sustentabilidade. O ambientalismo, como qualquer outro movimento social, é dinâmico, como bem afirma Loureiro (2006, p. 18):

[...] as formas associativas e as orientações políticas e ideológicas se diversificaram, em uma miríade que deve ser analisada como um todo dinâmico que se movimenta na história. Por esta razão, o que temos são ambientalismos diversos e conflitantes e não um ambientalismo monolítico e idealizado, dentro do qual todos os que se pretendem ambientalistas devem se enquadrar para que possam se legitimar como tal.

O movimento ambiental não teve uma origem bem definida, delimitada no tempo e no espaço, pois não houve um evento isolado ou um marco que se transformasse em movimento de massa. Isto é, ele não começou em um lugar específico para depois se expandir, foi acontecendo em lugares diferentes, em tempos diferentes e por motivos diferentes, através de questões locais.

Ribeiro (2005, p. 46) afirma que a “preocupação em periodizar partiu da percepção de que os eventos não se sucedem em uma ordem que lhes é inata. Ao contrário, ocorrem engendrados desde o seu nascimento, mesmo que sua articulação ocorra de maneira indeterminada”, pois, para ele, “a indeterminação da história – no sentido das discontinuidades que movem o processo – marca as possibilidades que os agrupamentos sociais, voltados à implantação de seu projeto, construíram”.

Dessa forma, o ambientalismo aconteceu através de uma evolução lenta e gradual que culminou com uma revolução conceitual no século XX, de mudança universal e

fundamental nos valores humanos e culturais. Seu início data, didaticamente, do pós-guerra, porque foi a partir desse período que se acentuou a preocupação com a degradação ambiental, com repercussão de maiores dimensões, gerando um movimento mais intenso e global.

Mas a preocupação pontual com a degradação e uso inadequado dos recursos naturais vem antes mesmo de Cristo. De acordo com McCormick (1992, p. 15), em Roma, no século I, Columelo e Plínio já advertiam que o gerenciamento medíocre dos recursos ameaçava produzir quebras de safras e erosão do solo. Platão, por sua vez criticava o desmatamento e a erosão do solo provocada pelo excesso de pastagem e pelo corte de árvores para lenha no século IV a.C.. Mas apesar dessas advertências prévias não havia ainda alarme ou interesse da sociedade pela questão ambiental, pois essa preocupação só teve início depois da Revolução Industrial.

O presente trabalho buscou discutir o desenvolvimento do ambientalismo mundial e nacional para se chegar a uma construção teórica capaz de servir como quadro de referência para analisar esse movimento social no Estado do Piauí. Como ponto de partida, apresenta-se no primeiro capítulo o percurso metodológico utilizado na pesquisa, caracterizado-a e detalhando todas as suas etapas.

O segundo capítulo apresenta a visão geral do ambientalismo no mundo, contando a história desse movimento, a partir de uma divisão de abordagem conceitual, com base em McCormick (1992), desde a sua raiz até a década de 70, em Protecionismo, Conservacionismo e Ecologia Política. Posteriormente, é discutido no período mais recente, nos últimos 30 anos, utilizando a abordagem de Almeida (2002), com a divisão desse período em Gestão Articulada e Gestão de Sustentabilidade, chegando ao final a um quadro de referência do movimento ambientalista mundial.

O terceiro capítulo trata sobre o ambientalismo no Brasil, o qual sofreu muita influência dos movimentos pioneiros europeus e americanos, identificando-se todas as fases encontradas na esfera mundial, com a mesma abordagem conceitual, embora tenha acontecido um pouco mais tarde se comparado a outros países. O início desse movimento no Brasil é aqui descrito, verificando desde ações pontuais até a organização da sociedade em torno da causa ambiental e analisando seu desenvolvimento sob a influência dos acontecimentos mundiais, sobretudo da Conferência de Estocolmo e Eco-92, com a formação de um quadro sobreposto ao mundial com a definição dos cinco momentos: Protecionismo, Conservacionismo, Ecologia Política, Gestão articulada e Gestão de Sustentabilidade.

O quarto capítulo dedica-se ao objetivo principal do presente estudo, o resgate do movimento ambientalista do Estado do Piauí, apresentando o levantamento das primeiras

preocupações e iniciativas voltadas à questão ambiental, as ONGs ambientais e o início propriamente dito do ambientalismo no Estado, o qual só ocorreu quando no Brasil e no mundo o movimento já se encontrava consolidado, fazendo, ao final do capítulo, uma superposição do ambientalismo piauiense dentro do quadro de referência criado.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

A primeira parte do trabalho que versa sobre o desenvolvimento do ambientalismo mundial e nacional é uma pesquisa puramente bibliográfica com a revisão dos principais autores que tratam sobre o movimento ambientalista, para se construir um quadro de referência no qual será baseado a pesquisa desse movimento social no estado do Piauí.

O ambientalismo mundial teve como principal referencial teórico McCormick (1992) e Almeida (2002), se chegando a uma divisão de abordagem conceitual: Protecionismo, Conservacionismo e Ecologia Política, até a década de 70 e, no período mais recente, Gestão Articulada e Gestão de Sustentabilidade. O ambientalismo brasileiro seguiu essa mesma construção teórica por ter sofrido forte influência do movimento mundial, tendo como principal referência Urban (1998) e Almeida (2002).

O último capítulo, objetivo central do trabalho, trata do ambientalismo piauiense e consiste em uma pesquisa histórica original que visa identificar fatos importantes e a organização da sociedade civil em torno da causa ambiental, resgatando como aconteceu o movimento no estado, tomando por base o quadro de referência mundial e nacional com as cinco abordagens diferentes.

O trabalho científico original, de acordo com Cervo e Bervian (2002: 64), é aquele de “caráter inédito, que visa ampliar a fronteira do conhecimento, que busque estabelecer novas relações de causalidade para fatos e fenômenos conhecidos”, ou seja, é quando um determinado assunto é levado a efeito, em parte ou em conjunto, pela primeira vez.

O método das pesquisas históricas consiste em “localizar, avaliar e sintetizar sistematicamente e objetivamente as provas, para estabelecer os fatos e ter conclusões referentes aos acontecimentos passados” (RICHARDSON, 1999, p. 244).

No estudo referente ao Estado do Piauí realizou-se, inicialmente, a pesquisa bibliográfica. Não houve, contudo, êxito nessa etapa devido à ausência de bibliografia sobre o tema, encontrando-se algumas referências sobre movimentos sociais no estado que auxiliaram na compreensão da sociedade piauiense dentro do contexto histórico, mas nenhuma que tratasse sobre o próprio movimento ambientalista.

A etapa seguinte consistiu em uma pesquisa documental, a qual difere da bibliográfica (ressalta-se que nem todos os autores reconhecem essa distinção) por valer-se de “materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser

reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45) e por ter as suas fontes mais diversificadas e dispersas. Foram utilizados para esta etapa documentos de diferentes ordens que, de acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 89), podem ser divididos da seguinte maneira:

- a) primários: quando coletados em primeira mão, como pesquisa de campo, testemunho oral, depoimento, entrevista, questionários, laboratórios;
- b) secundários: quando colhidos em relatórios, livros, revistas, jornais e outras fontes impressas, magnéticas ou eletrônicas;
- c) terciários: quando citados por outra pessoa.

Para a coleta desse material, fez-se, inicialmente, um levantamento das organizações não governamentais existentes no Estado do Piauí, com identificação dos endereços e responsáveis pelas ONGs, através de consultas em cadastros nacionais e regional:

- Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA) criado pela RESOLUÇÃO CONAMA Nº 006/89, instituído com o intuito de obter um banco de dados com registro das Entidades Ambientistas não governamentais do país, cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente.
- Cadastro Nacional das ONGs (CNO), criado pelo Instituto Brasileiro do Terceiro Setor (IBTS), com o objetivo de manter em banco de dados registro das entidades não-governamentais existentes no país, independentemente das atividades definidas em seus estatutos de constituição, devendo ter caráter público não-estatal.
- Cadastro das ONGs filiadas à Rede Ambiental do Piauí (REAPI)

Além dessas consultas, foram colhidas informações junto a prefeituras e órgãos ambientais e a pessoas que atuam na área ambiental, sendo encontradas ONGs de menor porte que não estavam incluídas nesses cadastros. Ressalta-se que, embora se tenha identificado um número significativo de ONGs, sobretudo, as maiores do estado, é possível que algumas não estejam incluídas nesse levantamento.

Após essa identificação, realizou-se contato com os representantes das ONGs para a coleta de informações, buscando conhecer os documentos de criação, regimentos internos e áreas de atuação. Não foi possível, entretanto, colher essas informações de todas as ONGs, devido aos dados (endereço e telefones) de algumas não constarem nos cadastros ou estarem desatualizados.

O cruzamento dessas informações permitiu a construção cronológica do surgimento das ONGs de caráter socioambiental no Piauí e a identificação das principais, conforme a estruturação de suas informações e ações efetivas. Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa mais aprofundada na primeira ONG do Estado e nas três de maior repercussão estadual e nacional, usando como método entrevista com seus representantes e coleta de materiais e documentos diversos que retratassem sobre a sua história.

Como as ONGs representam o fruto do desenvolvimento de um movimento mais amplo, foi a partir delas que foi feito o resgate histórico da mobilização da sociedade civil em torno da causa ambiental, buscando-se a data de criação, a bandeira de luta, a forma como surgiu, os seus fundadores (agentes do movimento), os principais projetos realizados e a efetiva contribuição para a preservação do meio ambiente.

Também foram realizadas entrevistas com atores do ambientalismo no Piauí que, mesmo não estando vinculados diretamente a uma ONG, participaram do movimento, fornecendo subsídio e informações que, muitas vezes, não estão documentadas e permitindo acesso aos acervos pessoais.

Conforme destacado anteriormente, devido à ausência ou escassez de materiais, documentos e registros públicos sobre as ONGs existentes no Estado, a pesquisa teve que se utilizar de análise documental das próprias ONGs, como atas, estatutos, relatórios, projetos, folhetos, informativos e folders que, embora com conteúdos nem sempre imparciais, foram analisados de forma objetiva e atendo-se, sobretudo, aos fatos e acontecimentos históricos.

Outras fontes de informação utilizadas, ainda dentro da pesquisa documental secundária, foram as notícias nos jornais escritos de grande circulação do Estado. Utilizou-se a técnica de amostragem por quotas para fazer esse levantamento, que é um “tipo de amostragem não-probabilística por conveniência no qual estão presentes restrições ou parâmetros preestabelecidos para o número de sujeitos de cada amostra” (APPOLINÁRIO, 2006, p. 13), tendo em vista que se tornaria inviável a pesquisa aleatória, já que existia um tema a ser pesquisado.

Com o intuito de analisar os últimos 30 anos nos três principais jornais do Estado, foi determinada uma data fixa para fazer a busca. Escolheu-se o dia 05 de junho, por se tratar do Dia Mundial do Meio Ambiente, definido na Conferência de Estocolmo, em 1972, usando como parâmetro de escolha a maior probabilidade de encontrar assuntos relacionados ao meio ambiente nesta data.

Os jornais analisados foram O Estado, O Dia e Diário do Povo, cujo acesso se deu no Arquivo Público de Teresina. Esse material foi de extrema importância para pesquisa, pois permitiu a percepção cronológica da repercussão e amplitude do assunto meio ambiente e do próprio movimento no Estado, uma vez considerado que a mídia reflete os anseios e preocupações da sociedade.

Realizou-se também levantamento de dados na Comissão Pastoral da Terra, um dos segmentos da Igreja Católica, verificando a atuação dessa instituição com as causas ambientais. E, embora o objetivo do presente estudo seja o resgate do movimento da sociedade civil, fez-se também o levantamento das datas de criação dos órgãos de meio ambiente e das unidades de conservação federais existentes no Estado do Piauí, a fim de que se pudesse observar seu surgimento dentro do contexto do ambientalismo.

2 MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO MUNDO

O presente capítulo apresenta a visão geral do ambientalismo no mundo, permitindo a construção de um quadro de referência a partir de uma divisão de abordagem conceitual, baseada, no primeiro momento, em McCormick (1992), desde a sua raiz até a década de 70, e nos últimos 30 anos, utilizando a abordagem de Almeida (2002), com a presença de cinco correntes ou momentos ambientalistas: protecionismo, conservacionismo, ecologia política, gestão articulada e gestão de sustentabilidade.

A figura 1, que apresenta a linha do tempo do ambientalismo mundial, destaca informações e fatos que foram muito importantes para o movimento, muitas vezes, representando marcos e, também, permite a visualização didática das cinco correntes ao longo dos anos.

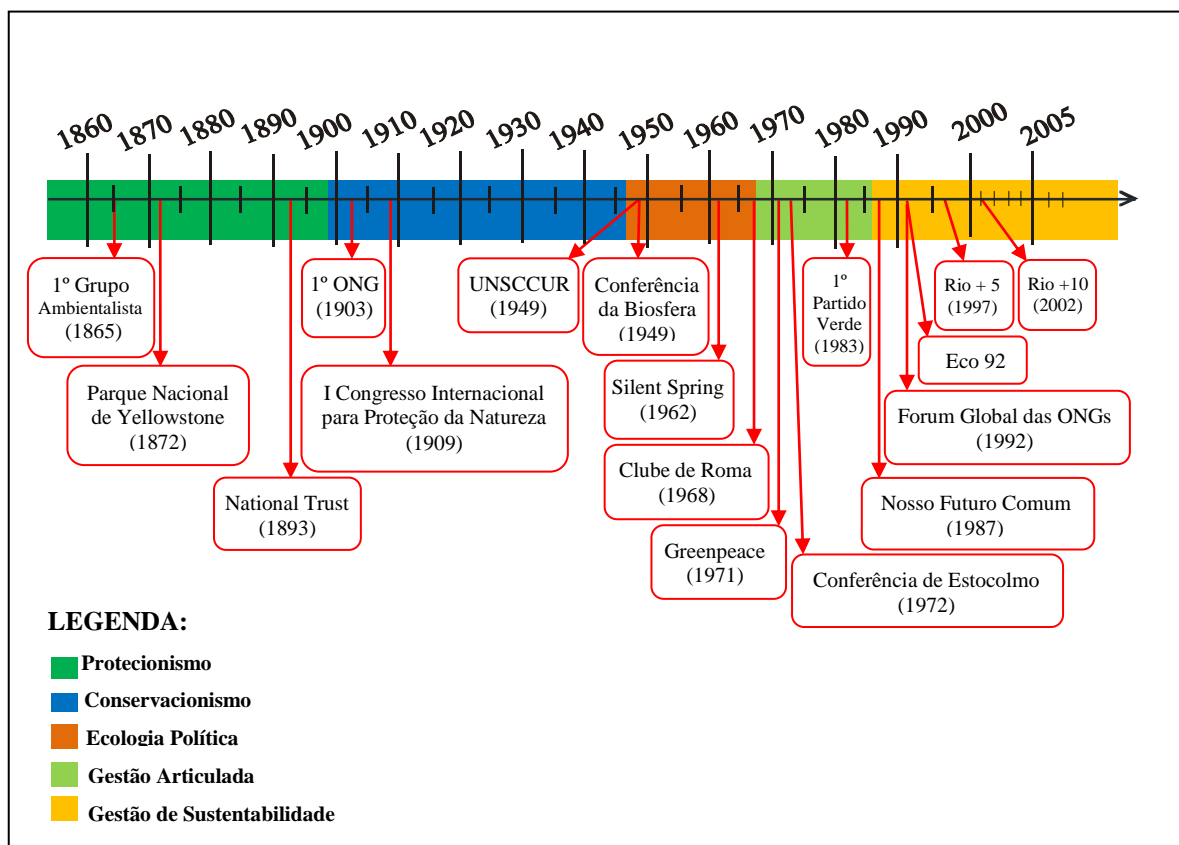


Figura 1 – Linha do Tempo do Movimento Ambientalista no Mundo

2.1 Visão Histórica do Movimento Ambientalista

A história do movimento ambientalista mundial é narrada por McCormick (1992) de forma clara, contextualizada e profunda, trazendo informações completas e precisando datas e acontecimentos, motivo pelo qual a sua obra foi escolhida como a principal referência teórica para o presente trabalho. Para o autor o ambientalismo é percebido em três momentos diferentes: protecionismo, conservacionismo e novo ambientalismo.

2.1.1 Protecionismo/ Preservacionismo

O ambientalismo não tem uma gênese clara e bem definida na história, pois surgiu lenta e gradualmente. Para McCormick (1992) o início de um movimento mais amplo pôde ser percebido pela primeira vez no século XIX, quando nasceram os primeiros grupos protecionistas na Grã-Bretanha.

A origem do ambientalismo britânico deu-se na era vitoriana com o crescimento do interesse pela história natural, durante um período rico em descobertas científicas, onde muito foi revelado sobre as conseqüências da relação de exploração do homem com a natureza. McCormick (1992, p. 23) afirma que houve influência de grandes naturalistas desse período, dentre eles Darwin, com a teoria da evolução, que “sugeriu que o homem era parte integrante de todas as outras espécies”, fazendo com que se modificasse a visão do homem quanto a seu lugar na natureza, nascendo uma consciência biocêntrica em contraposição a antropocêntrica, que não mais percebia o homem como o centro de tudo, um ser superior e independente das demais espécies, passando a rever a sua inter-relação com a natureza e perceber sua responsabilidade sobre esta.

Marcondes (2005, p. 122) ressalta a importante contribuição e influência de Ernest Haeckel, naturalista da Alemanha com grande destaque, que no período protecionista criou o termo ecologia para designar uma nova área da ciência que estudaria as relações dos organismos vivos com o mundo exterior ambiente, com as condições orgânicas e inorgânicas, deixando os animais e vegetais de serem estudados de forma isolada e chamando a atenção para a forma como esses interagem com o meio ambiente, afinal, “os seres vivos estão ligados

de maneira sutis e imprevistas e qualquer ruptura desse desequilíbrio pode ter resultados importantes, porém, na maior parte das vezes, desastrosos”.

Com a deterioração das condições de vida nas cidades industriais britânicas e a ameaça à saúde humana provocada pelas emissões industriais e manufaturas, a sociedade buscou cada vez mais uma compensação através de espaços abertos e contato com a natureza, o que fez surgir na Grã-Bretanha o primeiro grupo ambientalista privado do mundo em 1865: *Commons, Open Spaces, and Footpaths Preservation Society*, que promoveu campanhas pela preservação de espaços para amenidades, particularmente as áreas verdes urbanas.

Através desse movimento de interesse e das pressões promovidas por *Commons Society*, os governos começaram a reservar áreas para o lazer público e surge, segundo McCormick (1992), o *National Trust*, organismo criado em 1893, que objetivava proteger a herança natural e cultural da nação contra a padronização causada pelo desenvolvimento industrial, adquirindo terras e propriedades para preservação.

O movimento protecionista/preservacionista também sofreu grande influência de campanhas contra crueldade aos animais domésticos que já vinha desde início do século, das quais se pode considerar como representante a *Society for the Prevention of Cruelty to Animals*, fundada em 1824 e que tinha forte inserção nas classes média e alta da sociedade britânica, proporcionando uma divulgação das causas protecionistas.

O movimento britânico foi apoiado por amantes da natureza, românticos e primitivistas e teve como uma das primeiras causas protecionistas a oposição à crueldade contra animais selvagens, especialmente, a matança de pássaros para fornecer plumagem para a moda feminina, tema que fez o protecionismo aproximar-se da história natural.

Os debates sobre caça e plumagem na Grã-Bretanha do século XIX atraíram a atenção de alguns naturalistas para os problemas das colônias. Na colônia África Oriental, os animais selvagens atraíam safáris, pois a caça era acessível pela criação do protetorado alemão e britânico, que não podiam caçar em seus países. A partir de 1895, o número de caçadores visitantes cresceu vertiginosamente e o de animais que se prestavam à caça diminuiu.

Segundo McCormick (1992, p. 35), em 1897, por causa das pressões de preservacionistas e de caçadores igualmente preocupados, a Coroa inglesa realizou, em Londres, uma reunião internacional, com o objetivo de discutir a caça indiscriminada nas colônias africanas, por perceber a necessidade de controlar as exportações e comércio que envolviam animais de caça. Deste encontro participaram países que possuíam terras no continente africano e o resultado foi positivo com a celebração do primeiro acordo ambiental

do mundo, denominado de Convenção para a Preservação de Animais, Pássaros e Peixes da África.

Em 1903, a proteção da vida animal nas colônias britânicas ganhou mais espaço e força com a fundação da primeira organização ambiental internacional, a *Society for the Preservation of the Wild Fauna of the Empire*, patrocinada por caçadores e naturalistas. (McCormick, 1992)

Na Austrália, seus primeiros colonizadores, os americanos, viam nas florestas obstáculos para o progresso. E, assim, para que pudessem extrair o máximo e o mais rápido daquela colônia, fizeram uma grande devastação com derrubadas das florestas nas encostas, causando erosão do solo e enchentes e também desmataram grandes áreas para a formação de pastos para criação de ovelhas, levando a um excesso de pastagem e à inutilização de vastas áreas no interior.

Para McCormick (1992) os primeiros sinais de reação ocorreram no final do século XIX, momento em que os governos começaram a reservar áreas costeiras e margens de lagos e rios para o lazer público, e que os parlamentos de alguns países começaram a legislar sobre a proteção de espécies de pássaros e sociedades de história natural foram formadas.

Paralelo a esses acontecimentos na Europa e suas colônias, surgia e desenvolvia-se também nos EUA o protecionismo, crescendo o interesse pelo ambiente natural na América do Norte e seguindo o mesmo trajeto da Europa Ocidental, com o florescimento da história natural e influência do romantismo, havendo uma diferença que era o fato da Europa já ter sido colonizada e explorada há muito tempo e o Oeste da América do Norte estar sendo aberto para colonização naquele período.

Dentro do movimento preservacionista, foi criado na América do Norte, em 1872, o primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, uma área de 800 mil hectares, em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock, tornando-se modelo para outros países.

A fase protecionista foi, portanto, marcada pela proteção total da natureza, sendo o sentido de proteger na percepção de que o meio ambiente deve ser intocável, isolado, sem nenhuma interferência do homem. No final do século XIX, contudo, surge nos Estados Unidos um movimento ambientalista bipartido em que, de um lado, estão os preservacionistas de áreas virgens, que se aproximava do protecionismo britânico; e do outro, o conservacionismo, que era centrado na administração racional dos recursos naturais e que se fundava na tradição de uma ciência florestal racional de vertente alemã.

2.1.2 Conservacionismo

Enquanto os preservacionistas falavam em proteger ou preservar o meio ambiente, excluindo totalmente das áreas virgens qualquer alternativa que não fosse recreação, os conservacionistas falavam na administração racional, na conservação e exploração sustentada. Essa fase conservacionista do ambientalismo defendia o uso e exploração sustentada dos recursos naturais, tais como solo, floresta e água, idéia que serviu de origem para as discussões do que seria mais tarde denominado desenvolvimento sustentável.

Para Eckersley (ECKERSLEY apud TAVOLARO, 2001, p.148), a concepção conservacionista baseia-se na questão de “preservar para melhor e mais prolongadamente desenvolver”, que resgata a natureza e mantém o homem como a grande e fundamental referência desta relação; e em sentido contrário, estaria a concepção preservacionista, em que o essencial é “preservar evitando desenvolver”, acreditando que esta última é um tipo de justificativa para a restrição ao desenvolvimento na medida em que, tradicionalmente, havia procurado singularizar aqueles locais que eram apelos estéticos aos padrões culturais do Ocidente, esquecendo, no entanto, que as duas concepções do movimento teve e ainda tem contribuído para a proteção do meio ambiente.

No início do séc. XX, o ambientalismo conservacionista cresce bastante e se estabelece como um movimento concreto, tendo por muito tempo apoio do governo norte-americano, mas, após a Primeira Guerra Mundial, perde sua conexão com o idealismo da causa e associa-se à mentalidade empresarial, tendo como ponto fraco a sua base unicamente econômica, sem considerar os elementos que não tinham valor comercial, mas que eram essenciais para o seu funcionamento saudável.

McCormick (1992, p. 39) identifica como primeiros passos, rumo a uma organização internacional, a reunião no I Congresso Internacional para Proteção da Natureza, que aconteceu em 1909, em Paris, onde foi discutida a preservação ambiental e verificados os progressos da proteção na Europa, propondo a criação de um organismo internacional de proteção da natureza. Mas esse processo foi interrompido em face à eclosão da guerra, voltando essa discussão, em 1922, em um encontro realizado em Londres, que resultou na fundação do Conselho Internacional de Proteção das Aves.

Até a década de 30, surgiram sementes de interesse pela cooperação internacional e a aceitação de que os movimentos tinham objetivos que transcendiam as fronteiras nacionais, mas a conversão dessa intenção em ações práticas só ocorre depois da segunda guerra mundial.

Em meados do século XX, com o avanço da revolução industrial e com a exacerbação do impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente, as questões relativas à sustentabilidade começaram a ganhar corpo, ainda que de forma acadêmica, através dos primeiros estudos científicos realizados sobre o tema.

Foi através das catástrofes naturais, dos desastres ambientais e do avanço dos conhecimentos científicos que houve uma sensibilização da sociedade para a questão ambiental, pois os sinais de deterioração ficaram evidentes para mais pessoas e não apenas para os cientistas e grupos conservacionistas, começando uma efetiva mudança cultural.

Nesse período, o movimento de conservação já estava sendo rapidamente ultrapassado por um novo movimento, independente e muito mais ativista, preocupado com questões ambientais muito mais amplas, que McCormick (1992, p. 61) denominou de Ecologia Política:

[...] em algum momento no final dos anos 50 e começo dos anos 60 as circunstâncias conspiraram para dar surgimento a um novo movimento de protesto, baseado nas preocupações com o estado do ambiente humano e com as atitudes humanas em relação à Terra.

2.1.3 Ecologia Política

Nessa fase do ambientalismo a natureza e os recursos naturais deixaram de ser a única preocupação, tornando-se esse movimento mais abrangente, ao considerar, também, a superpopulação, a poluição, os custos da tecnologia e do crescimento econômico. McCormick (1992, p. 61), com uma visão mais radical, afirmou que esse momento denominado Ecologia Política, era um novo ambientalismo que ia além do mundo natural; “questionava a própria essência do capitalismo”.

No ano de 1949 foi realizada em Nova York, nos EUA, a Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos a qual iniciava a discussão do tema de cooperação internacional em pesquisa ecológica, uma reunião que contou com representantes de vários países e foi considerada um marco importante na ascensão do

movimento ambientalista internacional, caracterizando-se pela discussão de cunho científico sobre a problemática ambiental.

Naquele momento se fazia importante que as nações percebessem e aceitassem uma responsabilidade coletiva de descobrir mais sobre o sistema natural e como as atividades humanas poderia afetá-lo, possibilitando converter conhecimento em ação. Isso implicaria na supervisão cooperativa, na pesquisa e estudo numa escala sem precedentes, criando-se uma rede mundial intensiva para o intercâmbio sistemático de conhecimento e experiência, com apoio financeiro internacional. (DUBOS, WARD, 2000, p. 215)

Mccormick (1992, p. 66) considera como primeira questão ambiental, verdadeiramente global, a precipitação nuclear provocada por testes. Em 1949 teve início a esse processo, com a primeira explosão de uma bomba atômica pela União Soviética e, depois disso, os artefatos nucleares entraram em uma fase nova e competitiva, seguida de vários outros testes.

Nessa fase do ambientalismo, inicia-se o interesse dos economistas pela questão ambiental, observando-se os efeitos do crescimento econômico sobre o meio ambiente, sendo os principais problemas ambientais o crescimento populacional, o desenvolvimento industrial e os testes nucleares (corrida armamentista).

As primeiras indicações dos custos ambientais dos testes nucleares começaram a aparecer. Um dos primeiros sinais de alerta foi a chuva de granizo radioativa que aconteceu em outubro de 1952, a 2.820 km do primeiro local dos testes britânicos, na costa da Austrália. No ano seguinte, aconteceu uma chuva radioativa sobre o estado de Nova York e, a partir de então, abriu-se um debate intenso sobre esses fenômenos no seio da comunidade científica.

Com esses e vários outros desastres sem soluções acontecendo, evidenciou-se a necessidade de um novo ambientalismo que ampliasse suas bases científicas. McCormick (1992, p. 74) cita como avanço, nesse aspecto, a cooperação internacional nas pesquisas, através da criação, em 1964, do Programa Biológico Internacional (*International Biological Programme-IBP*), que tinha como objetivo promover o estudo internacional da produção orgânica, o potencial e uso dos recursos naturais novos e existentes e a adaptação do ser humano às condições em transformações.

As populações dos países do Norte buscavam, na década de 60, uma melhor qualidade de vida, isto porque as necessidades materiais básicas já haviam sido satisfeitas e estavam sendo cumpridas, faltando muitas vezes a dignidade no dia-a-dia e melhores condições de trabalho, questionando-se os valores políticos e sociais da sociedade americana,

incorporando-se a essa agenda de protestos as questões ligada às problemáticas ambientais enquanto frutos do sistema.

É nesse cenário que surge uma série de manifestações contestatórias e diversos movimentos sociais, como os *estudantis* e *hippies*, cada um buscando um objetivo de luta e de protesto diferente, mas todos voltados para um mesmo intuito: a contestação daquele modelo de desenvolvimento, que, segundo McCormick (1992, p. 77), tinha o materialismo, a tecnologia, o poder, o lucro e o crescimento como símbolos do que havia de pior na sociedade ocidental e como ameaças para o meio ambiente.

Esse clima de intenso ativismo político, vontade de mudança, questionamentos e inconformismos, favoreceu o ambientalismo que passou a tomar emprestado os métodos e discursos contestatórios dos outros movimentos, sendo um ponto de convergência entre estes, já que sua causa de luta atingia a todas as pessoas indistintamente e por isso passou a ser uma luta de todos os grupos que poderiam se apropriar daquela bandeira para questionar o sistema, atraindo muitas pessoas de outros movimento sociais.

A partir dos anos 60, em meio a uma reversão drástica das formas pelas quais se pensava a relação entre economia, sociedade e natureza e com o aparecimento de uma nova cultura, surge um novo ambientalismo, principalmente, nos Estados Unidos e no norte da Europa. Ganhava a questão ambiental visibilidade através dos meios de comunicação de massa, atingindo o grande público e os meios oficiais, ocupando espaços privilegiados, principalmente, nas instituições internacionais.

Em 1962, servindo como um canalizador dessa onda de insatisfação para a questão ambiental foi publicado, nos Estados Unidos, o livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson, que relatava os efeitos negativos causados pela utilização dos pesticidas e inseticidas químicos sintéticos, levando à tona um grande problema ambiental e transformando temas como estes em interesse público, conseguindo alarmar e chamar a atenção da opinião pública para o meio ambiente.

A inquietação produzida pelos efeitos das precipitações nucleares, pelas advertências de *Primavera Silenciosa* e por uma série de desastres ambientais levou a uma mudança de pensamentos e comportamentos que resultaram em um novo ambientalismo, com objetivos e demandas bem definidos e consciente da dimensão política dos mesmos, ganhando força e chamando a atenção para as conseqüências devastadoras que um crescimento sem limites poderia causar, tornando-se a preocupação pública e transformando-se em uma verdadeira Revolução Ambientalista. Assim, paulatinamente, a globalização da questão ecológica ganha impulso e torna-se mais concreta.

Para Héctor Leis (1995), foi com o pós Segunda Guerra que surgiu os primeiros sinais de uma preocupação pelo meio ambiente global, afirmando ser uma época de grandes otimismo políticos vinculados a idéias liberais, socialistas, democráticas e revolucionárias, um ambiente propício para uma verdadeira revolução ambiental, o que acabou gerando a emergência de um movimento global substancial.

No século XX, como conseqüência de uma superposição sempre crescente entre interesses nacionais supostamente soberanos, o número de tratados internacionais, convenções, organizações, foros consultivos e programas de cooperação multiplicou-se rapidamente. O desenvolvimento de uma comunidade intergovernamental encontra sua mais concreta expressão nas Nações Unidas e em sua família de dependências funcionais especializadas em comissões regionais. Fora do sistema das Nações Unidas houve um desenvolvimento análogo de organizações internacionais, governamentais ou não, especialmente no nível regional. (DUBOS, WARD, 2000, p. 217)

Em setembro de 1968, dando continuidade ao tema da cooperação internacional iniciado na Conferência de 1949, foi realizada em Paris a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), direcionada para aspectos científicos da conservação e pesquisas em ecologia, fugindo à discussão política e social, tendo como objetivo analisar o uso e a conservação da biosfera, o impacto humano sobre a mesma e as soluções técnicas para amenizar esses impactos. (MCCORMICK, 1992, p. 97)

Aurélio Peccei, industrial italiano, fundou em 1968 o Clube de Roma, denominação dada a um grupo formado, inicialmente, por trinta pessoas de países diferentes – cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos de níveis nacional e internacional – para discutir os dilemas da época e futuros do homem, tendo como objetivos produzir diagnósticos da situação mundial e apontar alternativas para os líderes mundiais. (MCCORMICK, 1992, p. 86)

Desse grupo de estudo surgiu um relatório, coordenado por Dennis Meadows, intitulado O Limite do Crescimento e publicado em 1972, o qual defendia como tese essencial que as raízes da crise ambiental residiam no crescimento exponencial. Trazia a idéia de que o crescimento populacional ocorre em escala maior que a produção de alimentos e isso levaria a sociedade a um colapso causado pela exaustão dos recursos, insuficiência de alimento e pelas taxas de mortalidade, surgindo a idéia de controle populacional e crescimento zero.

Esse Relatório causou impacto na sociedade, sobretudo naqueles países que se encontravam em plena ascensão econômica, sendo fortemente criticado pela sua perspectiva pessimista e catastrófica, pois previa a situação de insustentabilidade do planeta e de descontrole da população e da miséria dos países do Terceiro Mundo. Houve, assim, várias reações contrárias a ele, não apenas pelos países do primeiro mundo, pois representava para estes o fim do crescimento da sociedade industrial; mas, principalmente, pelos subdesenvolvidos que seriam os mais prejudicados, uma vez que não poderiam seguir o mesmo modelo de crescimento econômico dos países já desenvolvidos.

A resistência da sociedade às teorias e conclusões do referido estudo ocorreu devido a uma aceitação difundida do fato de ser a poluição ambiental um co-produto inevitável do desenvolvimento industrial, uma vez que este dependia da disponibilidade de grandes quantidades de energia elétrica, determinados produtos químicos e de exploração dos recursos naturais, ficando a qualidade ambiental por muito tempo subordinada aos objetivos desenvolvimentistas. (DUBOS, WARD, 2000, p. 200)

O Clube de Roma não acreditava que soluções tecnológicas, por si só, poderiam resolver esses problemas, e apontava como caminho para a mudança sobre a problemática ambiental um movimento de aprendizagem-inovação. Para isso, deveria haver, em primeiro lugar, a conscientização da restrição quantitativa do meio ambiente mundial, seguida da percepção da inter-relação entre as diversas áreas (ambiental, social, econômica), da elaboração de projetos alternativos do futuro, mobilizando a criatividade dos jovens e, principalmente, da elaboração de medidas internacionais concatenadas e do planejamento conjunto de longo prazo.

Embora o relatório O Limite do Crescimento representasse, naquele momento, uma visão catastrófica e extremista, pelo qual se pregava o crescimento zero como solução para os problemas ambientais, sendo inviável de se colocar em prática, ele muito contribuiu para o debate que antecedeu a Conferência da ONU de 1972, pois trouxe à tona a noção de limitação dos recursos naturais e fez com que a população mundial repensasse novos conceitos e formas para o crescimento.

No início da década de 70, Maurice Strong, secretário geral da Conferência de Estocolmo, encarregou Bárbara Ward e Renés Dubos para prepararem um relatório não oficial que proporcionasse aos delegados da Conferência os fundamentos intelectuais e filosóficos necessários para suas deliberações. O resultado dessa tarefa foi a elaboração de um relatório que alertava sobre estratégias para a sobrevivência da espécie humana no planeta Terra, no

sentido de um comprometimento de modo cooperativo através de uma responsabilidade coletiva e efetiva.

Para McCormick (1992, p. 103) esse relatório se constituía em “um documento frequentemente brando e retórico, ocasionalmente alarmista, que apresentava orientações gerais em vez de propostas específicas”, o que, diante do relatório do Clube de Roma, se tornou uma alternativa viável e fez com que ele fosse bem aceito e proporcionasse um ganho filosófico útil para a conferência.

O relatório mais tarde virou a obra *Uma Terra Somente: a preservação de um pequeno planeta*, que resumiu a questão através de três pontos fundamentais que eram: a responsabilidade coletiva internacional; a adoção de políticas globais e coordenadas sobre as questões de proporção global e a utilização do conceito da interdependência planetária da vida na Terra. (DUBOS; WARD, 2000)

Na virada da década de 60 para 70, continuava a variedade de movimentos sociais, uns protestando contra a guerra do Vietnã, os pacifistas; outros pregando a volta à comunidade, à vida alternativa, à busca de uma espiritualidade, os hippies; e pessoas preocupadas com os efeitos das explosões nucleares, havendo uma discussão mundial sobre essas questões.

Até que um grupo de ambientalista resolveu se opor ao teste nuclear nas ilhas Aleutas através de uma ação prática para alcançar seus ideais. Zarparam em um barco de pesca alugado com uma vela verde, ancorando no local da experiência nuclear para impedir tal teste. Conseguiram, com isso, publicidade do ato, adiamento do teste por um mês e posterior cancelamento de todos os testes na ilha, surgindo a partir daí, em 1971, no Canadá, uma organização não-governamental intitulada de Greenpeace, que ao longo dos anos desenvolveu inúmeras atividades e protestos públicos (contra pesca de baleias, abate de focas, despejo de lixo atômico) e consolidaram-se como, talvez, a maior organização não governamental na defesa do meio ambiente no mundo.

O Greenpeace adotou, desde o início, uma política de ação direta não-violenta, que consistia em chamar a atenção da opinião pública. Para McCormick (1992) a chave de atividade desse grupo era sempre a publicidade de suas ações, muitas vezes gráficas e de forte efeito visual nos meios de comunicação de massa, com o intuito de pressionar os governos em favor da proteção da diversidade da vida em todas as suas formas. Atualmente, essa Organização Não Governamental - ONG tem milhares de sócios espalhados por todo o planeta que custeiam a estrutura da organização através de doações, fazendo dela uma poderosa arma no combate à deterioração ambiental.

2.2 Conferência de Estocolmo

O que comandava as doutrinas de desenvolvimento econômico nessa época era a noção de progresso e crescimento, que apenas considerava o aspecto quantitativo, justificando tal progresso qualquer degradação ambiental para promover um desenvolvimento social, econômico e melhor qualidade de vida, ainda que esses benefícios estivessem concentrados em uma parcela minoritária da população.

O novo ambientalismo que McCormick (1992) denomina de Revolução Ambientalista ou Ecologia Política começa a questionar a própria racionalidade econômica e seus critérios, trazendo críticas a sociedade industrial avançada, à noção puramente quantitativa e ao crescimento econômico a qualquer custo, enfatizando a idéia da racionalidade ecológica, a importância da descentralização do poder político e econômico para que estes estejam ao alcance das populações locais, a mudança de foco da perspectiva quantitativa (crescer ou não) para o exame da qualidade do crescimento.

Assim, esse novo momento do ambientalismo contribuiu para o estabelecimento de estruturas técnicas e produtivas que minimizassem a destruição ambiental e maximizem a igualdade social, a saúde e o bem-estar, emergindo daí a necessidade de uma perspectiva multidimensional, que envolvesse economia, ecologia e política ao mesmo tempo.

Como resultado de todos esses acontecimentos da década de 60 e início de 70, com o avanço das discussões filosóficas e científicas ocorre, em 1972, a Conferência sobre Meio Ambiente Humano, que representa o ápice da revolução ambientalista, sendo o grande marco da história do movimento ambientalista no mundo que aconteceu em Estocolmo, na Suécia, e teve como temática o desenvolvimento humano. Esta foi a primeira reunião de caráter oficial a tratar de assuntos ambientais, organizada pela ONU, que reuniu representantes de 113 países e marcou a introdução definitiva do tema da proteção do meio ambiente na agenda internacional. (McCORMICK, 1992)

Essa reunião tinha como objetivo fazer um balanço dos problemas ambientais em todo o mundo e buscava soluções e novas políticas governamentais no sentido de reduzir os danos causados ao meio ambiente. Ela é considerada, atualmente, como um marco para o ambientalismo, pois este se tornou um ano chave para as discussões das questões ambientais, ocorrendo a partir dele um salto de qualidade nos debates públicos sobre o sentido do

progresso industrial e o aumento da população mundial, passando a inserir o tema meio ambiente no contexto das discussões das relações humanas.

McCormick (1992), utilizando-se da frase de Maurice Strong na abertura do evento, afirma que a conferência lançaria um “um novo movimento de libertação” para emancipar os seres humanos dos perigos ambientais produzidos por eles mesmos, pois, para ele, da mesma forma que o conceito de crescimento zero do Clube de Roma não constituía uma política viável para nenhuma sociedade, os conceitos tradicionais de crescimento também deveriam ser repensados. E foi exatamente em torno dessa discussão que aconteceu a Conferência de Estocolmo, diferenciando-se das outras que a antecederam por contemplar o conceito de meio ambiente humano.

Os países do Terceiro Mundo, como o Brasil, viam aquela conferência como mais um expediente dos países desenvolvidos para evitar o crescimento dos países subdesenvolvidos, sendo o tema principal deles o fato de que os fatores ambientais não deveriam restringir o crescimento econômico, pois eles precisavam crescer para se desenvolver, norteados e persistindo esse tema em várias discussões da conferência e conseguindo com que essa questão fosse considerada e forçando que os problemas ambientais fossem vistos numa perspectiva global.

A Conferência de Estocolmo produziu uma Declaração com 26 Princípios que não serviam como cláusulas obrigatórias, mas tinha o caráter da idéia geral a ser seguida, registrando os argumentos essenciais do ambientalismo, delineando metas e definindo objetivos amplos.

Mas o produto resultante da conferência que McCormick (1992, p. 111) considera tangível é a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas – PNUMA, que surge para dar efetividade à declaração, princípios e plano de ação criados na tentativa de transformá-los em políticas e programas ativos, e embora o autor reconheça as limitações e deficiências do programa, afirma também ser ele a melhor forma institucional possível naquelas circunstâncias.

O PNUMA foi estabelecido pela Assembléia Geral da ONU em 1972, passando a funcionar em 1973 e tendo como diretriz básica o plano de ação de Estocolmo. Inicialmente, na primeira década, era um programa de ação que não possuía força se devendo ao fato, de acordo com McCormick (1992, p. 116), deste não ter sido elaborado para ser um órgão executivo por possuir um campo de atuação muito extenso e não dispor de fontes de fomento. Mas aos poucos foi ganhando um peso institucional maior dentro da ONU,

realizando encontros importantes, fazendo treinamento de pessoal, prestando informações públicas, dando assistência financeira e só mais tarde ocuparia um lugar de destaque.

Surge nesse momento um termo para caracterizar a concepção alternativa de política de desenvolvimento: o *ecodesenvolvimento*, conceito que foi criado por Maurice Strong para ressaltar a relação entre meio ambiente e desenvolvimento referindo-se, principalmente, às regiões subdesenvolvidas, o qual foi reelaborado por Ignacy Sachs, em 1973, deslocando o problema do aspecto puramente quantitativo (crescer ou não) para o exame da qualidade do crescimento (como crescer), indicando estratégias de harmonização entre desenvolvimento socioeconômico e gestão ambiental e valorizando o conhecimento produzido pelas populações locais para a gestão do seu meio, em contraposição à homogeneização dos modelos até então adotados. Os debates sobre o *ecodesenvolvimento* prepararam a adoção posterior do termo desenvolvimento sustentável que mais tarde seria a base do discurso ambientalista.

Uma novidade a toda essa discussão foi quando a pobreza foi colocada como uma das causas para destruição desenfreada dos recursos naturais na Assembléia Geral da ONU, em 1974, realizada em Cocoyoc, no México, que tinha como objetivo discutir a relação do meio ambiente e o desenvolvimento, sendo publicada uma declaração que conluía que a pobreza contribuía com a explosão demográfica e, com isso, com o consumo excessivo de recursos naturais em uma determinada região. Para McCormick (1992, p. 154) o “mundo ainda estava por emergir das conseqüências de quase cinco séculos de colonialismo, os quais haviam concentrado poder econômico nas mãos de um pequeno grupo de nações”.

A partir da Conferência de Estocolmo houve uma inserção do meio ambiente na política dos países desenvolvidos, a questão ambiental passa a constar da agenda das políticas públicas, e não mais como um movimento marginal, ou restrito às áreas acadêmicas, e, com isso, surge um movimento dentro da esfera pública, traduzido em ação política dos governos, com nova legislação, institucionalização governamental e reconhecimento de convenções internacionais.

McCormick (1992) considerou a Conferência de Estocolmo o acontecimento isolado que mais influenciou na evolução do movimento ambientalista internacional e para Trindade (1993, p. 20), a proteção e conservação do meio ambiente só teve reconhecimento e se tornou um verdadeiro movimento social a partir da Declaração de Estocolmo que elevou o meio ambiente à um direito fundamental dos indivíduos e à uma condição necessária à efetividade de numerosos direitos da pessoa humana.

Esse momento do ambientalismo é marcado como a fase da regulamentação e do controle ambiental, percebido como um movimento mais racional, ativista, político e global, com ações políticas concretas através de uma nova legislação que melhor retrata a problemática ambiental, criação de departamentos especializados nas esferas governamentais, voltados para questão ambiental e reconhecimento de convenções internacionais.

2.3 Iniciativas ambientais pós-Estocolmo

No final da década de 70 e início da década de 80 o mundo ainda se questionava como poderia conciliar atividade econômica e conservação do meio ambiente. É a partir de então que surgiu uma nova percepção conceitual, na qual se busca o uso racional dos recursos naturais em harmonia com a proteção do meio ambiente, com o início da fase do planejamento ambiental como fruto de anos de contestação e da contracultura da década de 60 e 70 que culminou em Estocolmo.

Para McCormick as raízes da alteração de ênfase do movimento ambiental pós-Estocolmo devem ser procuradas em quatro desenvolvimento mais amplos:

a natureza evolutiva das relações políticas e econômicas internacionais, o crescimento de uma nova visão global do meio ambiente, a necessidade sentida por muitos ambientalistas do Norte de acomodar as diferentes prioridades dos países menos desenvolvidos e a crescente autoconfiança e sofisticação das ONGs ambientais. (McCormick, 1992, p. 152)

O presente estudo se utiliza, para este novo momento do ambientalismo, da divisão de Almeida (2002), encontrando três fases distintas: Comando e Controle, Gestão Articulada e Gestão de Sustentabilidade.

2.3.1 Comando e Controle

Após a Conferência de Estocolmo vive-se um momento que Almeida (2002) denomina como Comando e Controle que se caracteriza como sendo uma fase em que o instrumento de gestão ambiental era a regulamentação unilateral do poder público, devido às

influências e pressões internacionais, os governantes viram-se obrigados a agir, elaborando, nessa fase, muitas leis reguladoras e criando órgãos fiscalizadores.

A política de meio ambiente desta época não permitia espaço para a auto-regulação, o governo era quem regulava, definindo normas de desempenho para as tecnologias e produtos, estabelecendo padrões de emissões e de utilização dos recursos naturais, não havendo um conjunto de ações e políticas integradas para moldar a relação do homem com o ambiente.

Embora essa fase histórica não seja o objeto do presente estudo porque não se caracteriza como movimento ambientalista já que não há participação da sociedade civil e sim representa um momento de intervencionismo institucional no qual o governo dita normas a serem cumpridas, mas, ainda assim, se fez necessário que ela fosse relatada para uma contextualização e melhor compreensão das fases seguintes do ambientalismo.

2.3.2 Gestão Articulada / Integrada

Essa fase do ambientalismo é caracterizada pela proliferação de Organizações Não Governamentais – ONGs, que são um canal de participação da sociedade civil organizada nos processos decisórios, tornando-se um segmento importante na vida coletiva para designar as relações da sociedade civil com o governo e constituindo-se na principal forma organizacional no âmbito do ambientalismo nacional e internacional.

Loureiro (2006, p. 120) define as ONGs como entidades autônomas, privadas, sem vínculos formais com o governo, sem finalidades lucrativas, e que, por terem objetivos socioculturais, buscam atender às necessidades da população através de uma atuação direta em comunidade específica ou por meio de parcerias e articulações com entidades governamentais ou privadas (empresas ou entidades populares e de base).

Embora ainda com um peso limitado das ONGs nos assuntos da ONU, é percebido um crescimento acelerado na formação de novas ONGs na era pós-Estocolmo, chegando em 1982 com estimativa de 2.230 ONGs ambientalistas nos países menos desenvolvidos e 13 mil nos mais desenvolvidos, das quais 60% e 30%, respectivamente, foram formadas depois da Conferência de Estocolmo.

Almeida (2002, p. 54) destaca, nesse período, a percepção da emergência de problemas ambientais de âmbito global, como o aquecimento global, a destruição da camada

de ozônio, a perda da biodiversidade, a chuva ácida e a desertificação, com a ocorrência de vários desastres ecológicos (Bhopal, Índia, em 1984; Chernobyl, 1986;) e a intensificação da poluição com emissão de dióxido de carbono das indústrias e dos veículos automotivos, que somado aos problemas locais, regionais e nacionais, provocam uma transformação qualitativa no ambientalismo, que passa de um movimento minoritário de ativistas para um vasto movimento multi-setorial e transnacional, reforçando a mundialização do movimento ambientalista.

McCormick (1992, p. 148) acredita que o acidente de Chernobyl, na antiga União Soviética, em abril de 1986, foi um exemplo de como a tecnologia pode provocar contaminação repentina e extrema, sendo este um fato marcante para o ambientalismo e entrando para a história como a maior tragédia ambiental da humanidade. O acidente foi causado com a explosão de um reator na usina nuclear de Chernobyl, causando 32 mortes imediatas, sendo mais de 200 pessoas atingidas com moléstias graves causadas pela radiação, contaminando derivados de leite e vegetais de toda região e com conseqüências até os dias de hoje, atingindo vários países europeus.

Esse acidente fez com que o mundo parasse e prestasse mais atenção nos problemas ambientais, nas conseqüências advindas da degradação do meio ambiente e percebesse que os impactos devem ser analisados de forma global e que o desenvolvimento tem que caminhar junto com a preservação.

Para Almeida (2002, p. 56), surge nesse período a emergência de novo paradigma, com sua crítica à abordagem fragmentada da realidade, e a constatação da fragilidade do modelo comando-e-controle, enfatizando a importância da participação dos atores sociais nesse contexto pois, para ele, ficava “cada vez mais claro que os problemas ambientais estão inextricavelmente ligados aos problemas econômicos e sociais”.

Com essa crise ecológica dos anos 80 surge em todo o mundo uma multiplicidade de associações de defesa ambiental, constituindo-se uma rede difusa de grupos e atividades. Em alguns dos países europeus, tais como Alemanha, Inglaterra, Suíça, França, Itália, entre outros, surgiria, no princípio dos anos 80, o Partido Verde, que se consolidaria no braço político da ecologia e do pacifismo.

Em 1983, Os Verdes da Alemanha, Die Grünen, que nasceram de associações por iniciativa dos cidadãos, chegaram ao parlamento desbancando muitos partidos tradicionais do país, eles tinham como slogan “Nós não somos esquerda nem direita; nós estamos na frente” e tinham como plataforma política a ecologia, responsabilidade social, democracia de base e não-violência. Die Grünen foi o Partido Verde que marcou esse momento na história

do ambientalismo, alcançando mais destaque e sucesso eleitoral do que em outros países, sendo a Nova Zelândia o primeiro país a ver esse partido político disputar uma eleição nacional e a Suíça o primeiro a ver este ganhar assento na legislatura nacional. (McCORMICK, 1992, p. 142)

Em 1983 a assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução que pedia a criação de uma nova comissão independente, e foi então que surgiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, coordenada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que tinha como meta estudar e propor uma agenda global com objetivos de capacitar a humanidade para enfrentar os principais problemas ambientais do planeta e assegurar o progresso humano sem comprometer os recursos naturais para as futuras gerações. (COMISSÃO..., 1991)

Esse trabalho da Comissão de Brundtland, como ficou conhecida esta comissão, resultou, em 1987, em um relatório denominado Nosso Futuro Comum que concluiu, segundo McCormick (1992, p.189), que meio ambiente e desenvolvimento estavam intrinsecamente ligados e que as respostas de políticas existentes eram deficientes porque as instituições eram independentes e tinham uma visão fragmentada dos problemas, concentrando seus esforços nos efeitos e esquecendo de se preocupar com as causas que lhes deram origem.

Esse relatório colocou em circulação e oficializou a expressão desenvolvimento sustentável, expressão que indicava um desenvolvimento que atendesse às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de que as gerações futuras atendessem às suas próprias necessidades, e resultou em recomendação para que a Assembléia Geral da ONU convocasse a II Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que resultou na Eco-92 no Rio de Janeiro. A comissão afirmava que o conceito de desenvolvimento sustentável não envolvia limites absolutos, mas, sim barreiras impostas pelo atual estágio da tecnologia e organização social sobre os recursos naturais e a capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas. (CMMAD, 1991)

Almeida (2002, p. 57) denomina essa fase do ambientalismo de gestão articulada porque ela representa a articulação entre o poder público e a sociedade, sendo marcada pela entrada e fortalecimento de outros atores no cenário ambiental: a sociedade civil organizada, as organizações não-governamentais e entidades (exemplo: Greenpeace, WWF – Fundo Mundial da Vida Selvagem e UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza), acumulando, dessa forma, qualificação técnica e reconhecimento popular.

Tem-se nesse momento a união de dois atores no cenário ambiental: o Estado, com os países participando das discussões e inserindo as questões ambientais no contexto das agendas políticas e a sociedade civil organizada, que agora, além existir em maior número, passa a se estruturar melhor e se mostra institucionalizada, com mais espaço no debate político.

2.4 Conferência do Rio de Janeiro e desenvolvimento sustentável

No final dos anos 80 ocorre um salto de qualidade da consciência ambiental como consequência das tendências das duas últimas décadas, motivo que levou a Organização das Nações Unidas - ONU declarar o ano de 1990 como o Ano Internacional do Meio Ambiente, ocorrendo, ainda, nessa década, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio 92 ou Eco 92 e Cúpula da Terra (*Earth Summit*).

Para Marcondes (2005) os anos 90 são marcados pela Eco 92, que também é considerada como a segunda grande reunião das Nações Unidas, depois de Estocolmo, e um dos marcos do ambientalismo. Essa conferência aconteceu no Rio de Janeiro e tinha como objetivos fundamentais conseguir um equilíbrio justo entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais das gerações presentes e futuras e firmar as bases para uma associação mundial entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como entre os governos e os setores da sociedade civil focadas na compreensão das necessidades e os interesses comuns.

O início dos preparativos para a Conferência Rio-92 é marcado pela preparação, nos primeiros meses do ano de 1990, da celebração do Earth Day (Dia da Terra), data comemorativa que foi criado pelos EUA em 1970 com uma manifestação convocada pelo senador norte americano Gaylord Nelson para o primeiro protesto nacional contra a poluição, no qual participaram milhares de americanos e rendeu inúmeros destaques nos veículos de comunicação passando, a partir de 1990, com o auxílio das novas tecnologias de comunicação, a globalizar o evento e fazer parte do calendário comemorativo de inúmeros países. (MARCONDES, 2005, p. 187)

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento tinha como objetivo estabelecer uma agenda de cooperação internacional para pôr em prática

e consolidar o conceito desenvolvimento sustentável no planeta, tratando de problemas globais como mudanças climáticas e acesso e manutenção da biodiversidade. O resultado dessa reunião foi o estabelecimento de acordos internacionais; a elaboração de duas declarações: a do Rio, uma carta de princípios pela preservação da vida na Terra e a Declaração de Florestas, que estabelece a intenção de manter as florestas e o estabelecimento da Agenda XXI, um plano de ação para o século XXI que visa minimizar os problemas ambientais mundiais. (MARCONDES, 2005, p. 245)

Um fato importante que marcou essa conferência foi a participação da sociedade civil organizada através de evento paralelo Fórum Global 92 que compreendia uma ampla variedade de eventos propostos por ONGs independentes de todas as partes do mundo, tendo a tarefa específica de organizar e assegurar a plena participação da sociedade civil na Conferência da Cúpula da Terra.

Segundo Marcondes (2005, p. 245), era cerca de 1.400 ONGs pela primeira vez em uma reunião oficial realizada pela ONU envolvendo Chefes de Estado, tendo, essas entidades, tido uma influência muito positiva nessa reunião, uma vez que conseguiram, mediante pressão, colocar alguns temas que não estavam previstos na pauta de negociações.

Nesse período os ambientalistas que faziam parte de ONGs substituíram a pretensão universalizante de resistências difusas e protestos da crise ambiental da década de 80, por uma atuação mais prática com participação em projetos específicos e instrumentais, através de recursos de poder disponibilizados pela mundialização de suas lutas e com globalização dos financiamentos para seus projetos, promovendo mudanças imediatas.

Em 1997, foi realizado em Nova York a reunião oficial Rio+5 com chefes de Estados para avaliar o que tinha sido implementado das decisões da CNUMAD e, nesse mesmo ano, ocorria, também, no Rio de Janeiro a Rio+5 organizada por ONGs que também tinha como objetivo fazer um balanço dos cinco anos decorrentes do Rio 92. O resultado desses dois eventos foi a constatação de que pouco havia sido realizado na prática e a elaboração do primeiro rascunho da Carta da Terra, um movimento mundial que surgiu juntamente com a própria criação da ONU. Tendo como ponto positivo a constatação da ampliação do trabalho das ONGs, que passaram a exercer maior atuação. (MARCONDES, 2005, p. 270)

Dez anos após a Eco-92 acontece a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, África do Sul, também conhecida como Rio + 10, organizada pela Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS) e realizada em 26 de agosto de 2002. Essa conferência reuniu líderes e representantes

de 193 países, num total de 105 chefes de estados e 7.900 delegados oficiais para negociar compromissos relacionados à implementação do desenvolvimento sustentável, organizações não-governamentais e mais de 700 empresários, que revisaram e avaliaram o progresso do estabelecimento da Agenda 21.

A Rio+10 objetivava elaborar um plano de ação para promover o desenvolvimento sustentável a uma escala local, nacional, regional e internacional, tendo como meta geral revigorar o compromisso mundial a fim de um desenvolvimento sustentável e cooperação Norte-Sul, além de elevar a solidariedade internacional para a execução acelerada da Agenda 21. Um dos êxitos desta reunião foi o estabelecimento da necessidade de se criarem metas regionais e nacionais para o uso da energia renovável.

A idéia era transformar o teórico da Eco-92 em prática, traduzir os conceitos e princípios estabelecidos em metas, direitos e deveres. Para Marcondes (2005, p. 298) é como se a Rio-92 tivesse acontecido para se discutir a importância de salvar o planeta e a Rio+10 viesse para se discutir como fazer para salvá-lo, mas entende que nada disso foi realizado por ser a maioria dos compromissos apenas simbólicos, sem metas e prazos para cumprimento, acreditando que isso se deve ao fato de que colocar as teorias em prática tem um custo muito alto o qual nenhum país está disposto a pagar.

Na entrada do século XXI fica evidente que é inconcebível dissociar desenvolvimento e sustentabilidade. A população mundial é convencida pelos acontecimentos das últimas quatro décadas de quanto é impraticável a separação desses dois aspectos. Em um mundo dominado pela informação e tecnologia, devem-se explorar as vantagens desses recursos para garantir o bem-estar das gerações atuais e a sobrevivência das gerações futuras, disseminando a conscientização ambiental pelo mundo e reavaliando a concepção de desenvolvimento.

2.4.1 Gestão de Sustentabilidade

Com o passar dos anos e com a consolidação do movimento ambiental, percebe-se um período de tempo mais curto entre uma corrente e outra, havendo uma mudança mais rápida nos conceitos e pensamento, e uma evolução mais dinâmica, sendo a percepção e conotação da fase da gestão articulada para a gestão de sustentabilidade um processo acelerado.

O conceito de desenvolvimento sustentável colocado em circulação no final da década de 80 pelo Relatório da Comissão de Brundtland, veio substituir a expressão *ecodesenvolvimento* e constituiu para Almeida (2002, p. 55) o início da construção da gestão de sustentabilidade, tornando-se um ponto importante para se repensar às dimensões do desenvolvimento e para a conscientização da sociedade, questionando-se as práticas econômicas e sociais desenvolvidas até então, sendo a base para a discussão e reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais.

Uma sucessão de desastres ecológicos a cada dia despertava mais a sociedade para a questão ecológica que começava a questionar a credibilidade de algumas empresas, que na sua maioria, tratava a dimensão ambiental como um mal necessário e no máximo se submetiam aos controles estabelecidos pelo poder público. Mas com a atuação intensa da sociedade e sendo algumas empresas mais pressionadas pela opinião pública, iniciou-se uma nova fase em que estas buscavam adotar algumas práticas ambientalmente corretas e, principalmente, fazer marketing dessas práticas adotadas e até de outras que não existiam, na tentativa de mudar a imagem comprometida por décadas de descaso ambiental.

Segundo Almeida (2002, p. 58), a indústria química, por causa de vários acidentes ocorridos no setor e já sentindo o custo do descaso ambiental, foi a primeira a despertar para essa temática, quando em 1985 criou um programa voltado para a questão ambiental, batizado de *Responsible Care*, no sentido de adotar uma atuação responsável, melhorando a performance da indústria em relação ao meio ambiente, à segurança e a saúde do trabalhador.

Em 1990, Maurice Strong, secretário geral da Conferência da ONU marcada para 1992, solicitou a seu principal conselheiro em indústria e comércio que formulasse uma perspectiva global sobre desenvolvimento sustentável do ponto de vista dos empresários, procurando estimular o interesse e envolvimento dessa categoria, sendo este um dos principais motivos pelos quais esta conferência tenha se tornado uma referência para esse novo momento do movimento ambientalista.

O conselheiro convocou 48 empresários e 28 países e com eles fundou o *Business Council for Sustainable Development* – BCSD que produziu vários documentos que resultou no livro-relatório “Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente”, trazendo uma idéia de justiça econômica para as relações entre empresas e os que estão ao seu redor. (ALMEIDA, 2002, p. 61)

Inicia-se, então, uma nova perspectiva no ambientalismo, introduzindo-se novos conceitos, tais como auditoria ambiental, certificação ambiental, ecoproduto e

ecoeficiência. Nesta última, busca-se produzir bens e serviços melhores com redução do uso de recursos e da geração de poluentes, pois a poluição representaria recursos que se evadiram de um sistema de produção, portanto, considerada uma anomalia econômica que se deveria evitar.

Segundo Almeida (2002, p. 79) a base do desenvolvimento sustentável é a existência de mercados abertos em que os preços reflitam com transparência os custos, incluindo os ambientais, sendo exigido para esse processo uma combinação equilibrada de comando-e-controle, que são regulamentações governamentais com padrões de desempenho; auto-regulação, que são as iniciativas das empresas para regularem a si mesmas por meio de padrões, monitoramento e metas de redução de poluição e instrumentos de mercado que são instrumentos econômicos utilizados pelo governo para interferir no mercado.

Vinculadas ao conceito de “desenvolvimento sustentável” e à idéia de um mercado verde, as empresas dos anos 90 começam rapidamente a recuperar o tempo perdido, abandonando de forma gradual as atitudes negativas em relação às questões ambientais. No contexto desta emergência e expansão por “ondas” sucessivas e convergentes, encontramos nos anos 90 um ambientalismo projetado sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, do estado e do mercado. (LEIS, D'AMATO, 1998, p. 81)

Como um bom exemplo de auto-regulação, Almeida (2002, p. 80) cita a adesão a sistema de certificação como as normas da *International Organization for Standardization (ISO)*, que são normas voluntárias internacionais de gestão ambiental. Na década de 90 entra em vigor a série ISO 14.000 e seguintes de extrema importância para esse novo momento, havendo um consenso mundial para a representação de um sistema de qualidade e de gestão ambiental, confirmando a preocupação do setor empresarial com a questão ambiental.

O estabelecimento de um sistema de gestão ambiental proporciona o envolvimento da empresa como um todo. A responsabilidade ambiental é disseminada em cada setor e no momento em que todos passam a enxergar as questões ambientais pela mesma ótica começam a aparecer soluções criativas, como, por exemplo, a eliminação de perdas no processo e reciclagem.

Assim, os empresários buscam se integrar no processo de conscientização e se adequar as exigências ambientais, e a classe empresarial, que tanto resistiu a investir na prevenção da poluição, descobre finalmente que pode fazer matéria-prima desta e obter novos mercados na medida em que os consumidores se tornam mais seletivos, exigentes e atentos à questão ambiental.

Esse momento evidencia que a lógica da sustentabilidade é a de integrar critérios ecológicos à prática econômica mercantil e liberal, como por exemplo, agregar valor aos recursos naturais utilizados no processo produtivo e integrar valores ambientais às práticas comerciais, para que haja uma aceleração no desenvolvimento com um menor impacto sobre o meio ambiente, adequando o modelo produtivo às necessidades ambientais.

A questão ambiental, tal como é posta no discurso hegemônico da sustentabilidade, indica que a solução a ser adotada pelo conjunto da sociedade é integrar os ciclos da natureza à lógica de acumulação capitalista – a propriedade privada assegura melhor a proteção ao meio ambiente, onde a palavra chave é eficiência do processo produtivo. (LOUREIRO, 2006, p. 38)

Nesse momento do ambientalismo o controle e a preocupação ambiental deixam de ser um mal necessário e passam a ser visto como uma estratégia e uma vantagem competitiva dentro do mercado. Assim, os empresários, aos poucos, abandonam a postura reativa para adotar uma postura proativa diante dos problemas ambientais.

De acordo com Almeida (2002, p. 62) essa fase do ambientalismo caracteriza-se pelo de intenso envolvimento entre três setores: governo, sociedade e empresa, tornando-se em um movimento TRIPOLAR e com ampliação de perspectiva, no qual “a gestão ambiental, tarefa de todos, evolui para algo mais profundo e amplo, que é a gestão da sustentabilidade”.

3 MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL

O presente capítulo trata sobre o ambientalismo no Brasil, estudando desde as ações pontuais até a organização da sociedade em torno da causa ambiental e analisando seu desenvolvimento sob a influência dos acontecimentos mundiais, com a formação de um quadro sobreposto ao mundial com a verificação dos cinco momentos: Protecionismo, Conservacionismo, Ecologia Política, Gestão Articulada e Gestão de Sustentabilidade.

A figura 2, que apresenta a linha do tempo do ambientalismo brasileiro, destaca informações e fatos que contribuíram para o desenvolvimento do movimento no país, o qual sofreu muita influência dos movimentos europeus e americanos, identificando marcos importantes e as mesmas fases encontradas na esfera mundial.

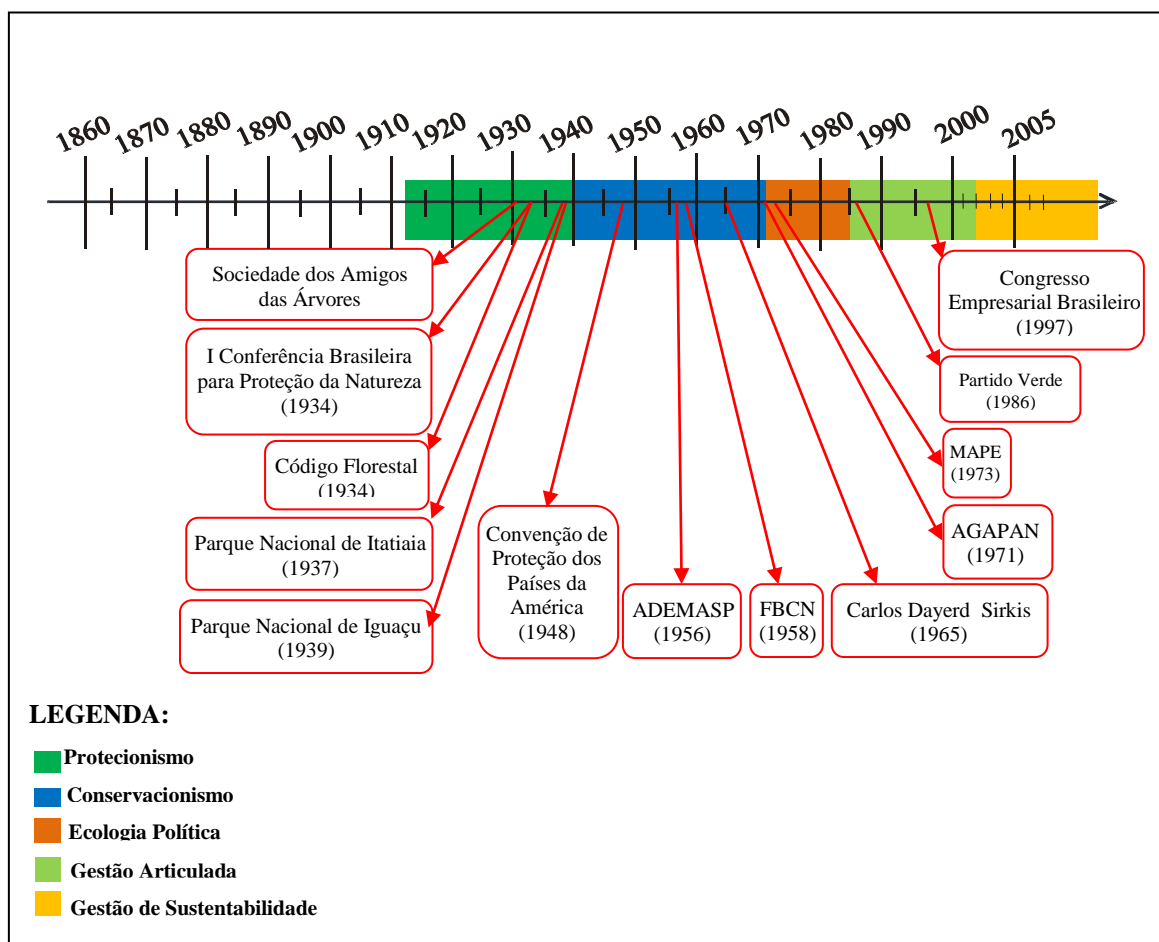


Figura 2 – Linha do Tempo do Movimento Ambientalista no Brasil

3.1 Visão Histórica do Movimento Ambientalista no Brasil

No Brasil a consciência ecológica e o ambientalismo se constituem tardiamente em relação aos países desenvolvidos, muito embora tenha sofrido fortes influências das manifestações e ativismo ambientalista da Europa e dos EUA, acompanhando esse movimento ao longo dos tempos e formando sua própria história.

Há uma divergência quanto ao período de constituição do ambientalismo brasileiro, alguns autores, acreditam que ele nasceu no início do século XIX, outros acreditam que em meados do século XIX e, ainda, aqueles que afirmam que só iniciou na década de 70, após a Conferência de Estocolmo.

Para Sirkis (1992, p. 216) o ambientalismo brasileiro teve sua origem por volta de 1970 com a fundação da Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural – AGAPAN, apresentando-se inicialmente, segundo ele, como um “movimento absolutamente apolítico”, passando o movimento ecologista a se perfilar como personagem do cenário político e cultural da sociedade, em meados e final da década de 70, com o surgimento de grupos de intensa militância, denunciando problemas de degradação urbana.

Para outros autores, como é o caso de Viola e Leis (1992), embora já existissem no Brasil manifestações de caráter preservacionistas e conservacionistas, as origens do ambientalismo brasileiro datariam de 1958 quando foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - FBCN, órgão vinculado à União Internacional para a Conservação da Natureza. Já para Almeida (2002), o início do ambientalismo no Brasil se dá, em 1930, com a fundação da Sociedade dos Amigos das Árvores e caracterizando-se como movimento protecionista.

O marco inicial considerado para elaboração do presente estudo é o mesmo considerado por Teresa Urban (1998), que leva em consideração o começo do século XX com o início da formação do protecionismo no Brasil, havendo a partir daí o desenvolvimento do ambientalismo brasileiro paralelo ao ambientalismo mundial, pois mesmo que alguma abordagem do movimento tenha acontecido tardiamente no Brasil, ainda sim, é possível perceber as cinco fases definidas no quadro de referência do movimento ambientalista mundial.

3.1.1 Preocupação Pontual

No Brasil colônia já existia pessoas que se preocupavam com a destruição da natureza de forma isolada e chamava atenção para o assunto, como os lamentos conservacionistas de Frei Vicente Salvador e ainda a nostalgia de Gonçalves Dias. Teresa Urban (1998, p. 80) lembra como José Bonifácio, o patrono da independência, um cientista respeitado internacionalmente e político brilhante, em 1815, há quase duzentos anos atrás, já se preocupava com o desmatamento em larga escala de nossas terras, defendendo um programa fundado em uma inversão do modelo extrativista-predatório-exportador e demonstrando uma visão pioneira sobre a relação entre homem e natureza.

André Rebouças, engenheiro e apaixonado pelas belezas naturais do país, influenciado pela criação do primeiro parque nacional do mundo, Parque Yellowstone, apresentou no livro *Província do Paraná, Caminhos de Ferro para Mato Grosso e Bolívia*, em 1876, a primeira proposta brasileira de criação de um parque nacional, que contemplasse desde as Sete Quedas do Paraná até as Cataratas do Iguaçu, afirmando que “a geração atual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras do que reservar intactas, livres do ferro e fofo, as duas mais belas ilhas do Araguaia e do Paraná”. (REBOUÇAS apud URBAN, 1998, p. 29)

Teresa Urban (1998) ressalta a importância de publicações que listavam sistematicamente as espécies de animais e plantas que tinham no Brasil e cita o livro *Flora Brasiliensis de Martius*, publicado em fascículo entre 1840 a 1906, como uma referência do início dos primeiros esforços nacionais para conhecer, registrar e proteger o patrimônio natural.

Essas primeiras e pequenas reações surgem como reflexo das consequências ambientais das grandes plantações de cana, café e à herança colonial perversa, destrutiva e insustentável, mas que pouco, ou quase nada, era questionada ou contestada. A luta se tornava uma mistura de questões ambientais com lutas contra o latifúndio, escravidão e maus tratos à terra.

Percebe-se, no entanto, que essa insatisfação de poucos não refletia a preocupação da sociedade da época, não se configurando em movimento ambientalista e sim em simples iniciativas isoladas. Para Urban (1998, p. 81) a “bandeira de proteção das riquezas naturais foi empunhada, isoladamente, por diferentes nomes, na política do final do século”.

3.1.2 Protecționismo / Preservacionismo

No Brasil, o ambientalismo também teve sua origem com o movimento protecionista, iniciando no século XX, de forma tímida e com uma proporção bem menor do que na Grã-Bretanha ou nos Estados Unidos, mas sendo suficiente para iniciar o movimento ambientalista no país.

Urban (1998, p. 30) faz um relato sobre a manifestação das mulheres londrinas contra a utilização de plumagem de aves do Brasil, no final do século XVIII, período em que ainda não existia um movimento ambiental formado no Brasil.

Em 1885, as aves brasileiras continuavam servindo de matéria-prima de um florescente comércio com a Europa, as mulheres londrinas se organizaram na liga da plumagem, protestaram publicamente contra a moda que estimulava o uso de plumas de animais tropicais e iniciaram um boicote contra a importação.

A autora (1998, p. 87) considera que a criação, em 1928, em Bruxelas, da União Internacional para Conservação da Natureza - UICN foi de suma importância para romper o isolamento daqueles brasileiros empenhados na defesa do patrimônio natural do país e ressalta as iniciativas locais que já existiam nessa época no Brasil e que influenciavam na política adotada pelo governo para proteção da natureza.

Um exemplo de pioneirismo desse movimento é a criação da Sociedade dos Amigos das Árvores, fundada pelo botânico Alberto Sampaio, que desde 1930 já atuava na luta pela proteção da natureza junto ao governo, esta congregava intelectuais, jornalistas e políticos preocupados com o rápido desaparecimento das florestas brasileiras. Esta fundação tinha como símbolo a Araucária (o pinheiro do Paraná) devido a acelerada colonização que ocorreu no norte do Paraná e a extração florestal desenfreada dos pinheiros nativos que caracterizavam aquela região.

Essa sociedade, protestando contra o desmatamento no Rio de Janeiro, convocou, por iniciativa de Alberto José de Sampaio e Leôncio Corrêa, a primeira reunião nacional para discutir políticas de proteção ao meio ambiente intitulada de 1º Conferência Brasileira para Proteção da Natureza, realizada em 1934, que tinha como objetivo a discussão da proteção e defesa da flora, fauna, sítios de monumentos naturais. (URBAN; 1998, p. 88)

Embora essa fase do ambientalismo fosse de discussão e atuação restrita aos cientistas e intelectuais, não alcançando à opinião pública, houve avanços nas discussões

ambientais no Brasil decorrente desse movimento, o que proporcionou, inclusive, subsídios para a elaboração do projeto do Código Florestal. Teresa Urban (1998) considera essa contribuição como a primeira vez na história do país que se registrou a participação efetiva de grupos da sociedade civil, sendo a Sociedade dos Amigos das Árvores, na figura de Durval Ribeiro de Pinho, representante desse momento histórico.

Em 1937, como fruto desse momento do ambientalismo foi criado, através de um decreto federal, o primeiro Parque Nacional brasileiro que recebeu o nome de Itatiaia, localizando-se na divisa dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e tendo como função a preservação ambiental, para tanto ficou estabelecido no decreto que aquela localização importava tanto em proteção à natureza, reservas às ciências naturais, como incremento às correntes turísticas. (URBAN; 1998)

O segundo parque criado no Brasil foi o Parque Nacional de Iguaçu, proposto pelo engenheiro André Rebouças há quase 60 anos, sendo instituído pelo decreto lei nº 1.035 em 10 de janeiro de 1939 e, posteriormente, já em 1986, foi tombado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como Patrimônio Natural da Humanidade devido a sua grande importância ecológica, por ser a última reserva intocada de floresta pluvial subtropical de toda a América Latina e também em virtude das Cataratas de Iguaçu serem consideradas uma das maiores belezas da terra. (URBAN; 1998)

O movimento ambientalista, nesse primeiro momento, foi restrito às discussões sobre proteção das florestas ou alguma espécie de animal específica, tendo contribuído para o surgimento do primeiro Código Florestal (Decreto nº 23.793/ 1934), Código das Águas (Decreto nº 24.643/ 1934), Decreto de Proteção aos Animais (Decreto nº 24.645/1934) e outras legislações.

3.1.3 Conservacionismo

O ambientalismo foi ganhando forma ao longo dos anos e, seguindo os acontecimentos mundiais, começou a surgir no Brasil uma nova abordagem do ambientalismo que considerava a possibilidade de proteger a natureza sem excluir o uso e exploração dos recursos naturais, surgindo, então, no cenário nacional o movimento conservacionista.

Nessa fase o movimento ambientalista brasileiro passa por uma mistura de bandeiras protecionista, nacionalista e conservacionista, onde a primeira seriam os cientistas

lutando pela proteção das florestas; a segunda representava pensadores nacionalistas que pregavam a necessidade de preservar os principais recursos do país como forma de manter a independência da nação e a terceira era a busca pela conciliação da necessidade de utilização dos recursos pela sociedade e de conservação desses mesmos recursos.

As principais mobilizações ambientais dessa época eram ações voltadas para defesa da preservação da fauna e flora ameaçadas de extinção, pressão contra uso inadequado dos meios mecânicos e químicos na agricultura, a poluição da água e a destruição de belezas paisagísticas.

Na década de 40, os conservacionistas começaram a demonstrar grande capacidade de organização, com associações que, embora formadas por pequenos grupos, tinham influência sobre o governo e à opinião pública. No início da década foi celebrada a Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna, das Belezas Cênica Naturais dos Países da América, aprovada pelo Brasil em 1948. (URBAN; 1998, p. 89)

Em meados da década de 40 inicia-se o processo de industrialização no Brasil através dos esforços de Getúlio Vargas com seus investimentos em siderurgia e energia e, posteriormente, Juscelino Kubitschek atua com sua política de desenvolvimento acelerado que resultou em uma estagnação do desenvolvimento do movimento conservacionista, nesse período nenhum parque nacional foi criado (1940 e 1959), mas ao mesmo tempo, foi nesse intenso processo que houve uma potencialização de problemas e questionamentos que mais tarde eclodiriam em um movimento mais amplo e de cunho político com a mobilização e envolvimento de mais pessoas.

Em 1956, para apoiar a criação de uma reserva florestal pública no Pontal do Parapanema, Paulo Nogueira Neto, José Carlos Magalhães e Lauro Travesso, criaram a Associação de Defesa da Flora e da Fauna, que mais tarde mudaria o nome para Associação de Defesa da Flora e da Fauna de São Paulo - ADEMASP que até hoje se encontra em atividade. (URBAN, 1998, p. 88)

Em 1958, como resultado da ligação dos cientistas brasileiros com o movimento conservacionista internacional, foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza - FBCN no Rio de Janeiro, que representa o novo momento do ambientalismo e surge como uma reação ao desenvolvimentismo exacerbado e a qualquer custo que dava início no país, sendo uma organização ambiental que conseguiu ter uma amplitude e repercussão em todo o país, transformando-se em um marco para o ambientalismo brasileiro.

Os associados dessa entidade eram homens capazes de influir diretamente em medidas governamentais, obtendo o ambientalismo um grande avanço, tanto que já em 1959 o governo federal voltava a utilizar a criação de parques como instrumento de conservação, sendo criados três em 1959 e oito em 1961, no curto governo de Jânio Quadros, que tinha como presidente do Conselho Federal Florestal Vitor Farah Abdennur, um dos fundadores da FBCN. Para Urban (1998, p. 89), desde então, a FBCN e ADEMASP, “influíra decisivamente na política conservacionista do país”.

3.2 Instituições oficiais

Embora as instituições não sejam o objeto de estudo dessa pesquisa e sim o movimento da sociedade civil, mas considerando que esses indiretamente se interligam, pois a formação e alteração de um interfere no desenvolvimento e fortalecimento do outro e, muitas vezes, os atores são coincidentes, optou-se por fazer um resumo da história dos órgãos ligados ao meio ambiente a fim de possibilitar a contextualização dentro do movimento ambientalista.

O primeiro órgão federal criado para lidar especificamente com a conservação da natureza no Brasil foi o Serviço Florestal, ligado ao Ministério da Agricultura, que funcionou de 1921 a 1959, não tendo, porém, nos primeiros anos, atividades expressivas, se restringido em cuidar dos parques e jardins da cidade do Rio de Janeiro. Durante esse período, foi promulgado o antigo Código Florestal (1934) e surgiram as primeiras unidades de conservação federais, como o Parque Nacional de Itatiaia. (URBAN, 1998)

Posteriormente surgiu uma Seção de Reflorestamento dentro do Serviço de Fomento da Produção Vegetal e, em seguida, foram criadas mais duas instituições, o Instituto Nacional do Mate, em 1938, e Instituto Nacional do Pinho, em 1941, que estavam mais voltados para a produção. (URBAN, 1998)

Em 1959, o Serviço Florestal foi sucedido pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis - DRNR, que funcionou até 1967. Nesse período, foram promulgados o novo Código Florestal (Lei 4.771, de 1965) e a Lei de Proteção à Fauna (Lei 5.197, de 1967), tendo este departamento um papel marcante na história da conservação por ter sido fundamental na criação de novas unidade de conservação, pois era apoiado no Conselho Florestal Federal composto por nomes influentes que se preocupavam com a questão ambiental. (URBAN, 1998)

Em 1967, o DRNR foi sucedido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, uma repartição do Ministério da Agricultura que tratava da produção, comércio, exportação e importação, reflorestamento, crédito e financiamento, padronização e classificação oficial, beneficiamento e sobre todos os dados e informações da madeira. (URBAN, 1998)

Dentro do IBDF havia uma pequena estrutura que teve uma contribuição importante para o ambientalismo, era o Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza que tinha como atribuição conservar os recursos naturais renováveis possuindo, para atender tal função, uma Divisão de Proteção à Natureza que continha conservacionistas que se utilizavam da sua função para pressionar o governo para criação de novas áreas protegidas, sendo criados nesse período vinte novos parques.

Em 1974, dois anos após a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada na Suécia, foi criado um novo órgão ambiental federal, agora dentro do Ministério do Interior: Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA. O decreto de criação destacava o papel que a nova secretaria deveria ter no controle da poluição, embora, na prática, ela tenha se envolvido bastante com questões conservacionistas e criação de novas áreas preservadas. (URBAN, 1998)

Para evitar conflitos explícitos com o IBDF, que legalmente tinha competência para criação de parques e outras questões, a SEMA teve que fazer algumas manobras, das quais se tem como referência a criação de unidades de conservação próprias, denominadas de estações ecológicas, categoria destinada exclusivamente à pesquisa e até então inexistente no país, motivo pelo qual não criaria conflitos, continuando o IBDF incumbido de administrar os parques nacionais e as reservas biológicas federais.

Em 1989, o governo federal fundiu SEMA, IBDF e mais alguns órgãos, criando o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, ainda dentro do Ministério do Interior e em 1992, ano em que o país sediou a Eco-92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, o IBAMA foi alocado no recém-criado Ministério do Meio Ambiente que, três anos depois, recebeu sua denominação atual: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA).

Em 2007, o IBAMA sofreu uma reestruturação através da divisão de suas funções com a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade através da Medida Provisória nº 366/2007, funcionando este instituto como uma autarquia com autonomia administrativa e financeira e sendo responsável em propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UCs), funções que pertenciam ao

IBAMA que permaneceu com a execução dos processos de licenciamento ambiental, autorização e fiscalização.

A criação dessa nova estrutura administrativa gerou controvérsias e polêmicas, sendo criticada pelos servidores do IBAMA que protestaram e fizeram paralisação das atividades em defesa da manutenção do órgão sem alterações, argumentando vários motivos para tal resistência, dentre estes, a utilização de medida provisória para a criação do Instituto em vez de projeto de lei com ampla discussão sobre o tema; a perda de uma ação ambiental integrada, diminuindo eficiência de gestão e, ainda, alegando o enfraquecimento do órgão federal de meio ambiente que já não possuía estrutura física e pessoal capazes de atender a demanda, ficando ainda mais debilitado com a divisão desta estrutura entre dois órgãos distintos.

3.3 Politização da Ecologia

O movimento ambiental ganhou maiores proporções no Brasil, como no resto do mundo, depois da Conferência de Estocolmo, quando a bandeira ambientalista se torna causa de mais pessoas e o movimento se torna mais popular, ganhando cada vez mais força e espaço.

Os anos 60 foram marcados por intensas transformações sociais, com o surgimento da pílula, minissaia, desquite etc, ocorrendo uma revolução da sociedade com a formação de vários movimentos que questionavam o próprio sistema social, cultural e econômico, como por exemplo, o feminismo, as revoltas estudantis, o movimento *hippie*, os valores anti-burgueses.

Pelas ruas, manifestações de toda ordem, estudantes, operários, artistas e intelectuais bradavam por mais liberdade, pelo fim da opressão, por direitos civis, sociais, sexuais. Esse processo passou pelo Tropicalismo que era um movimento musical e cultural inovador que tinha um aspecto afrontador, pois representava rupturas com o modelo tradicional, com a cultura oficial e de consumo fácil.

O tropicalismo foi um movimento contestatório em vários aspectos, porque além de trazer a liberdade e modernidade musical, sendo inclusive acusado de descaracterização da cultura brasileira, os seus poetas e cantores como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinam e Torquato Neto, utilizavam a cultura para expressar um discurso

político, motivo pelo qual, em 1969, Gil e Caetano foram presos e exilados do país pela Ditadura Militar do Brasil.

Dentro desse contexto, o meio ambiente representava uma bandeira comum dos mais diversos movimentos, fazendo parte desse momento político e contestatório sofrendo influência e transformação, instalando-se, a partir de então, um novo ambientalismo com inserção política e que defende o meio ambiente de forma mais abrangente.

Houve no Brasil, durante a década de 70, uma intensa industrialização decorrente do milagre econômico, uma crescente urbanização e o surgimento do espírito libertário e contestatório, esses elementos associados ao movimento ambientalista que já ocorria no exterior, faz com que ocorra o abandono do conservacionismo para uma nova abordagem da questão ambiental que Sirkis (1992) denomina de Ecologia Política.

Sirkis (1992, p. 217) considera como marco inicial desse momento do ambientalismo no Brasil o caso de Carlos Dayrel, ocorrido em Porto Alegre, em 1975, no qual três estudantes protestam contra a derrubada de uma árvore, ficando em cima de uma acácia por mais de seis horas, provocando tumulto e conseguindo, além da árvore não ser cortada, a promessa do secretário de obras do estado que ela viraria o símbolo da preservação das áreas verdes de Porto Alegre. Para o autor esse episódio assinalava “o despertar de uma nova geração de militância ecológica e a confluência do ambientalismo das entidades pioneiras”, possuindo um caráter preservacionista, mas, sobretudo, uma atuação política e iniciativa característica da ecologia política.

Nessa nova abordagem o ambientalismo se preocupava mais com a humanidade e seus ambientes, diferente dos preservacionistas e conservacionistas, que enfatizavam o ambiente não humano e o gerenciamento racional dos recursos naturais respectivamente. A característica desse momento é o ambientalismo ativista e político, em oposição aos antigos grupos de preservacionistas e conservacionistas. Segundo Sirkis (1992, p. 218) não mais existe o “cultivo de um discurso ambiental proclamado como ideologicamente ‘neutro’, mas uma ecologia política onde há uma luta a ser travada na sociedade, uma mobilização e uma difusão ampla de idéias, uma luta por corações e mentes”.

O país enfrentava nesse período a imposição das normas ditatoriais, eram tempos de censura ao direito de expressão, prisões e desaparecimentos de opositores ao regime militar, e essa foi então uma oportunidade de destaque para a questão ambiental, já que a imprensa encontrava-se limitada sobre assuntos mais estritamente políticos e não havia bloqueio ao tema meio ambiente, sendo a militância pela natureza uma válvula de escape de que todos precisavam.

A princípio, no plano do discurso ideológico, o pensamento de esquerda da geração de 68 nada tinha a ver com defender a natureza, pois estava mais voltado para a resistência à tirania política e a luta contra a exploração e a miséria que, na sua visão, só a revolução socialista poderia resolver. (SIRKIS; 1992, p. 216)

O ambientalismo do sul do país teve um grande destaque nessa fase do ambientalismo, possuindo um ativismo intenso e participativo. No Rio Grande do Sul os defensores da natureza optavam pela mobilização popular, um exemplo foi o ambientalista José Antonio Lutzenberger, graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especializou-se em solos e agroquímica nos Estados Unidos, trabalhou para uma multinacional de agrotóxico até que se convenceu dos malefícios desse produto, quando pediu sua demissão e retornou a Porto Alegre, decidindo, então, trabalhar pela causa ecológica. (SIRKIS, 1992)

Em 1971, era criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) em Porto Alegre por um grupo de ativistas, liderado pelo engenheiro agrônomo e ambientalista José Lutzenberger, que tinha como metas principais a defesa da fauna e da vegetação, o combate à mecanização excessiva do solo, à poluição industrial e à poluição proveniente de veículos motorizados, etc. Esta associação teve com um de seus primeiros protestos e mobilizações, a partir de 1972, a luta contra a poluição do rio Guaíba e, no início de 1980, conseguiu obter um forte apoio da opinião pública gaúcha para o combate ao uso indiscriminado de agrotóxico na lavoura (SIRKIS; 1992, p 216).

As mulheres gaúchas também se mobilizaram e, em 1972, um grupo de mulheres resolveu participar da luta ecológica, resultando em uma das maiores entidades ecológicas do Brasil: Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), atualmente filiada a Amigos da Terra.

Em 1973, Emílio Miguel, espanhol e artista plástico, fez um inédito e solitário protesto contra a poluição do ar da mais industrializada cidade brasileira através da utilização de máscaras contra gases no centro de São Paulo, havendo repercussão na mídia e começando a partir daquele ato a ação do Movimento Arte e Pensamento Ecológico - MAPE (ALMEIDA, 2002, p. 32)

Em 1978, o Brasil ainda sob o regime militar, um grupo de estudantes de ciências econômicas e biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) começou a se reunir para discutir sobre meio ambiente e a partir daí nasceu a Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA, radicalizando, num primeiro momento, as opiniões e ações

para combater, com mais intensidade, o setor empresarial que só enxergava o lucro, sem interesse pela preservação ambiental e uso racional dos recursos naturais.

Essa fase é marcada pelo surgimento das organizações e pelo ativismo das pessoas envolvidas com a causa ambientalista, havendo uma grande importância dos movimentos populares nesse processo de construção da sociedade civil organizada ambiental, que percebe o seu poder de mobilizar e pressionar os poderes públicos, mesmo que seja através de ações e manifestações de pequenos grupos ativistas ecológicos que são capazes de capturar a atenção da mídia e, através dela, levar seus ideais ao grande público.

3.4 Brasil e a Conferência de Estocolmo

Na década de 70 surgia no mundo a noção de escassez de recurso e limite de crescimento, no qual apontava que o crescimento econômico exponencial abalaria os fundamentos naturais da vida, idéia divulgada amplamente pelo relatório de Meadows, Limites do Crescimento, relacionado ao pensamento do grupo de intelectuais do Clube de Roma.

Muitos reagiram ao catastrofismo, e outros, contestaram pelos impedimentos que os países pobres teriam para se desenvolver. Esse tema foi levado para Conferência de Estocolmo, onde foi discutido no âmbito dos governos e entre os países contestatórios, o Brasil teve um papel de destaque, pois vivia naquele momento o chamado milagre econômico, com taxa de crescimento de 10% e seu governo não concebia a interrupção do projeto intitulado Brasil Grande.

O Brasil foi um dos países que se posicionou contrário as propostas de controle de crescimento na Conferência de Estocolmo, defendendo que para se alcançar um nível de desenvolvimento econômico adequado não poderia ser poupado qualquer esforço, mesmo que isso significasse sacrificar os recursos naturais brasileiros, alegando o governo brasileiro que a maior poluição do país era a pobreza.

Foi então que o Brasil tentou reunir outros países subdesenvolvidos para enfrentar os limitadores do crescimento, sob o argumento de que se toda a poluição gerada pelos países desenvolvidos desaparecesse não se verificaria poluição de importância significativa no mundo, então se estes puderam poluir para se desenvolver porque agora os países em desenvolvimento deveriam ser punidos?

A preocupação ambiental estava relegada ao segundo plano, pois os reais problemas da população brasileira, para o governo, estavam ligados ao seu subdesenvolvimento: fome, miséria, carência de escolas, moradias, saneamento básico, atraso tecnológico, etc., sendo estes contrários a relação de controle de desenvolvimento versus controle de poluição.

Ao final da Conferência, o Brasil atingiu seus objetivos que era impedir a limitação do crescimento dos países pobres, mas isso lhe custou um preço, toda a opinião pública internacional interpretaria aquela posição como um elogio à poluição e contrária ao meio ambiente. A imagem internacional do Brasil que já não era boa por conta do regime militar que torturava e matava presos políticos, amordaçava a imprensa e submetia o Congresso ao poder militar, ficou ainda pior depois desses acontecimentos.

Como no resto do mundo, essa Conferência também se tornou um marco para o ambientalismo brasileiro, pois até então não existia no Brasil um conjunto de ações e políticas integradas para regular a relação homem-natureza, as normas de proteção à natureza estavam dispersas em diferentes leis específicas, como códigos florestal, código de obras, de águas, e de caça e pesca, que tratavam questões ambientais de forma isoladas.

Depois da Conferência de Estocolmo, o governo brasileiro com o intuito de desfazer a imagem negativa e como forma de satisfação à opinião pública, criou em 1973, através de decreto, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), uma autarquia subordinada ao Ministério do Interior que cuidaria da conservação do meio ambiente e do uso racional dos recursos naturais e tinha como chefe Paulo Nogueira Neto, ambientalista, doutor em zootecnia, professor da universidade de São Paulo, presidente da Associação Brasileira de Defesa da Flora e da Fauna e do Conselho Florestal de São Paulo.

O que era para significar apenas uma satisfação à comunidade internacional acabou se tornando um grande passo para o ambientalismo brasileiro, pois a SEMA teve em seu comando uma pessoa que tinha verdadeiro compromisso com as questões ambientais. Paulo Nogueira, além de levar a cabo a criação de várias estações ecológicas, inovou o cenário político de meio ambiente incentivando os governos estaduais a terem sua política ambiental, entrando em cena os órgãos estaduais de controle ambiental, havendo, com isso, uma descentralização que permitiu um cuidado maior com as questões regionais e locais.

Surgiram Secretarias Estaduais de Meio Ambiente no país inteiro; Conselhos de todo tipo; revistas; jornais; rádios que falavam sobre o assunto. Nesse novo quadro político, as lutas ambientais passam a refletir os problemas locais e urbanos e as pressões da

sociedade civil surtem mais efeitos, pois conseguem chegar mais facilmente ao cenário político.

A mobilização da sociedade e a criação da SEMA marcam o início da mudança de concepção de natureza na Brasil. Percebe-se a partir de então o meio ambiente como um todo, como um universo integrado, e surge, juntamente com o conceito de ecodesenvolvimento, um novo paradigma da concepção alternativa de política de desenvolvimento.

3.5 Iniciativas Ambientais Pós-Estocolmo no Brasil

Fernando Almeida (2002) faz uma divisão conceitual em três momentos distintos do ambientalismo a partir da década de 70 que é visualizado tanto no âmbito mundial como no nacional: comando e controle, gestão articulada e gestão de sustentabilidade.

3.5.1 Comando e Controle

Almeida (2002, p. 37) denominou como império do comando-e-controle o período em que a política de meio ambiente no Brasil tinha sido formulada de forma impositiva pelo governo sem espaço para participação da sociedade brasileira, decisão tomada como uma resposta às pressões vindas do exterior que não tinha como objetivo principal cuidar do meio ambiente.

Nesse momento o único instrumento de gestão ambiental existente era a regulamentação unilateral do poder público, ou seja, o governo, em suas diferentes instâncias, estabelecia as normas ambientais, ainda dispersas, que deveriam ser cumpridas pelas empresas e cidadãos, sob pena de multa e interdições, sem nenhum tipo de participação, conhecimento e interação destes atores com a questão ambiental.

Como no restante do mundo, esse modelo conceitual não logrou êxito, e com a consciência ambiental cada vez maior da sociedade e a evolução das discussões e dos problemas ambientais, logo surge uma nova concepção do movimento ambientalista com a

participação efetiva da sociedade civil organizada, que Almeida (2002) denominada de Gestão Articulada.

3.5.2 Gestão Articulada / Integrada

Nessa fase há uma politização do movimento ambientalista com estruturação do poder público para o setor ambiental, organização e maior participação da sociedade civil organizada, articulação com os governos estaduais e descentralização da gestão ambiental. Acontece também uma aproximação com os partidos políticos (PT, PMDB) e ingresso de alguns ativistas ambientais em partidos de oposição e posterior criação do Partido Verde.

Os desastres ecológicos continuavam pelo mundo inteiro e no início da década de 1980, cientistas chamavam atenção para problemas como o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, a chuva ácida e a desertificação. No Brasil as questões polêmica que motivavam à mobilização da sociedade eram:

No final dos anos 70 e durante a década de 80, o movimento ambientalista brasileiro passa a desenvolver campanhas de escopo regional e nacional. Assim temos as lutas contra a construção do aeroporto em Caucaia do Alto, em São Paulo (1977-1978), contra a inundação de Sete Quedas no Rio Paraná (1979-1983), contra a construção de usinas nucleares (1977-1985) e campanhas de denúncias sobre o desmatamento da Amazônia (1978-1979), para obrigar as autoridades a tomarem providências acerca da catástrofe ambiental em Cubatão (1982-1984) [...] (UEMA, 2006, p. 51)

Em 1983 é formada a Comissão de Brundtland, da qual também fazia parte Paulo Nogueira, titular da SEMA, para estudar e propor uma agenda global com objetivo de capacitar a humanidade para enfrentar os principais problemas ambientais do planeta, introduzindo o conceito desenvolvimento sustentável e recomendando a II Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Acompanhando o ambientalismo mundial, ocorre no Brasil, na década de 80, um processo de politização da questão ambiental, com a inserção do tema nas instituições públicas ou com a criação de órgãos exclusivos, havendo uma tradução dessa dimensão em problemas de política pública, passando as entidades ambientalistas a fazer parte do cenário nacional e sendo atores em diferentes foros de atuação.

Para Almeida (2002, p. 57) a emergência do novo paradigma, que se revela como uma crítica à abordagem fragmentada da realidade, e a constatação das fragilidades do

modelo de comando-e-controle, favoreceram a entrada e fortalecimento de novos atores no cenário ambiental, que seriam as ONGs, ou organizações não governamentais. “Entidades como o WWF (Fundo Mundial da Vida Selvagem), o Greenpeace e a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) acumulam qualificação técnica e reconhecimento popular.”

No Brasil, surgia uma articulação formada por várias entidades do movimento popular: ONGs, federações de sindicatos urbanos, setores universitários e ainda técnicos de órgãos públicos, implementando uma luta direcionada para a organização, discussão e encaminhamento de propostas de solução para as complexas questões relativas à degradação do meio ambiente nas cidades brasileiras.

Segundo Almeida (2002), acontece, nesse período, uma explosão de ONGs no Brasil que com a sua redemocratização, ganha o terceiro setor importância quantitativa e qualitativa, com o crescimento do número de entidades e uma maior diversificação de suas áreas de atuação. O que não foi diferente na esfera ambiental que passou a se institucionalizar sob a forma de organizações civis, chegando a ganhar caráter de função pública, sendo a Rio-92 o ápice desse processo de mobilização.

Em 1981, foi instituída, através da Lei 6.938/81, a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) que introduziu uma nova figura jurídica: os recursos naturais, que seria um conceito bem mais amplo, oficializando uma mudança conceitual; e criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, integrado por um órgão colegiado, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA que tem atribuição de formular as políticas ambientais e é formado por representantes de ministérios e entidades setoriais da Administração Federal, diretamente envolvidos com a questão ambiental, bem como de órgãos ambientais estaduais e municipais, de entidades de classe e de organizações não-governamentais.

A criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA através da nova política de meio ambiente representou um grande avanço para o ambientalismo brasileiro porque inseriu a sociedade civil organizada dentro da estrutura administrativa, permitindo uma participação concreta da sociedade nas decisões políticas. Marina Silva, ministra de Meio Ambiente no Brasil de 2003 a 2008, ressalta a importância da criação desse conselho:

Em primeiro lugar, não é fácil fazer um balanço da questão ambiental no Brasil porque são um processo cumulativo de alguns anos, envolvendo diferentes setores, principalmente os não-governamentais. É um processo cumulativo, nesses diferentes níveis, e nas diversas esferas de governo, em

que todos contribuem. Por exemplo, uma contribuição interessante foi a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em plena ditadura militar, há 25 anos, pelo professor Paulo Nogueira Neto. É o primeiro conselho deliberativo desta República que funciona até hoje, produz resoluções e é a instância máxima do sistema nacional de meio ambiente. (AZEVEDO, 2007, p. 8),

A partir dessa nova política os estados passariam a criar seus próprios órgãos ambientais e seus conselhos estaduais, que também teriam representantes da sociedade civil, para atender os novos anseios do estado e eleger seus problemas ambientais como primordiais. Havendo uma cooperação entre as agências ambientais estatais e as entidades ambientalistas, fortalecendo ainda mais o movimento e estimulando a formação de mais entidades ambientalistas, a maioria delas com uma parte expressiva de técnicos e dirigentes das agências estatais.

A Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil refletiu os anseios e preocupação da sociedade quando propôs, em 1979, o tema da Campanha da Fraternidade uma reflexão sobre o meio ambiente, com o tema “Por um Mundo mais Humano” e o lema “Preserve o que é de todos”, trazendo para a discussão a preocupação em preservar e conservar o ar, a água, a flora e a fauna como elementos necessários ao próximo. (CNBB, 2007)

A Campanha da Fraternidade (CF) é uma campanha realizada anualmente pela Igreja Católica, coordenada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, sendo escolhido a cada ano um tema que define a realidade a ser transformada, e um lema, que explicita em que direção se busca a transformação. A realização da CF é um exercício e expressão de planejamento participativo e de articulação social, pois distribui tarefas e atribuições entre as diversas pastorais, organismos, movimentos e grupos.

Em 2004, o tema foi “Fraternidade e a Água” e o lema “Água, fonte de vida”, chamando a atenção para o valor vital da água para os seres vivos, sua importância social e a necessidade da participação popular no gerenciamento desse recurso. Em 2007, foi colocada em pauta a problemática da destruição da Amazônia, refletindo sobre a questão ambiental e social da região, tendo como tema “Fraternidade e Amazônia” e o lema “Vida e missão neste chão”.

Juntamente com essa percepção de politização do movimento ambientalista e inspirado no surgimento de partidos políticos ligados a questão ambiental em outros países,

com referência de organização política Os Verdes - Die Grünen da Alemanha, criados em 1983, nasce, na cidade do Rio de Janeiro, o Partido Verde brasileiro. Esse partido surgiu de um grupo de ecologistas, artistas, intelectuais e ativistas, principalmente do movimento antinuclear, dos quais boa parte passou pelo exílio durante o regime militar e mantiveram contato com os movimentos ecologistas e alternativos da Europa, entre eles, Alfredo Sirkis, Herbert Daniel, Guido Gelli, Lucélia Santos, Fernando Gabeira etc.

A questão política foi colocada claramente para os ecologistas no início da década de 1980, com o avanço do processo de democratização, a anistia e a volta dos exilados – particularmente da geração de 68, que haviam realizado seu aprendizado ecológico na Europa, em contato com os movimentos verdes, pacifistas, antinucleares e alternativos do final dos anos 70. Exilados, como Fernando Gabeira, Carlos Minc, Litz Vieira e o autor, voltaram ao país, sob a atenção favorável da opinião pública, trazendo na bagagem formulações de um emergente movimento verde. (SIRKIS, 1992, p. 219)

Esse período marcou o fim do regime militar com um novo ambiente político que estimulou a organização dos Verdes, sobretudo com a volta dos exilados. Mas mesmo com o ambiente propício houve uma divergência entre os ecologistas quanto à criação de um partido político por receio de que o movimento fosse desvirtuado com uma partidarização da ecologia, havendo, inicialmente, a intenção, por parte de alguns ecologistas, de que os verdes estivessem em vários partidos de oposição.

No entanto, os ecologistas viram a necessidade da criação do seu partido político uma vez que embora os outros partidos abrissem algum espaço para a questão ecológica, essa não era prioritária e algumas vezes se chocava com o ideal desenvolvimentista, próprio da época, havendo estruturas prontas e consolidadas que não permitiam algumas discussões essenciais ao ambientalismo, foi então que, em 1986, nasceu no Rio de Janeiro o Partido Verde brasileiro expressando no seu manifesto de fundação: “O Partido Verde pretende (...) contribuir para a afirmação de um grande movimento ecológico, pacifista e alternativo capaz de influenciar os destinos da nação brasileira nesse limiar do século XXI” (Sirkis, 1992, p. 220).

De acordo com o site oficial do Partido Verde, este embora já estivesse criado no papel, não possuía registro legal para participar das eleições de novembro de 1986, mas fez uma aliança informal com o PT com a disputa do líder verde, Fernando Gabeira, para o cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro, havendo uma campanha incisiva sobre a temática ambiental, chamando atenção da população, como, por exemplo, com a manifestação Abraça a Lagoa em que milhares de pessoas formaram uma corrente humana ao redor da Lagoa Rodrigo de Freitas, tornando-se um marco, “porque, pela primeira vez no Brasil, nas tevês e

nas ruas, foi visto manifestações por uma política predominantemente ecológica, entre outras atitudes não conservadoras“, obtendo o candidato o terceiro lugar com 7,8% dos votos.

Em 1988 o partido obteve seu registro legal provisional e participou das eleições municipais, elegendo 20 vereadores, distribuídos entre os estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Paraíba, obtendo o candidato da cidade do Rio do Janeiro, Alfredo Sirkis, 43 mil votos, sendo o mais votado entre os 1.500 candidatos a vereador.

Nessa época ocorreu uma expansão do partido para outras regiões do país, com filiações de nomes importantes como a do cantor e compositor Gilberto Gil, havendo uma paralisação desse crescimento quando, em 1990, a justiça eleitoral recusou conceder o registro provisório ao partido, inexistindo legalmente e ficando impedido, mais uma vez, de usar sua própria legenda.

Durante a conferência de UNCED RIO-92 o Partido Verde brasileiro promoveu a primeira reunião planetária, sendo a primeira vez que os Verdes de todo o planeta se encontraram para trocar experiências, fortalecendo os partidos verdes presentes, sobretudo o nacional, que em 30 de setembro de 1993, conseguiu seu registro definitivo, iniciando um novo processo de formação e organização com a conquista gradativa de espaço político.

Sirkis (1992, p. 221) enfatiza o intenso crescimento do movimento ecologista entre 1988 e 1990, com vitórias na constituinte e com o partido verde nas eleições municipais. Mas muito embora esse partido tenha conquistado espaço na política ao longo dos anos, esse crescimento trouxe um distanciamento dos ideais ecológicos e das características contestatórias do início de sua formação.

A década de 80 foi marcada, ainda, por grandes queimadas na floresta amazônica estimuladas por incentivos fiscais do regime militar para a colonização da Amazônia e por um acontecimento de intensa repercussão nacional e internacional, em 1988, que foi o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes.

Chico Mendes, nascido em Xapuri, estado do Acre, foi um seringueiro, sindicalista e ativista ambiental que resistiu a ocupação e devastação da Amazônia, organizando os seringueiros e suas famílias em mobilizações de resistência pacíficas, sendo um dos encabeçadores da proposta União dos Povos da Floresta, que se tratava de um projeto que buscava unir os interesses dos indígenas, seringueiros, castanheiros, pequenos pescadores, quebradeiras de coco babaçu e populações ribeirinhas, através da criação de reservas extrativistas, as quais preservariam áreas indígenas e a floresta, além de ser um instrumento da reforma agrária, tendo sua luta junto com os seringueiros pela preservação do seu modo de vida, adquirindo grande repercussão nacional e internacional.

Em 1987, Chico Mendes recebe a visita de alguns membros da ONU que vieram ver de perto a devastação da floresta e a expulsão dos seringueiros causada por projetos financiados por bancos internacionais, situações denunciadas por ele, o que ocasionou a suspensão dos financiamentos aos projetos existentes, recebendo várias homenagens por sua atuação militante como, por exemplo, o prêmio Global 500, oferecido pela própria ONU como uma das pessoas que mais se destacou naquele ano em defesa da ecologia, mas ao mesmo tempo, sofrendo represálias e ameaças por parte de fazendeiros e políticos da região que o acusavam de prejudicar o progresso do Estado do Acre.¹

Mesmo diante de ameaças e perseguições, Chico Mendes continua denunciando a ação predatória contra a floresta e as ações violentas dos fazendeiros da região contra os trabalhadores, participando de seminários, palestras e congressos o que fez com que, em 1988, as ameaças se agravassem e no dia 22 de dezembro ele fosse assassinado na porta de sua casa, tendo esse escândalo colocado, definitivamente, os problemas ecológicos do Brasil, particularmente a destruição da Amazônia, no centro da atenção internacional.

Cada vez mais, a crescente conscientização da opinião pública e a pressão dos movimentos sociais desempenham papel significativo no processo de desenvolvimento do movimento ambientalista, emergindo, na década de 80, na cena política a sociedade civil como um terceiro sistema de poder, ao lado dos Estados e do poder econômico.

À medida que as idéias ecológicas cresciam na sociedade se dava um fortalecimento quantitativo, com a multiplicação de novas entidades, sendo essa pulverização uma das características marcantes desse momento, ficando esse momento do ambientalismo brasileiro caracterizado por um movimento bi-setorial, que envolve as associações ambientalistas e as agências estatais de meio ambiente, com uma politização crescente do movimento.

3.6 Conferência do Rio de Janeiro (Eco-92)

A Constituição de 1988 foi um passo decisivo para a consolidação da política nacional ambiental, pela primeira vez na história de uma nação, uma constituição dedicou um

¹ Dados obtidos no site dedicado ao ativista e ambientalista Chico Mendes, criado pelo Comitê Chico Mendes, uma articulação de entidades não governamentais: <http://www.chicomendes.org> . Acessado em 24.03.2008.

capítulo inteiro ao meio ambiente, dividindo entre governo e sociedade a responsabilidade pela sua preservação e conservação.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988, art. 225)

A elevação do direito ao meio ambiente a um direito constitucional e a um bem difuso, dividiu com a coletividade a responsabilidade e o dever de cuidado com o meio ambiente e, assim, fortaleceu e consolidou o movimento ambientalista brasileiro, pois legitimou a participação e atuação da população na preservação e na defesa ambiental.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu abertura de canais para participação efetiva na vida social, através do cidadão ou da coletividade:

[...] reforçaram-se os canais de diálogo ante a convicção de que os cidadãos, com amplos conhecimentos de sua realidade e com acesso à informação, têm melhores condições de atuar sobre a sociedade, de articular mais eficazmente desejos e idéias e de tomar parte ativa nas decisões que lhe interessam diretamente [...] o princípio democrático é aquele que assegura aos cidadãos o direito pleno de participar na elaboração de políticas públicas. (MILARÉ, 1992)

Os acontecimentos que marcaram a década de 1990 e desencadearam, no mundo inteiro, inclusive no próprio Brasil, uma preocupação com nossos problemas ambientais foram as queimadas na Amazônia, a dizimação dos índios e a morte do seringueiro Chico Mendes. (MARCONDES, 2005)

Em junho de 1992, se realizou no Brasil um dos acontecimentos mais importantes da história do ambientalismo mundial, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD-92) que tinha como objetivo o exame de estratégias de desenvolvimento, considerando os seres humanos o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável.

Um dos motivos pelos quais o Brasil foi o país escolhido para sediar a referida conferência foi o problema alarmante da devastação da Amazônia e o assassinato do líder sindicalista e ambientalista Chico Mendes, fatos que foram bastante denunciados pelos ambientalistas. (MARCONDES, 2005)

Essa conferência marcou o início de um grande compromisso público de 180 Chefes de Estado e Governo de todo o mundo com o futuro do planeta, marcando o esgotamento de um modelo de desenvolvimento que se mostrava ecologicamente predatório e socialmente perverso. Resultou desse encontro um documento chamado Agenda 21 que sintetizou as preocupações e apontou um programa de ações que busca compatibilizar o

desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental, para se alcançar um modelo sustentável a ser perseguido por todos os países do mundo.

Para Haddad (2002) o “processo de concepção da Agenda 21 Brasileira constituiu a mais ampla experiência de planejamento participativo que já se desenvolveu no Brasil ao nível de coordenação do governo federal, nos anos recentes pós-Constituição de 1988”, envolveu cerca de 40 mil cidadãos com cerca de seis mil proposta.

3.6.1 Gestão de Sustentabilidade

Para ser possível tornar realidade tantos objetivos multifacetados das políticas de desenvolvimento sustentável a Agenda 21 Brasileira, elaborada durante a Rio-92, propôs que se ampliasse os limites e o escopo dos instrumentos de intervenção por meio de negociação entre as instituições públicas e privadas, além de introduzir mecanismos efetivos de mercado para a condução destas políticas, com as estruturas regulatórias de comando e controle.

Assim, na Agenda 21 Brasileira, admite-se que o conceito de sustentabilidade reconhece uma dimensão propriamente econômica de sustentabilidade, baseada nas exigências de eficiência econômica e competitividade sistêmica necessárias à acumulação para continuidade do processo de desenvolvimento econômico. Mas ressalta que eficiência e competitividade não podem comprometer a qualidade do meio ambiente e a capacidade de reprodução e conservação dos ecossistemas, e devem servir ao bem-estar da sociedade, atendendo, prioritariamente, às exigências econômicas e sociais da geração adequada de empregos, e da melhoria na distribuição funcional, regional e interpessoal de renda. (HADDAD; 2002, p 574)

Essa orientação trazida pela Agenda 21, estimulando o uso de mecanismos descentralizados de mercado para operacionalizar os objetivos das políticas de desenvolvimento sustentável, juntamente com uma maior consciência da sociedade brasileira sobre os problemas ambientais fez com que as empresas se voltassem para questão ambiental como um fator adicional dentro do mercado competitivo, dando início ao momento que Almeida (2002) intitula como gestão de sustentabilidade.

Para Almeida (2002) na década de 90, além dos dois setores que já existiam, as associações ambientalistas (ONGs) e as agências estatais (poder público), surge um novo setor que até então considerava a dimensão ambiental apenas como um problema, que é o

universo empresarial, passando a pautar seu processo produtivo e investimentos através do critério da sustentabilidade.

O setor empresarial brasileiro, por muitos anos, não deu importância para os problemas e degradações ambientais, considerando a questão ambiental uma contradição a lógica liberal do mercado livre, pois com a evolução da legislação ambiental passaram a ser responsabilizadas por questões até então consideradas externalidades, implicando novos custos e novos riscos. Assim, no início, no máximo se submetiam às leis e regras impostas pelo poder público, ou as empresas mais pressionadas pela opinião recorriam à especialistas em *marketing* para mudar a imagem negativa, na maioria das vezes, vendendo uma imagem ambientalmente correta que não correspondia com a verdade. (ALMEIDA; 2002, p. 57)

No início do movimento ambientalista se acreditava que a ecologia e economia eram coisas antagônicas que não podiam se misturar e que a mudança da política em direção a uma sociedade ecológica só se daria através de uma transformação total de valores e atitudes da sociedade. No entanto, essa era uma visão ingênua e simplista, mas com as evoluções conceituais percebeu-se que para se conseguir a efetividade da preservação era necessário considerar o todo, inclusive a economia e o sistema capitalista.

Ao longo dos anos, com vários desastres ecológicos ocasionados por descuido das empresas com a questão ambiental, houve um aumento das cobranças e questionamentos sobre sua credibilidade, passando a afetá-las financeiramente o custo do descaso ambiental, foi então, que iniciou uma lenta e gradual aproximação do setor empresarial brasileiro com o tema, havendo uma atuação conjunta entre as áreas de interesse comum, através do diálogo.

Os poluidores tiveram que incorporar ao desenvolvimento de suas atividades a vertente ambiental, uma vez que a legislação recém implantada e a sociedade organizada nos movimentos ambientalistas exigiam esta mudança, criando-se um processo combinado pela busca da eficiência e competitividade econômica, conservação ambiental e equidade social.

Um dos primeiros setores empresariais a aderir a uma política ambiental no Brasil, acompanhando a legislação e a tendência mundial, foi o setor químico, tendo entre suas primeiras medidas o tratamento de efluentes e poluentes atmosféricos. Podendo se falar em uma política ambiental no setor a partir de meados dos anos 80, quando são elaboradas diretrizes ambientais, realizadas auditorias, publicados relatórios ambientais bem como fundadas instâncias administrativas para a área, surgindo os primeiros inspetores ambientais nas subsidiárias brasileiras, como exemplo dessa evolução se tem as duas maiores empresas químicas alemãs sediadas no Brasil, a Basf SA de Guaratinguetá e a Bayer AS, em Belford Roxo. (GUEDES, 1993)

Para Almeida (2002, p. 67) o primeiro passo para o ingresso do empresariado brasileiro no ramo da sustentabilidade foi o convite, em 1990, do empresário suíço Stephan Schmidheiny aos empresários brasileiros Erling Lorentzen, presidente da Aracruz Celulose, e Eliezer Baptista da Silva, então presidente da Companhia Vale do Rio Doce, para se juntar ao *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) no esforço de conceituar o desenvolvimento sustentável.

Após três anos da Rio-92 e da apresentação do relatório Mudando o rumo, elaborado pelos empresários, houve a fusão do BCSD com *World Industry Council for the Environment* (WICE), crescendo e aumentando sua abrangência geográfica e poder de atuação, sendo um dos seus resultados a criação, em 1997, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, que, atualmente, integra uma rede global de mais de 50 conselhos nacionais, sendo presidido, inicialmente, pelo então presidente da S/A White Martins, Felix de Bulhões. (CEBDS, 2008)

Como os empresários brasileiros podem se adaptar e contribuir para o novo paradigma da sustentabilidade? Achar as respostas a esta pergunta é a missão do CEBDS. O Conselho reúne sessenta grandes grupos privados e estatais, responsáveis por 450 unidades produtivas espalhadas por todo o país e que geram mais de quinhentos mil empregos diretos. Mas sua atuação não se limita às grandes corporações. Pelo contrário, fomenta programas e projetos destinados a repassar aos pequenos e médios empresários conhecimentos e práticas sustentáveis já adotados pelas grandes empresas.

A CEBDS, como representante do setor produtivo, faz parte da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 e tem como objetivos e formas de atuação principais: implantar a ecoeficiência e a Responsabilidade Social corporativa (RSC) como princípio fundamental de todas as empresas; fomentar a comunicação e o diálogo entre os empresários, o Estado, as ONGs e a comunidade acadêmica; participar da definição de políticas que conduzam ao desenvolvimento sustentável e manter junto às grandes organizações nacionais e internacionais um estreito intercâmbio de informações sobre melhores práticas em desenvolvimento sustentável. (ALMEIDA; 2002, p. 68)

Assim, em meados dos anos 90, as iniciativas empresariais no Brasil que se comprometem com a solução de problemas sociais e ambientais aumentam significativamente, passando algumas empresas a incorporar um discurso ambientalista não só como auto-defesa diante das exigências crescentes dos movimentos sociais e do desenvolvimento legislativo, mas porque descobrem que certas medidas de gestão ambiental podem ser lucrativas, contribuindo para uma racionalização econômica do consumo de

matérias primas, como energia e água, da geração de resíduos e emissões e da oferta de serviços.

Nesse período deu-se início a autoregulação das empresas brasileiras no que se refere a questão ambiental, com diretrizes corporativas, programas de Gestão, códigos de conduta e compromissos ambientais. Assumindo as questões ambientais uma importância crescente no meio empresarial, passando a transformarem-se em requisitos no comércio internacional, tendo como símbolo dessa tendência as normas ambientais da série internacional ISO 14.000

Em 2005, as indústrias brasileiras inserem o meio ambiente como um dos seus objetivos e metas no Mapa Estratégico da Indústria, documento oficial resultado do Fórum Nacional da Indústria da Confederação Nacional da Indústria que mobilizou, durante seis meses, dezenas de organizações e empresários para uma reflexão sobre o futuro da indústria no Brasil, definindo objetivos, prioridades estratégicas e programas capazes de transformar o Brasil numa economia competitiva. (CONFEDERAÇÃO..., 2005)

Dentro desse documento a indústria dedica um espaço para o tema responsabilidade social e ambiental, que mesmo ainda pequeno comparado a outros assuntos, fomenta a discussão e incentiva as indústrias à uma postura proativa e à promoção do uso racional dos recursos naturais, com a racionalização do uso de insumos, a minimização da geração de resíduos e desperdícios, o reaproveitamento dos produtos após o consumo; do desenvolvimento da cultura de responsabilidade social corporativa como parte do processo de gestão empresarial e da utilização de instrumentos de gestão ambiental, com o comprometimento com a preservação do meio ambiente e mecanismos de regulação impositivos. (CONFEDERAÇÃO..., 2005)

A entrada do setor empresarial no processo de colaboração com a preservação do meio ambiente aproxima um pouco mais do ideal do conceito de sustentabilidade, pois como bem afirma Almeida (2002, p. 19) “o desenvolvimento sustentável só poderia se dar no contexto de um mundo em que o poder é equilibradamente dividido em três pólos: o governo, as empresas e a sociedades”

Com a inserção das empresas nesse contexto passa a existir uma grande demanda por serviços técnicos e especializados, surgindo, nesse momento uma nova perspectiva das ONGs, com um movimento ambientalista multissetorial e complexo, que passa a intercambiar e receber influências e demandas de atores com dinâmicas mais profissionalizadas, iniciando-se um processo de institucionalização das associações ambientalistas, que deixam de lado sua conduta voluntarista para se tornarem associações

profissionais, não tendo como único objetivo a denúncia, mas também a procura de uma alternativa viável de conservação ou restauração do ambiente danificado.

Marina Silva, ministra do Ministério do Meio Ambiente no período de 2003 a 2008, em entrevista a Revista Teoria e Debate fala dessa profissionalização das organizações não governamentais quando é questionada sobre a simplificação que existe na sociedade do conflito do que seria a visão desenvolvimentista e uma visão ambientalista:

Em primeiro lugar, os ambientalistas, ao longo desses anos, foram se constituindo não apenas como aqueles que ficam instando os desenvolvimentistas a fazer algo pelo meio ambiente, mas foram adquirindo competência, capacidade técnica e de gestão, mostrando cada vez mais o que podem fazer pelo desenvolvimento. A equação está se invertendo. Não é o desenvolvimento que precisa fazer algo pelo meio ambiente. Os ambientalistas estão trabalhando pelo desenvolvimento. Se não for assim, não haverá desenvolvimento. Em um país com a realidade do Brasil, 50% do Produto Interno Bruto dependem de nossa biodiversidade. Na visão dos desenvolvimentistas, isso não é importante. Mas destrua a biodiversidade e verifique o que vai acontecer com pelo menos 50% do PIB. (...) Por isso digo que agora os ambientalistas, com sua visão de desenvolvimento sustentável, de sustentabilidade econômica, social, cultural, ambiental e até ética e política, estão colocando como podem contribuir com o desenvolvimento. (AZEVEDO, 2007, p. 11)

Assim, paralelamente às ONGs tradicionais do movimento ambientalista brasileiro, surge nessa fase uma nova onda de entidades com estrutura de funcionamento mais profissional, capazes de atrair recursos de organizações ambientalistas de outros países, bem como de empresas públicas e privadas, nacionais e multinacionais. Essas entidades profissionais começam a ter grande penetração nas agências estatais de meio ambiente, nos órgãos legislativos, nos cientistas, nos empresários, e são responsáveis, ainda, pela introdução de um novo estilo administrativo onde se visa principalmente à eficiência e o interesse social de longo prazo.

4 MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO ESTADO DO PIAUÍ

O presente capítulo faz o resgate da história do movimento ambientalista no estado do Piauí, levantando as primeiras iniciativas voltadas à questão ambiental, identificando as organizações ambientalistas do Estado, resgatando eventos que marcaram o movimento e as contribuições das principais entidades ambientais.

A figura 3, que apresenta a linha do tempo do ambientalismo piauiense, destaca o início propriamente dito do movimento no Estado, o qual só ocorreu quando no Brasil já se encontrava consolidado, e identifica, também, com base no quadro de referência analítico mundial e nacional, a fase gestão articulada durante todo o movimento e o início da gestão de sustentabilidade.

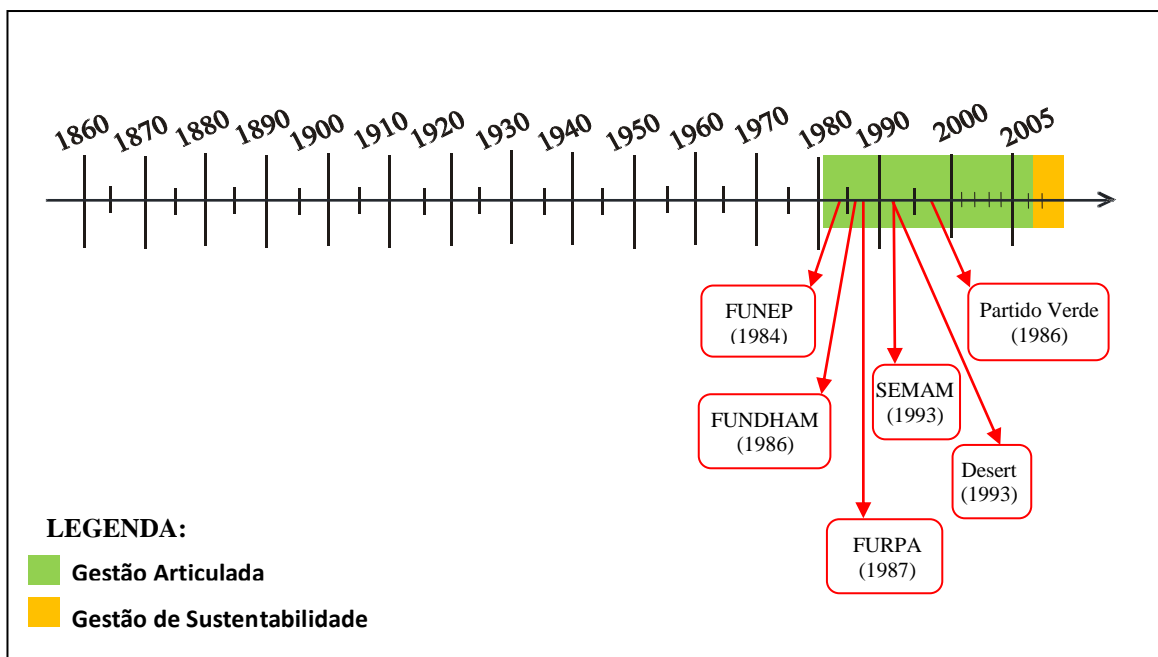


Figura 3 – Linha do Tempo do Movimento Ambientalista no Piauí

4.1 Visão Histórica do Ambientalismo no Piauí

A história do movimento ambientalista piauiense é recente e ainda está em processo de consolidação. O seu resgate foi realizado através da organização da sociedade civil em torno da causa ambiental e dos fatos de maior repercussão, tendo como base para a

sua análise o quadro de referência mundial e nacional com as cinco abordagens distintas. Antes, porém, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre os movimentos sociais existentes no Piauí e um levantamento de atores que antecederam e contribuíram para a formação do ambientalismo piauiense.

4.1.1 Movimentos Sociais no Estado

José Medeiros (1996) resgata os movimentos sociais no Estado do Piauí e faz uma ligação desses movimentos com o surgimento da urbanização, afirmando que são as massas urbanas que se mobilizam. Para ele, o Piauí teve uma fraca urbanização até a década de 60, devendo isto ao fato de não haver industrialização e por ser a dinamização comercial advinda da comercialização do excedente da agricultura de subsistência.

No final da década de 60, houve uma aceleração da urbanização em alguns municípios, como Parnaíba, Picos, Floriano e, sobretudo, Teresina, capital do Estado, por concentrar o aparelho administrativo Estadual; ser a principal beneficiária das obras públicas; e, através do comércio intenso, ser o centro de convergência da rede rodoviária. Com o crescimento acelerado desses municípios, começam a surgir problemas decorrentes da própria urbanização, inclusive ambientais. Mas, segundo Medeiros (1996, p. 96), por outro lado, também cresce o número de jovens estudantes secundaristas e universitários que criam uma “camada social com maior consciência crítica e mais aberta ao engajamento reformista”. Daí surgem em algumas cidades e intensificam-se em outras os movimentos sociais.

De acordo com o autor, os primeiros movimentos organizados a institucionalizarem-se no Piauí foram os sindicalismos urbano e rural, seja do trabalhador, ou do patronal, defendendo interesses de diferentes setores. Outro grupo social que se organizou e ganhou visibilidade no contexto reformista foi o movimento estudantil, que conseguiu resistir e se manter organizado durante o regime autoritário.

No processo de redemocratização, a sociedade civil ganha espaço e legitimidade dentro do Estado Democrático e surgem os movimentos populares nos quais os moradores de bairros e as comunidades se organizam para reivindicar seus direitos junto às autoridades públicas, tendo os líderes populares uma grande importância nesse contexto.

A Igreja Católica é uma instituição próxima da comunidade e por isso muitas vezes influencia a sociedade. No Piauí, com a posse de Dom Avelar Brandão Vilela como

Arcebispo de Teresina, em 05 de maio de 1956, houve uma dinamização das atividades da Igreja Católica, tendo essa revitalizado seu papel no contexto da sociedade (Medeiros; 1996, p. 88).

De acordo com Conceição (2001, p. 33), com a presença do novo arcebispo, “figura de destaque no episcopado nacional e de grande dinamicidade na Igreja e política locais”, são criados organismos de repercussão social e educacional de pensamento progressista: Ação Social Arquidiocesana (ASA), a Faculdade Católica de Filosofia, o Movimento de Educação de Base (MEB), além das Organizações Juvenis para Leigos, com destaque para a Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC).

Assim, a Igreja Católica também deu sua contribuição para uma linha do reformismo moderado, sendo uma importante articuladora dos movimentos populares por estimular o compromisso e engajamento social e político da comunidade, auxiliando na mobilização, educação e organização popular e criando, inclusive, organismos de repercussão social como, por exemplo, as diversas pastorais.

Medeiros (1996, p. 122) considera que “os outros tipos de movimentos sociais que não o sindical e de bairro, não têm se constituído em torno de entidades estruturadas e consolidadas” no Estado do Piauí, incluindo nesse rol o movimento ambientalista que ele considera inexistir, reconhecendo somente a existência de uma consciência ecológica crescente que assume a forma de grupos de ecologistas ativistas, mas que não caracterizaria um movimento de maior amplitude.

4.1.2 Antecedentes do Ambientalismo

A exemplo do ambientalismo mundial e nacional, no Piauí também havia preocupações e ações isoladas que, embora ainda não representassem um movimento social e nem tivessem a concepção do problema ambiental como é hoje, já chamavam a atenção para assuntos locais que necessitavam de cuidados. Eram atos de diversa natureza, com objetivos distintos, mas que caracterizavam pioneirismo em questões ambientais no Piauí.

Em 1890, o governador do Estado do Piauí, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, editou o Decreto nº 4 que proibia o corte de árvores na margem do lado do Piauí do rio Parnaíba (na outra margem encontra-se o estado do Maranhão) e de outros rios do Estado,

criando uma faixa de terra de 40 m de proteção e estabelecendo multa para quem infringisse aquela determinação (PIAUÍ, 1890). Esse ato administrativo, embora havendo mais de um século de sua edição, reflete problemas e preocupações recentes, tendo, inclusive, semelhança com a legislação brasileira atual, que define as margens de rios como áreas de preservação permanente, demonstrando uma preocupação do governador adiante do seu tempo.

Segundo Araújo (1997), o Código de Postura de 1880 da capital, Teresina, previa o plantio de árvores nas ruas e praças da cidade como mangueiras, castanheiras e outras espécies cuja folhagem se conservasse em todas as estações e, em 1890, a Câmara fazia apelo à população para plantar árvores em frente de suas propriedades, seguindo alinhamento e espaço designados.

O poeta Da Costa e Silva, natural de Amarante, incorporou nas temáticas de suas prosas o rio Parnaíba, apelidando-o de Velho Monge, sendo este fonte de inspiração para o famoso soneto Saudade e o soneto Sob Outros Céus – IV. Em 1917, o poeta piauiense denunciava com emoção e poesia as práticas de derrubadas e queimadas de árvores que acelerava o assoreamento dos rios e destruía flora e fauna, com os poemas A Queimada e A Derrubada, demonstrando sua sensibilidade e indignação com aquele crime, finalizando este último da seguinte maneira: “É o protesto da vida renovada Contra a derrubada!”. (Silva, 2000)

Raimundo Nonato de Medeiros, engenheiro agrônomo, era um homem preocupado com a questão ambiental e que desde cedo trilhou o caminho da luta pela preservação do meio ambiente. Em 03 de agosto de 1950, passou a fazer parte do quadro de funcionários da instituição federal ligada ao meio ambiente no estado do Piauí, quando ainda era a representação do Ministério da Agricultura, denominado como Posto Agropecuário Buenos Aires, onde hoje é o Jardim Botânico (Parque do Mocambinho) do município.²

Em junho de 1956, foi designado administrador do Posto Agropecuário de União, onde exerceu suas atividades até julho de 1963, sendo nomeado Executor dos Acordos Florestais para o Estado do Piauí e responsável direto pelo encaminhamento da solicitação e defesa da criação do Parque Nacional de Sete Cidades, que seria a primeira Unidade de Conservação Federal do Estado do Piauí.

O Parque Nacional de Sete Cidades foi criado no dia 08 de junho de 1961, pelo Decreto nº 50.774, e fica localizado nos municípios de Piracuruca e Brasileira, norte do Piauí, entre a BR 222, no trecho Piripiri – Fortaleza e BR 343, com uma área de 6.221,48 ha, sendo

2 Informações coletadas junto ao acervo do Setor de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Superintendência Regional do Piauí.

também um dos primeiros parques do Brasil, ele foi escolhido por possuir monumentos geológicos de grande beleza cênica, sítios arqueológicos de relevante interesse e um ecossistema de transição caatinga/cerrado de grande importância ambiental.

Em 18 de dezembro de 1963, Raimundo Nonato Medeiros assumiu a função de Chefe da Agência do Departamento de Recursos Naturais Renováveis no Estado do Piauí, estabelecendo definitivamente seu vínculo com as questões ambientais. E em 1967, com a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, assumiu o Cargo de Delegado Estadual, aposentando-se em 07 de julho de 1981, por tempo de serviço, sendo reconduzido a chefia do IBDF onde ficou até 1987.

Conforme depoimento prestado em abril de 2007 pelo Sr. Francisco Soares, presidente da Fundação Rio Parnaíba – FURPA, Samuel Guerra era um ativista ambiental que se destacava no sul do estado com uma grande luta pela defesa da aroeira e outras matas daquela região, sendo este um dos responsáveis pelo decreto do governador da época que proibia o corte e a comercialização da aroeira.

Na década de 70, já era visível a preocupação de alguns intelectuais com a questão ambiental, caracterizando-se por iniciativas individuais que não tinham grandes repercussões e nem conseguiam alcançar a grande massa da população, mas representaram a semente do ambientalismo piauiense, não podendo deixar de fazer parte do registro histórico do ambientalismo.

João Gabriel Baptista, engenheiro civil, geógrafo, professor e escritor, membro da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, foi um dos precursores do ambientalismo no estado, demonstrando grande preocupação com a preservação do meio ambiente, sobretudo com o rio Parnaíba. Vê-se o reflexo dessa preocupação em suas obras, o que contribuiu para as discussões ambientais, utilizando a literatura e o conhecimento científico para fomentar a curiosidade e a discussão sobre o Velho Monge, sendo conhecido, por alguns, como o cientista do rio:

Por que Baptista é o cientista do rio? Porque ele viu não somente nas suas exteriorizações fisicamente verificáveis: extensões, temperatura e sapidez de suas águas, composição de margens e leito, diabruras dos seus saltos. Mais que vê-lo, o ouviu, traduziu o rugido de suas recônditas entranhas vertedouras e as falas dos moradores das suas ribeiras mais próximas. Não estamos tratando apenas do conhecimento que o mestre tem do rio Parnaíba, o leito principal; mas de toda a rede que capilariza suas águas, por afluentes de até o quarto ou quinto grau, os olhos d'água que são entreaberturas furtivas e discretas do que escondem de beleza e vigor os lençóis freáticos de nossa província geológica. (NETO, 2000)

Em 1971, João Gabriel publicou o livro *Nascentes de um rio*, o qual discutia sobre a verdadeira nascente do rio Parnaíba, proporcionando uma maior compreensão do processo hidrológico das nascentes. Em 1980, ajudou a elaborar um relatório sobre o rio, apresentado à Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA, intitulado BIOMAS. Os seus estudos e pesquisas contribuíram para a criação, em fevereiro de 1983, da Área de Preservação Ambiental Serra das Mangabeiras, onde ficam localizadas as nascentes do rio Parnaíba. Em 1986, publicou o livro *A origem do Parnaíba*, no qual faz o resgate histórico, desde a origem do seu nome até a sua extensão e, em 1994, escreveu *A Via Crucis do Parnaíba*, no qual relata sobre os estudiosos, desbravadores e exploradores da imensa riqueza do rio Parnaíba.

A Academia Piauiense de Letras, a partir de seus Fundadores, tem feito sua parte em prosa e verso. Os intelectuais que nela mourejam sempre deram irrestrito apoio às louváveis iniciativas voltadas para a salvação do Rio Parnaíba, sobretudo pelo que ele representa como beleza natural, motivo de orgulho e modalidade do transporte alternativo.

Manfredi Mendes de Cerqueira, Presidente da Academia Piauiense de Letras (NETO, 2006)

Em 1977, João Gabriel Baptista participou da 1ª expedição puramente científica às nascentes do rio Parnaíba, junto a outros pesquisadores da Universidade Federal do Piauí, dentre eles: Noé Mendes de Oliveira, pesquisador e professor na área de Ciências Humanas; Jason Bahia, biólogo, professor de História Natural; Antônio João Dumbra (falecido), biólogo e professor do Departamento de Biologia. Como consequência, confirmou alguns dos dados obtidos pela Comissão Militar, expedição oficial, em 1924 e fez o levantamento de outros dados e informações, comparando-os e constatando uma grande alteração do meio pela ação do homem. Concluiu o relatório que: “Medidas práticas urgentes precisam ser tomadas, a fim de que o Parnaíba não se torne um rio periódico e que aquela imensa área se torne um grande deserto em um futuro próximo”.³

Após essa, outras expedições de natureza diversa aconteceram para as nascentes. Em 16 de abril de 2001, mais de 20 anos depois, foi idealizada mais uma expedição às nascentes do rio Parnaíba. Dessa vez, com a realização de audiências públicas e constituída de juízes, promotores, ambientalistas, jornalistas e políticos, denominada Expedição Nascente Parnaíba Vivo, resultando na assinatura da Carta do Parnaíba, a qual reconhecia que a ação destrutiva e a omissão humana estavam causando a morte do rio Parnaíba e propunha medidas

3 Informações obtidas em documentos do acervo pessoal de João Gabriel Baptista, cedidos por sua filha, Socorro Baptista.

para a recuperação, conservação e gestão da bacia, dentre elas, a criação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba.⁴

Em 10 de agosto de 2001, a Expedição Nascente Parnaíba Vivo homenageou João Gabriel Baptista, um dos precursores das expedições às nascentes, pela sua atuação na área ambiental e contribuições com pesquisas e estudos da bacia do rio Parnaíba.

Como resultado da movimentação e de antigas lutas de vários segmentos da sociedade civil que se preocupavam com a bacia hidrográfica do rio Parnaíba, o governo federal baixou Decreto, em 16 de julho de 2002, criando o Parque Nacional das Nascentes do rio Parnaíba, que abrangia os estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, com uma área de 729.813,55 há, bioma Cerrado, tendo como objetivo assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica.

Também em 1977, pesquisadores da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Valdemar Rodrigues e Antônio João Dumbra (falecido), do Centro de Ciências da Natureza (CCN), e Luiz Gonzaga Carneiro, do Centro de Ciências Agrárias (CCA), preocupados com o processo de desertificação no Piauí, participaram de uma viagem de estudos para identificação de áreas em processo de desertificação no Piauí, patrocinada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que durou 17 dias e constou de observações e documentação fotográfica do estágio de degradação ambiental em localidades definidas por índices estabelecidos pelo agrônomo João Vasconcelos Sobrinho.⁵

Em 1980, através da parceria da SUDENE com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), foi criado o Núcleo de Pesquisa e Controle da Desertificação no Nordeste (Núcleo Desert) dentro da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que mais tarde se transformaria na ONG denominada Instituto Desert.

Com a criação desse Núcleo, pesquisadores da UFPI passaram a estudar o problema da desertificação no Nordeste do Brasil, particularmente no Piauí, constituindo-se no primeiro grupo especializado neste assunto, elaborando, em 1985, uma Proposta de plano de ação para estudo da desertificação no nordeste, apresentada à Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência de República-SEMA, que além de apontar a dificuldade de abordagens do problema no Brasil, sugeria treinamento de equipes multidisciplinares e realização de seminário regional para discussão do assunto. (NUCLEO, 1985)

4 Segundo dados contidos na Ação Civil Pública impetrada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional do Piauí no ano de 2005.

5 Informações obtidas através do Relatório de Viagem de Estudos para Identificação de Áreas em Processo de Desertificação no Piauí, disponibilizado no acervo do Instituto Desert.

Em 1986, essa proposta foi aceita e a SEMA estabeleceu parceria com a UFPI, SUDENE e Ministério da Agricultura e foi iniciado trabalho junto às secretarias estaduais de meio ambiente dos estados nordestinos e universidades, com treinamento de equipes, discussão dos aspectos conceituais e estabelecimento de planos e metas objetivando vigiar, diagnosticar, compreender, combater e prevenir o avanço dos processos da desertificação do nordeste.

E ainda como resposta à proposta foi realizado no mesmo ano, em Recife-PE, o primeiro Seminário sobre Desertificação no Nordeste com a socialização dos conhecimentos sobre o tema, havendo a apresentação do trabalho Situação da Desertificação no Estado do Piauí pelo Núcleo Desert e a instalação de estação experimental para controle da desertificação em Gilbués-PI. (SEMINÁRIO SOBRE DESERTIFICAÇÃO NO NORDESTE, 1986)

No início de 1992, o Núcleo Desert desenvolveu uma metodologia para a identificação dos processos de desertificação com enfoque sobre aspectos sociais e de uso da terra, trabalho realizado e apresentado na Conferência Internacional sobre os Impactos das Variações Climáticas sobre o Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido – ICID, em Fortaleza-CE. E em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, IBAMA, CAPES e FINEP, ele também realizou de agosto de 1992 a maio de 1993, o I Curso de Especialização em Desertificação do Nordeste, com a participação de 20 alunos de vários estados.

Participou, ainda, da organização e apoio técnico da Conferência Nacional e Seminário Latino Americano da Desertificação (CONSLAD) que aconteceu em Fortaleza-CE, em março de 1994, elaborando o estudo A desertificação no Nordeste do Brasil: Diagnóstico e Perspectiva. (Ferreira et al., 1994).

O DESERT, único centro de desertificação existe no Nordeste, acaba de concluir um relatório que revela a situação das terras nordestinas e aponta ações básicas para se combater um processo que pode tornar o solo da maioria dos estados da região numa imensa área improdutivo e sem valor. (TERRA..., 1994)

Em 12 de dezembro de 1981 foi criada Estação Ecológica de Uruçui-Uma, pelo Decreto nº 7.495, com uma área 135.000 há, bioma Cerrado, no município baixa Grande do Ribeiro, havendo a participação de professores do Centro de Ciências da Natureza (CCN) da UFPI para sua criação, dentre eles Antônio João Dumbra, Valdemar Rodrigues e Maurício, através de estudos e mapeamentos da área.

Ainda no âmbito da Universidade Federal do Piauí, alguns pesquisadores conscientes da riqueza de inscrições rupestres encontradas em várias regiões do estado, criam

o Núcleo de Antropologia Pre-Histórica (NAP) para fazer a identificação e proteção dos sítios arqueológicos encontrados. E, em 1986, o NAP deu início, em parceria com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a um projeto de elaboração do mapa arqueológico do Estado do Piauí.

No decorrer das etapas todos os sítios mapeados serão protegidos, estudados e conservados. Esse trabalho é inédito no Brasil e deu notoriedade ao Núcleo para realizar cursos de restauração de pinturas rupestres por todo país. (“LETREIROS”..., 1997)

Na década de 80, surge no município de Teresina um programa de rádio chamado Ondas Verdes, conduzido pelo professor de biologia e ambientalista Alcide Filho, que promovia discussões sobre meio ambiente, com disseminação de informações e notícias ambientais, com entrevistas à especialistas e técnicos na área, com espaço para responder às dúvidas dos ouvintes, fazendo um trabalho de esclarecimento à população e de educação ambiental e, também, fazendo denúncias de degradações ocorridas em todo o estado, representando este programa uma das primeiras iniciativas concretas de difusão do tema em meios de comunicação de massa.⁶

O ambientalista Alcide Filho também atuou, no final da década de 80, na mídia escrita através da sua agência *Flagra Fotojornalismo* com propagandas publicitárias de páginas inteiras no jornal *O ESTADO* que continham apelos para a preservação do meio ambiente (*ENTIDADES...*, 1992; *POVO...*, 1990).

Em agosto de 1991, o mesmo programa Ondas Verdes chegava ao meio de comunicação televisivo, atingindo um público muito maior, como parte de um programa semanal chamado *Clube Comunidade*. Esse programa era transmitido às 6h30, com duração de 30 minutos, e tratava de problemas locais dos bairros de Teresina e temas ecológicos, disseminando a consciência ambiental. Afirmava o diretor do quadro Ondas Verdes, o ambientalista Alcide Filho, que “o equilíbrio ecológico depende do equilíbrio social” (*SINTAXE...*, 1992). Posteriormente o quadro ganha espaço e transforma-se em um programa de Educação Ambiental transmitido de segunda a sexta feira ao meio dia pela TV Educativa.⁷

Em 1990, aconteceu, por proposição do ambientalista Pedro Alencar, o Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (ENCA) na fazenda Govinda perto da cidade de Beneditinos-PI, que foi o primeiro do norte nordeste. Esse encontro fomentou a

6 Informações obtidas através de *scripts* do Programa Ondas Verdes, consultado no acervo pessoal do ambientalista Alcide Filho.

7 Informações obtidas através de *scripts* do Programa Clube Comunidade, consultado no acervo pessoal do ambientalista Alcide Filho.

idéia dos compostos e agricultura orgânica no Estado e trouxe a proposta da criação da comunidade alternativa Govinda, da qual fazia parte os amantes da natureza Pedro, Iana, Alberto, Douglas Áureo e Francinete.(CARDOSO, 2008)

A comunidade, devido algumas dificuldades encontradas, dentre elas a falta de água, foi extinta, mas de lá saíram atores que integrariam a luta pela agricultura orgânica no Piauí, que já se encontrava avançada em outros lugares do mundo. Alberto Gomes Cardoso, em 1991, iniciou o seu trabalho com mel; entre 1995 e 2002, Carlos Gândara e Francisco Lima, começaram com experiência orgânica no Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC) e CERMO e, recentemente, algumas instituições públicas, como as Superintendências de Desenvolvimento Rural (SDR) estadual e municipal e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), estão dando mais atenção e importância ao tema, procurando apoiar, incentivar e promover eventos sobre esse tipo de agricultura.

No final da década de 80, a jornalista e ambientalista Tânia Martins conclui o curso em Aracaju-SE e volta, em 1989, a Teresina, buscando atuar na área de especialidade ambiental no jornalismo piauiense. Porém, não encontra espaço para seus objetivos, tendo inicialmente trabalhado no jornal O Dia onde passou apenas um ano e depois como produtora e editora na TV Educativa sem adentrar na área ambiental, o que para ela se devia ao fato de ser “a política prioridade na imprensa, temas como cultura, meio ambiente e ciência jamais ganharam bons espaços e visibilidade”. (Santos, 2006c)

Com o desenvolvimento do ambientalismo no Estado, a criação de órgãos ambientais e a intensificação das discussões mundiais sobre a preservação do meio ambiente, após a Eco-92, há uma conscientização cada vez maior da população piauiense e um aumento significativo do interesse desta sobre os assuntos ligados ao meio ambiente, fazendo com que os meios de comunicações abrissem mais espaços para a questão ambiental.

Em 1997, Tânia Martins foi trabalhar no jornal Meio Norte, começando como editora do caderno Cidades e em seguida do caderno Cultura, dando início a algumas pautas ambientais, inicialmente, com reportagens sobre as paisagens naturais do estado do Piauí, valorizando e enfatizando sua riqueza de fauna, flora e sítios arqueológicos e enaltecendo o meio ambiente: Desvendando encantos ao longo do Parnaíba: Atraídos pelo desejo de conhecer parte do médio Parnaíba, um grupo composto por jornalistas, biólogos, paisagista e ecologistas, navegou cerca de 20 horas de Amarante a Teresina, numa viagem inesquecível. (Jornal Meio Norte, Caderno Turismo, Dia 29 de julho de 1997); Explorando a Serra da Capivara (Jornal Meio Norte, Caderno Cidade, Dia 05 de outubro de 1997); Enigmática caverna no interior de Piripiri (Jornal Meio Norte, Caderno Alternativo, Dia 24 de janeiro de

1998); Piauí abriga patrimônio da humanidade (Jornal Meio Norte, Caderno Natureza, Dia 26 de julho de 1998); Parques do Piauí encantam membros de expedição (Jornal Meio Norte, Caderno Municípios, Dia 02 de março de 1999).

Tânia é nomeada repórter especial e como o tema meio ambiente se consolidava nos meios de comunicação ela pôde se dedicar a escrever sistematicamente sobre o assunto, produzindo basicamente pautas ambientais e utilizando-se da sua profissão para atuar como ambientalista com protestos, denúncias e dando conhecimentos dos fatos aos poderes públicos e sociedade: Cata de caranguejo ameaça Delta (Jornal Meio Norte, Caderno Cidades, Dia 25 de abril de 1999); Destruição ameaça o ecossistema do Delta, Agressão/ A falta de fiscalização na costa piauiense e maranhense vem prejudicando o maior berço da fauna e flora marítima (Jornal Meio Norte, Caderno Cidades, Pag. 5, Dia 27 de abril de 1999); O grande bioma do Cerrado pede socorro: Fauna e flora estão ameaçados pela ação predatória do homem (Jornal Meio Norte, Caderno Natureza, Dia 16 de maio de 1999, pag. 4); Ministério não prioriza combate a núcleos de desertificação (Jornal Meio Norte, Caderno Municípios, Dia 13 de junho de 1999); Rios viram depósitos de dejetos (Jornal Meio Norte, Caderno Municípios, Dia 22 de março de 2000); Fauna marítima está ameaçada (Jornal Meio Norte, Caderno Municípios, Dia 22 de outubro de 2000); Avança a destruição da Chapada Grande: Em uma área rica em biodiversidade no encontro do Cerrado e Caatinga, em regeneração. 18.390 hectares estão virando carvão, agredindo a natureza (Jornal Diário do Povo, Pág. 9, Dia 04 de março de 2007).

Em 2003, a ambientalista Tânia passa a trabalhar com assessoria de imprensa, mas não deixa o tema meio ambiente, fazendo de forma autônoma, nas folgas, matérias ambientais para publicar em jornais que tivesse interesse. Em 2004 faz, de forma voluntária, um programa de rádio intitulado Natureza Viva na rádio Antares e em 2005 possui uma coluna de mesmo nome no Portal AZ para a publicação de matérias sobre o tema. Desde 2004, Tânia é também correspondente da Folha do Meio Ambiente, um jornal especializado lido e respeitado em todo território nacional, levando os problemas ambientais e denúncias do estado do Piauí a todo o Brasil.

Em outubro, houve grave acidente envolvendo três carretas transportando TDI Isocianato Foi na BR 316, ao sul do Piauí, a 270 km de Teresina, que deixou um rastro de contaminação na natureza jamais visto no Estado. Uma das carretas explodiu e o produto subiu em forma de cogumelo negro. As outras duas derramaram o TDI letamente por mais de 40 horas, ate a chegada de técnicos para conter o vazamento e remover o solo contaminado. E, como sempre acontece, a fiscalização foi omissa. A transportadora responsável pela carga, Ouro Verde, não tinha licença para trafegar com produto químico por rodovias piauienses (SANTOS, 2006b, p. 24-25).

Os ambientalistas do Piauí estão assustados com o projeto Energia Verde que, asseguram, é o maior desmatamento no Nordeste. O projeto está localizado entre os municípios de Curimatá, Redenção do Gurguéia e Morro Cabeça no Tempo. No primeiro momento estão transformando em carvão vegetal 77.947 hectares de Caatinga. O total do projeto é de 114.755. A área é na Serra Vermelha, no condomínio Chapadão do Gurguéia. Segundo o ambientalista Francisco Soares, a região aparece entre os 900 locais considerados prioritários para biodiversidade brasileira, de acordo com o recebete relatório do Ministério do Meio Ambiente (SANTOS, 2006a, p. 18)

Transportando na bagagem suprimentos para uma aventura e, sobretudo, muitas esperanças, uma expedição organizada pela Ordem dos Advogados do Brasil-OAB, com o apoio do IBAMA, partiu de Teresina em direção ao Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, a mais de 900 km da capital. A equipe era formada por representantes da sociedade civil como promotores de Justiça, procuradores, advogados, juiz federal, políticos, acadêmicos, jornalistas e ambientalistas. O presidente da OAB-PI, Norberto Campelo e o Conselheiro Federal da Ordem, Marcos Vinícius, preocupados com a degradação, entraram com uma Ação Civil Pública contra o Estado Brasileiro. Ação essa assinada pelo presidente da OAB nacional, Cezar Brito. Eles solicitam a liberação de mais de três milhões de reais para salvar o Parque Nacional das Nascentes (SANTOS, 2007a, p. 8-9)

Durante uma audiência pública e na tentativa de evitar abusos da Bunge, em 2004, a Procuradoria Geral da República obrigou a multinacional a assinar um TAC – Termo de ajustamento de Conduta com inúmeras cláusulas, como por exemplo não adquirir matéria prima de fazendas que tenham pendências na Justiça, relacionadas a trabalho escravo. [...] Mas o comprometimento da Bunge em respeitar o meio ambiente não foi colocado em prática. Os abusos continuam (SANTOS, 2007c, p. 11-13).

Mesmo concordando que o jornalismo piauiense tenha evoluído no que se refere a questão ambiental, a jornalista Tânia Martins acredita que a participação da imprensa na luta pela preservação do meio ambiente ainda é tímida:

Ainda são considerados poucos os exemplos que revelam a participação efetiva e positiva da imprensa do Piauí em relação às questões ambientais. É evidente que ao longo da história do jornalismo no Estado, a qualidade da informação tem melhorado. Também se pode dizer que nos dias atuais, embora timidamente, já se observa publicações que questionam o modelo de gestão ambiental praticada pelos responsáveis em cuidar do setor. É evidente que esses questionamentos ocorrem devido ao crescimento da consciência ambiental no Brasil que começou a surgir a partir da década de 80. (SANTOS, 2006c)

Percebe-se, assim, que mesmo antes da formação do movimento ambientalista piauiense, já havia pessoas que realizavam trabalhos e ações em prol do meio ambiente e do social, cada um contribuindo do seu modo e de acordo com a sua capacidade. Essas ações isoladas demonstram o crescimento da conscientização da necessidade de conservar o ambiente e contribuíram para o desenvolvimento do ambientalismo e da formação da consciência ecológica piauiense.

Um dos primeiros sinais de uma mobilização e organização de um grupo de pessoas com interesses em questões ambientais é a criação, em 16 de fevereiro de 1984, da Associação Profissional dos Biólogos do Estado do Piauí (ABIOPI) que, embora fosse uma associação de classe profissional, reuniu pessoas preocupadas com o meio ambiente e previa, expressamente, em seu estatuto como um dos seus deveres “desenvolver ações, para preservação, saneamento e melhoramento do meio ambiente, defendendo a flora e fauna”.⁸

No mesmo ano de criação da ABIOPI e para atender uma de suas metas foi criada a Comissão do Meio Ambiente e foi realizado o I Encontro Estadual do Meio Ambiente, que proporcionou discussões sobre o assunto e estimulou mais pessoas a se preocuparem com o tema.

Em 1987, a ABIOPI promoveu, juntamente com a Pró-Reitoria de Extensão da UFPI, o I Seminário de Preservação do Rio Parnaíba, do qual surgiram dois grupos organizados da sociedade civil, a ONG Fundação Rio Parnaíba (FURPA), que foi criada para atuar e executar ações efetivas de preservação do rio Parnaíba e o Clube dos Amigos do Velho Monge (CLAME) que era um grupo de amantes do rio que se reunia periodicamente para discutir os seus problemas e poetizar e enaltecer suas belezas.

A ABIOPI realizou inúmeros eventos acadêmicos, científicos e de conhecimento do público em geral com o tema meio ambiente, com apoio da UFPI e de outras instituições, inclusive, realizando os seminários de Preservação do Rio Parnaíba seguintes, contanto sempre com a colaboração dos professores João Gabriel Baptista e Noé Mendes, integrantes do Clube dos Amigos do Velho Monge (CLAME), que contribuía com suas experiências e conhecimentos científicos e acadêmicos.

Em junho de 1988, a ABIOPI realizou o II Seminário de Preservação do Rio Parnaíba, contando com apoio da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Piauí (ADUFPI), Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí (AEAPI), Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB/PI), Clube dos Amigos do Velho Monge (CLAME), Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Piauí (DCE), Instituto Brasileiro de desenvolvimento Florestal (IBDF) e Fundação Antares, TVE-PI, o que demonstra uma grande participação e mobilização dos diversos setores da sociedade piauiense que já se mostravam mais conscientes e preocupados com os problemas ambientais.

Esses seminários do rio Parnaíba tinham como principal objetivo promover, através de exposições e debates, uma ampla discussão junto à comunidade sobre os problemas

8 Dados retirados do Estatuto e Livro de Ata da Associação Profissional dos Biólogos do Estado do Piauí.

econômicos e ambientais do rio e, ao final, elaborava-se um documento reunindo propostas de trabalho e recomendações de ações como forma de subsidiar a Política do Meio Ambiente do estado do Piauí e alertar sobre as conseqüências advindas da falta de conservação dos solos e do uso intensivo dos recursos naturais. O 4º Seminário de Preservação do Rio Parnaíba realizado pela ABIUPI, em setembro de 1990, já havia a proposta de criação do Comitê de gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba.

Em seu conjunto, a criação dessa associação de biólogos, que abrangia a causa ambiental, teve um papel importante para uma articulação inicial de pessoas envolvidas com a questão ambiental, das quais muitos seriam atores do movimento ambientalista mais amplo no estado e fariam parte das ONGs ambientalista que surgiriam a partir do final da década de 80.

4.2 Movimento Ambientalista no Estado do Piauí

As atividades econômicas do Piauí, desde a sua formação, com as fazendas de gado dos colonizadores pelos vales dos grandes rios Gurguéia, Piauí, Poti e Longá, até meados do século XX, estiveram baseadas no uso de recursos naturais abundantes, pastagem nativa ao longo de vales de rios para criação extensiva de gado, rios perenes para transporte comercial e palmeiras para o extrativismo vegetal, tendo a agricultura o caráter apenas de subsistência. (Lima; 1995, p. 442)

Não havia, nesse período, grandes impactos ao meio ambiente porque como a sociedade era basicamente rural e estava distribuída de forma rarefeita por todo território não constituía pressão sobre os recursos naturais.

Ao longo dos anos, através de programas e projetos de infra-estrutura rodoviária, industrial, agropecuária e de alguns serviços, o estado do Piauí cresce perpetuando o modelo de desenvolvimento com desigualdades econômico-sociais, surgindo o crescimento populacional em núcleos urbanos com um déficit na infra-estrutura dos serviços, enquanto que em 1940 a população urbana do estado representava 27,9% da população, em 1991, já era de 52,94%, quase o dobro, causando diversos problemas, inclusive de saneamento básico que repercutia diretamente no meio ambiente. (IBGE, 2007)

Juntamente com a urbanização e o aumento populacional de alguns municípios vieram também os problemas ambientais que, somados a conscientização da população e a discussão mundial sobre a preservação do meio ambiente, faz com que a sociedade piauiense

comece a despertar para a importância do tema, passando a debater o assunto e se organizar para lutar por um meio ambiente equilibrado.

Assim, paralelo ao desenvolvimento do Estado do Piauí e a medida que se intensificava a urbanização e os impactos ambientais sobre a sociedade, esta reagiu e se organizava, surgindo, em meados da década de 80, organismo que se preocupavam com o meio ambiente, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Lista de ONGs

Nº	ONG	Criação	Município
01	Fundação Ecológica de Piripiri – FUNEP	1984	Piripiri
02	Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM	1986	São Raimundo Nonato
03	Fundação Rio Parnaíba –FURPA	1987	Teresina
04	Fundação Ecológica Cidade Verde e Recursos Hídricos	1993	Teresina
05	Instituto Desert	1994	Teresina
06	Movimento SOS Natureza de Luis Correia	1995	Luis Correia
07	Associação SOS Gurguéia	1995	
08	Fundação de Proteção ao Meio Ambiente Campomaiorense – PROMAC	1995	Campo Maior
09	Fundação Visão Nordeste	1998	Teresina
10	Fundação Agente do Agronegócio e Meio Ambiente	1998	Teresina
11	Fundação de Proteção ao Meio Ambiente e Ecoturismo do Estado o Piauí – FUNPAPI	1998	Teresina
12	Fundação Ecológica Bio-Sementes do Brasil	2001	Esperantina
13	Sociedade Brasileira Sócio-Ambiental Mais Vida	2002	José de Freitas
14	Clube dos Amigos do Velho Monge – CLAME	2002	Teresina
15	Instituto Caipora de Ecologia – ICE	2002	Floriano
16	Associação dos Monitores Ambientais do Delta do Parnaíba – AMADELTA	2002	Parnaíba
17	Fundação águas do estado do Piauí-FUNAGUAS	2002	Teresina
18	Centro Ecológico Morro da Coã – CEMOC	2003	Lagoa do São Francisc
19	Fundação Rio Poti	2003	Prata do Piauí
20	Fundação Velho Monge	2004	Teresina
21	Centro Ecológico Pedra do Letreiro – CEPTEL	2004	Capitão dos Campos
22	Fundação Ação Vida	2005	Picos
23	Fundação Rio Guaribas	2005	Picos
24	Movimento de Apoio do Meio Ambiente e a Juventude de Luiz Correia – MAJUB	2006	Luiz Correia
25	Fundação Delta do Parnaíba – FUNDELTA		Teresina
26	Fundação Juriti		Parnaíba
27	Núcleo ecológico de defesa do meio ambiente do bairro Dirceu Arcoverde		Teresina
28	Fundação Movimento Ecológico do Estado do Piauí – FUMEPI		Teresina
29	Instituto de pesquisa, educação e meio ambiente – IPEMA		Teresina
30	Núcleo de Preservação Ambiental – Trabalho de Cidadania e Voluntariado – NUPRA		Teresina
31	Fundação Lagoa do Parnaguá – FULAPA		Parnaguá
32	Fundação Ambiental e de Recursos Hídricos Lagoa do Portinho		Parnaíba
33	Associação de Defesa Ambiental e Controle da Desertificação de Gilbués		Gilbués
34	Centro Ecológico Pirapora		Pedro II
35	Fundação Mandacaru		Pedro II
36	AMBI		Uruçui
37	Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Corrente – ASPAC		Corrente

A partir do surgimento dessas ONGs, através da sua bandeira de luta, dos seus agentes e da sua história é que foi possível perceber e estudar o movimento ambientalista no Estado.

4.2.1 Primeira ONG: Fundação Ecológica de Piripiri (FUNEP)

A primeira Organização Não Governamental - ONG ambiental do Estado do Piauí constatada no presente estudo foi a Fundação Ecológica de Piripiri (FUNEP), criada em 18 de maio de 1984, com o objetivo de “promover proteção à saúde, a defesa do meio ambiente e, sobretudo, lutar pela melhoria da qualidade de vida da população”. (Ecolista; 2000)

A FUNEP, ao longo de sua história, atuou de diversas maneiras, através de denúncias; de trabalhos de educação ambiental, com palestras, seminários, penetração nas escolas, elaboração de cartilhas educativas; com circulação de assuntos ambientais em meios de comunicação; com realização de programa de rádio Ecos da Natureza; com estudos e pesquisa, elaboração de projetos, com parcerias, convênios e articulação política.

Em abril de 1990, quatro filiados da FUNEP percorreram durante uma semana parte do Rio Matos, dentro dos municípios de Piripiri, o qual compõe a bacia hidrográfica do Rio Caldeirão, deste trabalho pioneiro resultou uma centena de fotos, quatro relatórios, dezenas de fitas gravadas e muitos relatos de ribeirinhos. (RIO Caldeirão..., 1994)

Após a realização desse levantamento e de estudos sobre os recursos hídricos dos municípios de Piripiri, Pedro II e Piracuruca, no Norte do Estado do Piauí, a FUNEP concluiu que era necessário fazer algo para que fosse protegido o patrimônio ambiental daquela região, surgindo uma proposta de criação da Área de Proteção Ambiental da Serra da Ibiapaba e das Bacias dos rios Caldeirão, dos Matos e Piracuruca, dando início à outros estudos até que a proposta foi apresentada ao IBAMA-DF, que a partir de 1992/93 procedeu visitas ao local. (ESTUDANTE..., 1997)

Em abril de 1994 o então presidente da FUNEP, Antônio de Pádua, viajou a Brasília e lá elaborou, junto com o funcionário do IBAMA, Francisco Brito, (conterrâneo-piripiriense), o projeto de Lei que criaria a Área de Proteção Ambiental do Rio Caldeirão no Município de Piripiri, tendo uma grande importância no abastecimento do açude Caldeirão,

construído em 1939 pelo DNOCS no município de Piracuruca, concluído em 1984 e preservando nascentes de diversos rios. (RIO CALDEIRÃO..., 1994)

Conforme matéria do jornal de informe mensal da Assessoria de Comunicação Social do IBAMA/MMA, chamado Natureza Viva, a Divisão de Conservação de Ecossistemas-Dicoe/Direc/Ibama já estava finalizando o trabalho do processo de criação da Área de Proteção Ambiental - APA:

A Dicoe já está concluindo o processo de criação da APA das Bacias dos Rios Caldeirão, Matos, Piracuruca e Serra de Ibiapaba. Serão 625 mil hectares de áreas protegidas nos municípios de Piripiri, Brasileira, Piracuruca, Pedro II e Domingos Mourão, no Piauí, e Tianguá e São Benedito, no Ceará.

De acordo com o coordenador do Programa de Criação de APAs, Francisco de Assis Brito, já foi feita a expedição de reconhecimento e identificação da área por técnicos da Dicoe, da Supes/PI e representantes da ONG Fundação Ecológica de Piripiri-Funep, idealizadora do projeto de criação da área na região” (MINISTÉRIO, 1995, grifo nosso).

Em abril de 1996, o Governo Federal assinou a Lei de criação da APA da Serra da Ibiapaba, com uma área estimada de 1.592.000 ha, nos municípios de Piripiri, Pedro II, Lagoa de São Francisco, Brasileira, Piracuruca, Cocal, São João da Fronteira e Domingos Mourão no Estado do Piauí, Barroquinhas, Chaval, Viçosa do Ceará, Tinaguá e São Benedito, no estado do Ceará, com o objetivo de garantir a conservação de remanescentes de cerrado e caatinga; proteger a fauna e flora silvestres; ordenar o turismo ecológico; fomentar a educação ambiental e, principalmente, proteger os recursos hídricos existente na região.

O Horto Florestal de Piripiri, criado em 1959, é uma área Federal que está situada no bairro da Fonte dos Matos, com diversas espécies de animais e plantas da região e recursos hídricos. Em 1992, através de Convênio assinado entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Superintendência do Estado do Piauí, e a Fundação Ecológica de Piripiri (FUNEP), esta assumiu a sua administração, buscando protegê-lo e preservá-lo, desenvolvendo atividades de Educação Ambiental, com visitas de estudantes, produção de mudas e distribuição à comunidade. (ESTUDANTE..., 1997).

O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Piripiri foi criado pela Lei nº 259, de 20 de dezembro de 1993, com poder deliberativo e com objetivo principal de zelar pela preservação das áreas de proteção ambiental, formado por apenas 5 membros, dentre eles fazia parte um representante da sociedade civil que deveria ser nomeado pela FUNEP.

Desde então, a FUNEP participa de forma legítima das decisões políticas ambientais no município de Piripiri, inclusive, tendo contribuído diretamente para a

elaboração da Lei de Desenvolvimento Local Sustentável, Lei nº 444 de 03 de novembro de 2003, que define diretrizes para a política municipal de meio ambiente. Essa lei cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Local Sustentável de Piri-piri – CMDLS do qual a FUNEP também passa a ser membro.

O açude Caldeirão sempre foi uma das bandeiras da FUNEP pela sua importância para o abastecimento de água para o município de Piri-piri, sendo constante a atuação da Fundação com realização de campanhas de conscientização da população, solicitando análise da água para órgãos técnicos e alertando as autoridades públicas, sempre com o objetivo de melhoria da qualidade de vida, é o que demonstra a notícia do Jornal O Dia:

O alerta é da FUNEP- Fundação Ecológica de Piri-piri, após fazer a coleta de amostra da água em onze pontos do açude, com o acompanhamento de representantes da AGESPISA, SUCAM e Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Piri-piri. Em 11 de Abril (1995) o resultado foi divulgado pelo laboratório Central de Saúde Pública Dr. Costa Alvarenga, da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí. (LAUDO..., 1995)

A FUNEP desenvolve, também, projetos de ecoturismo nos pontos turísticos da região, sobretudo no Parque Nacional de Sete Cidades, através de cooperação técnica com o IBAMA/PI e UESPI, com o objetivo de melhor orientar e despertar nos visitantes a consciência preservacionista.

Dentro dos seus planos de trabalho possui constantemente projetos de educação ambiental como, por exemplo, o Projeto Rascunho em que tem como objetivo principal a reutilização do papel utilizado na escola que é coletado e enviado para uma confecção de blocos para rascunho e reutilizado pelos mesmos estudantes da escola participante do Projeto, contribuindo, além de efetivamente com a redução do resíduo, prioritariamente, com a educação ambiental despertando nas crianças a idéia de redução de desperdício.

A FUNEP sempre atuou na luta pela criação de áreas para proteção ambiental, prova disso foi a criação da APA da Serra da Ibiapaba que teve sua iniciativa. Nos últimos anos vem lutando para criação de áreas no estado que preservem áreas com importância ecológica, paisagística, botânica, geológica e turística, para isso vem ajudando a mobilizar pessoas em diversos municípios preocupadas com a preservação do meio ambiente para criar ONGs nas áreas de potencial e, assim, fortalecer a luta pela criação dos parques.

Em agosto de 2005, realizou no município de Lagoa de São Francisco um Seminário sobre criação de Parques Estaduais que reuniu políticos e sociedade em geral,

apresentando proposta de criação de cinco parques estaduais: Parque Estadual Buriti dos Cavalos; Parque Estadual Cachoeira do Caenga, ambos no município de Piripiri; Parque Estadual Morro da Coã, no município de Lagoa de São Francisco; Parque Estadual das Orquídeas, no município de Pedro II e Parque Estadual Pedra do Letreiro, no município de Capitão de Campos.

4.2.2 Desenvolvimento do movimento: Surgimento das ONGs

As ONGs foram se constituindo a partir de problemas locais que afetavam diretamente a sociedade ou para proteger algum monumento histórico-cultural-ambiental, mas, principalmente, surgiram pela conscientização da população que começou a obter conhecimento dos riscos causados pela destruição do meio ambiente e perceber sua responsabilidade dentro desse contexto.

Da análise do quadro de ONGs no estado do Piauí, percebe-se que o maior número delas concentra-se na cidade de Teresina, o que pode ser justificado pelo fato de os problemas ambientais acontecerem de forma mais intensa na capital, pois esta possui maior população, representa o maior pólo urbano do estado e um centro de consumo de matérias-primas, de alimento e energia, gerando grandes impactos ao meio ambiente, com a produção de lixo e esgotos que poluem os solos e os rios; a destruição de áreas verdes e emissão de gases, fumaças e resíduos tóxicos (sólidos e líquidos).

Em 1993 nasceu a segunda ONG no município de Teresina, a Fundação Ecológica Cidade Verde e Recursos Hídricos (FECIVERH), tendo como presidente o ambientalista Jorge Luis Rodrigues de Sousa. Essa ONG, como as outras existentes no estado, atua na proteção do meio ambiente, mas de forma especial luta pela preservação dos recursos hídricos, sendo a representante do Estado do Piauí no Movimento de Cidadania pela Água, uma iniciativa da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, como reconhecimento e reforço às pessoas e organizações que estejam desenvolvendo ações relevantes na preservação da água.

Esse movimento garante a seus integrantes a participação efetiva no processo de gestão dos recursos hídricos. O Piauí foi o terceiro estado a integrar o movimento, depois do estado do Ceará e da Paraíba, criando-se Centros de Referência no município de Parnaíba e Teresina. (MINISTÉRIO..., 1998)

Na região sul do Estado foi criada, em 28 de julho de 1995, a Associação S.O.S Gurguéia, com objetivo de lutar pelo desenvolvimento auto-sustentável do vale do Gurguéia. Logo quando surgiu essa ONG foi elaborado, juntamente com representantes de 12 municípios da Região do Extremo Sul do Piauí, a Carta do Gurguéia para ser entregue às autoridades políticas apresentando os principais problemas que afetam a região, além de fazer um histórico da bacia hidrográfica do rio Gurguéia e alternativas de solução.(FURPA, 1995)

De acordo com Lima (1995, p. 443) o litoral piauiense, em virtude do seu grande potencial turístico e ausência de planejamento adequado, teve ocupação desordenada sem estudo prévio, causando invasões em áreas de preservação permanente, desmatamento dos mangues do delta para cultivo de arroz, do pastoreio em pastagens nativas por animais que circulam soltos nas dunas, trazendo conseqüências irremediáveis e como resposta da sociedade à toda essa degradação ambiental foi criada, em Luiz Correia, no dia 05 de maio de 1995 a ONG Movimento SOS Natureza que, além de trabalhar com a educação ambiental, faz o papel de fiscal do meio ambiente.

Surge também, em 1995, na cidade de Campo Maior a Fundação de Proteção ao Meio Ambiente Campomaiorense (PROMAC), como resultado da mobilização da sociedade campomaiorense em prol do Açude Grande, que apresentou níveis assustadores de poluição, sendo este o lago principal localizado na zona urbana com aproximadamente 42 hectares, representando um dos principais pontos turísticos e de lazer do município e por meio do qual durante muitos anos a cidade foi abastecida.

Ao longo dos anos houve uma ocupação desordenada das margens do açude, havendo proximidade das fossas sanitárias, aterros para a construção de residências, clubes, bares, hotéis, restaurantes, etc, que compactaram a área que pertencia à sua bacia e lançamento de lixo e esgotos domiciliares, comerciais e hospitalares em suas águas, o que provocou uma enorme contaminação da água não mais depurada pelo processo natural.

A constatação do nível de poluição do açude se deu através de análise bacteriológica solicitada pela Fundação CEPRO, em 09.12.94, e por uma nova análise (físico-química e bacteriológica) realizada pela UFPI, em 29.09.95, confirmando a presença excessiva de coliformes totais e fecais, em índices fora dos níveis permitidos pela resolução do CONAMA, caracterizando-se, de acordo com as análises e portaria nº 001/95 do Ibama, como águas impróprias para balneabilidade, o que fez com que o Ibama interditasse o Açude Grande de Campo Maior por prazo indeterminado.

Fernando Antônio Lopes Gomes, ambientalista e servidor do IBAMA, foi um dos encabeçadores do movimento, acreditando que o sucesso de um movimento se dá quando

há participação de todos os segmentos sociais, chamou a atenção da população para a gravidade do problema, fomentando discussão dentro dos órgãos públicos e trabalhando com a educação e conscientização ambiental junto a sociedade através de palestras e cursos sobre o meio ambiente, contando sempre com apoio do escritório regional do IBAMA em Campo Maior.

Em agosto de 1994, foi realizado pelo IBAMA o I Seminário sobre Preservação do Açude Grande, projeto elaborado por Edilson Ferreira de Araújo e Fernando Gomes, no qual foram discutidos diversos temas tais como Educação Ambiental, Urbanização e Paisagismo, Saneamento Básico, Projetos Turísticos e Programa de Peixamento. (AÇUDE..., 1995)

O importante é que amadurecemos a idéia assentada na necessidade de provocar o senso de responsabilidade da comunidade, contrariando aquela idéia de senso comum de que a resolução do problema do açude era obrigação da prefeitura municipal e IBAMA. Estávamos inaugurando uma nova fase, onde a comunidade teria consciência da necessidade de dividir com o poder público responsabilidades e o IBAMA seria no caso, apenas o promotor do evento para que a partir daí as pessoas com uma visão mais aprofundada do problema, portanto conscientes, incorporassem o gerenciamento das ações a serem adotadas como medidas mitigadoras da poluição do açude. (Informação verbal)⁹

Com a realização do seminário, instaurou-se um novo momento das discussões das questões ambientais em Campo Maior que não se restringiu à problemática do açude. O maior resultado do seminário foi a criação no mesmo ano da Fundação de Proteção ao Meio Ambiente Campomaiorense (PROMAC), a primeira organização não governamental do município formada por diversos segmento da sociedade civil organizada. (SEMINÁRIO..., 1994)

A criação da PROMAC demonstra um fortalecimento da sociedade civil que passou a atuar de forma fiscalizatória e reivindicatória e realizando diversas atividades educativas, como limpeza das margens do lago, arborização, concurso de redação com a temática ambiental, programa educativo em rádios, produção de folders e vídeos informativos.

Em 18 de outubro de 1998 é constituída a Fundação Visão Nordeste em Teresina, uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública conforme Lei Municipal nº 3.201, de 26/06/2003, voltada para a pesquisa e o desenvolvimento, tendo suas atividades natureza técnica, científica e educativa.

⁹ Entrevista com Fernando Antônio Lopes Gomes, presidente da PROMAC, em setembro de 2007.

Essa ONG atua por meio de prestação de serviços, com assinaturas de convênios, contratos e em regime de cooperação/parceria com entidades públicas ou privadas, sendo suas ações divididas em três áreas básicas e interdependentes: área de ensino, a qual dedica-se à qualificação, especialização e atualização profissional de grupos sociais e trabalhadores; área de pesquisa, a qual orienta-se pelo estudo de novos métodos e práticas de desenvolvimento local e regional, de forma integrada e participativa de todos os agentes envolvidos no processo e área de serviços, com programas de assessoria e consultoria nas diversas áreas.

O trabalho realizado pela fundação que merece destaque é a elaboração, em Março a Dezembro de 2002, dos Planos Municipais de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável através da Mobilização, Sensibilização da Comunidade Local (lideranças) para Formação do Fórum Local, com vista à elaboração do Diagnóstico, Visão de Futuro e Elaboração do Projeto Municipal de Desenvolvimento Local – PMDLIS, com as suas respectivas Agendas de Desenvolvimento – Capacitação e Implantação da metodologia DLIS como proposta de Desenvolvimento Local.

Em 09 de julho de 1998 é criada a Fundação Agente em Teresina, uma ONG formada por profissionais e professores dos Centros de Ciências Agrárias e da Natureza da Universidade Federal do Piauí e de pesquisadores do Centro de Pesquisas Agropecuária do Meio Norte/EMBRAPA, com o objetivo de desenvolver “atividades de natureza técnica, científica e educativa promovendo o desenvolvimento do agronegócio e meio ambiente”, elaborando e executando programas, projetos, empreendimentos, pesquisas e atividades dos setores agroindustrial, agrossilvipastoril e ambiental.¹⁰

Essa Ong teve, desde sua origem, o perfil das organizações não governamentais voltadas para a disponibilização de pessoal técnico e profissional para a realização de trabalhos ambientais, fugindo da característica de denúncias e mobilizações. Foi a responsável, por exemplo, pela implantação de programa de microbacia hidrográfica em Teresina, qual seja a Microbacia Hidrográfica I do riacho São Vicente Tapuia/Soinho, e elaborou os projetos de microbacia hidrográfica de Floriano, PI, Monsenhor Gil, PI e José de Freitas, PI, e executou diversas atividades dos mesmos.

Um de seus trabalhos que ganhou uma grande repercussão na mídia local foi o Projeto de criação de um Núcleo de Pesquisa de Recuperação de Áreas Degradadas (NUPERADE), em Gilbués-PI, estabelecendo um convênio entre o governo do Estado,

¹⁰ Informações retiradas do Estatuto e documento de registro da Fundação Agente

através da SEMAR e a Fundação AGENTE, em 02 de junho de 2003, para a implantação do NUPERADE e a instalação da Pesquisa Agrossilvipastoril de Recuperação de Área Degradada no Núcleo.

Em janeiro de 2001 é criada em Gilbués-PI a Associação de Defesa Ambiental e Controle da Desertificação de Gilbués (SOS-Gilbués), ONG que tem como objetivo a busca pela conscientização ambiental nas questões ligadas a desertificação, atuando, também, nos problemas ambientais locais como mineração, queimadas, lixo urbano, etc e prestando serviços à comunidade através de sua biblioteca, serviços de informática, palestras e treinamentos.

A Universidade Estadual do Piauí – UESPI possui um Campus na cidade de Corrente, PI onde foram desenvolvidos alguns trabalhos científicos relacionados ao tema da Desertificação, encontrando-se também neste município a Associação de Proteção Ambiental de Corrente – ASPAC.

Em 2002, nasce a ONG Sociedade Brasileira Sócio-Ambiental + Vida no município de José de Freitas, tendo como motivo inicial para sua criação a poluição e o lixo na Barragem do Bezerra, criada por pessoas conscientes de sua responsabilidade pela preservação do meio ambiente, dentre eles João de Almendra Freitas Filho, Ricardo Camarço e Silvio Moura Fé.

Essa ONG trabalha com a sensibilização da população, participação em feiras e eventos ambientais e a busca de conscientização de empresas locais, desenvolvendo projetos paralelos como: *Árvore Protegida*, com o objetivo de produção e distribuição de mudas que contempla espécies próprias da flora original do Estado; *Amigo da Floresta*, com aulas de educação ambiental para alunos das escolas públicas de José de Freitas, abordando problemas sócio-ambientais da realidade cotidiana no município e *De Volta à Floresta*, projeto que conta com parceria da Polícia Ambiental e IBAMA, e consiste na reintegração de aves mantidas em cativeiro à vida silvestre.

Na página principal do site da ONG Mais Vida é possível encontrar a Calculadora Verde, que é um sistema que permite calcular e conhecer a emissão de CO₂ que uma pessoa libera na atmosfera, sendo o resultado dado em quantidades de árvores que seria necessário proteger para neutralizar a emissão do gás na atmosfera.

Nós, da ONG + Vida, em parceria com o Nazareth Eco Resort, podemos ajudá-lo a neutralizar toda ou parte de suas emissões de CO₂, protegendo árvores plantadas ou existentes em Nazareth, até o limite de 20 árvores. Caso não sejam suficientes, você pode complementar a sua neutralização na 2ª alternativas diversas desenvolvidas pelo programa. Ou pode ainda reduzir essas emissões revendo seus hábitos de consumo. (ONG..., 2007, p.7)

Como resultado positivo de seu trabalho de conscientização das empresas sobre a importância de um desenvolvimento sustentável, a ONG Mais Vida conseguiu uma parceria com a Indústria Dureino S.A. que passou a adotar práticas ecologicamente corretas, com a coleta seletiva de lixo, o reaproveitamento de quase 100% da sua água, redução de lançamento de efluentes e adoção de matriz energética renovável, sendo, atualmente, uma referência para as empresas instaladas no Piauí.

Em 22 de outubro de 2002, foi fundado no município de Floriano o Instituto Caipora de Ecologia – ICE, uma instituição sem fins lucrativos, criada para promover ações e projetos de educação ambiental em seus aspectos formais e não-formais e de preservação do meio ambiente e da qualidade de vida da população. De acordo com o depoimento prestado, em outubro de 2007, pelo presidente da instituição Pedro Henrique, a história do ICE está associada à instalação do escritório regional do IBAMA em Floriano.

O Primeiro diretor do escritório de Floriano foi Petrônio Costa e Silva, filho de Floriano que morava em Brasília e ao chegar à cidade implementou logo seu trabalho no IBAMA, com uma verdadeira campanha de Educação Ambiental pela cidade, com palestras e práticas ecológicas de campo. Vendo a necessidade de proteger a natureza, os riachos, as árvores centenárias, o rio Parnaíba, os casarões Árabes, a cultura regional e conscientizar a população, esses eram os anseios que se passava pela cabeça de Petrônio e Marcelo Guimarães (fotógrafo ambientalistas) os mesmos já tinham experiência em fundar ONGs ambiental e deram início a selecionar pessoas que tinham afinidade pela causa e deu início a convidar as pessoas das mais variadas profissões e formações para se juntar para formar o corpo de uma ONG.

Essa ONG surgiu durante a realização da semana de meio ambiente organizada pelos acadêmicos do curso de biologia da UESPI campus de Floriano, com o incentivo e auxílio da FURPA e ABIUPI, e seu trabalho se focou durante esses anos na educação ambiental, com realização de palestras; trilhas ecológicas na zona de proteção ambiental do município, acompanhando e orientando turistas e acadêmicos do curso de biologia; debates em internet e meios de comunicação locais; publicação de matérias em jornal escrito e participação em grupos de trabalhos e eventos científicos.

O Instituto Caipora de Ecologia participou ativamente na elaboração do Plano Diretor participativo da cidade de Floriano e foi responsável pela realização do Torneio de Pesque e Solte, evento que obteve forte divulgação e mobilização das pessoas e que chamou atenção da sociedade local para a importância da pesca controlada e consciente. Atualmente, está realizando o Pré-Diagnóstico socioambiental da cidade de Floriano em parcerias com o Centro de Apoio Sócio-Ambiental (CASA), com sede em Campo Grande-MS.

Em 2003, é criada no município de Teresina a Fundação de Proteção do Meio Ambiente e Ecoturismo do Estado do Piauí – FUNPAPI que tem como principal objetivo organizar a cadeia produtiva do agro negócio no Estado com a preocupação e responsabilidade com o meio ambiente. Esta vem atuando, desde sua criação, principalmente, nos municípios do interior com projeto de piscicultura.

Com mais de dez projetos apresentados em um ano de existência, a Fundação apresentou semana passada, terça feira, dia 18, um projeto de criação de uma estação de piscicultura ao secretário da Aquicultura e Pesca do Governo Federal, José Fritsch, o projeto visa implantar uma estação de criação de peixes inicialmente em Piripiri no Açude Caldeirão. (FUPAPI, 2003)

A cidade de Piripiri vai ganhar em breve um complexo frigorífico de processamento de pescado (peixe, camarão etc.). Uma empresa, pioneira na fabricação de lingüiças, hambúrgueres e almôndegas de peixe, tem a expectativa de entrar em funcionamento no Estado em cerca de seis meses.
(...)

A Funpapi (Fundação de Proteção ao Meio Ambiente e Ecoturismo do Estado do Piauí) será responsável pela capacitação das famílias responsáveis pela produção dos peixes, da espécie tilápia, que serão comprados diretamente pela indústria. (PIRIPIRI, 2005)

Em 28 de abril de 2005, nasce a Fundação Ação Vida no município de Picos de um grupo de pessoas que já simpatizavam com a questão ambiental e que após a participação de um curso Educação do Processo de Gestão Ambiental, em 2004, promovido pelo escritório regional do IBAMA-PI na Escola Normal Oficial de Picos, resolveram se organizar para promover ações de preservação do meio ambiente. Esta ONG atua com atividades educativas em escolas, praças e locais públicos, dentre outras ações, através da capacitação de representantes de escolas e comunidades, com campanhas de educação ambiental e com plantio de mudas, sobretudo nas margens do rio Guaribas.

Em 1997, houve a tentativa de integração entre as ONGs ambientais existentes no Piauí através da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente do Estado do Piauí (APEDEMA), não tendo prosperado por falta de articulação das ONGs.

No entanto, em novembro de 2006, durante o I Encontro do Ministério Público do Piauí sobre Meio Ambiente, aconteceu uma reunião entre ONGs, a pedido do presidente da Fundação Velho Monge, o ambientalista Márcio Antônio Freitas, e incentivado e apoiado pelo Ministério Público do Estado, que acreditava na importância da integração e união das ONGs ambientalistas para somar força na luta pela preservação do meio ambiente,

objetivando articular as ONGs do Estado, idéia que se consolidou, em junho de 2007, com a criação da Rede Ambiental do Piauí (REAPI).¹¹

A REAPI é uma ferramenta de desenvolvimento social e ambiental estadual que congrega instituições da sociedade civil que atuam na promoção da defesa da natureza, da vida e na preservação do meio ambiente no Piauí. É formada por entidades identificadas com a causa sócio-ambiental no Estado, que representam associações profissionais, associações de classe, fundações, federações, sindicatos, colônias de pescadores, trabalhadores rurais, extrativistas, indígenas, ambientalistas, quilombolas, quebradeiras de coco, ongs, organizações civis de interesse público, entre outros.

Segundo seu regimento essa rede destina-se a estabelecer a troca de experiências e informações que resultem na preservação, conservação ambiental e cultural, e promover o desenvolvimento sustentável no Piauí, proporcionando a articulação dos organismos envolvidos com a questão ambiental, para que estes juntos se fortaleçam ainda mais. Visa, também, desenvolver ações em prol da defesa dos ecossistemas existentes no Estado do Piauí e a promoção social de forma integrada.

A criação da REAPI está vinculada à crescente preocupação com os problemas ambientais advindos do processo de aceleração da expansão da agropecuária e das monoculturas, especialmente soja e eucalipto, desmatamento e produção de carvão, substituição da vegetação nativa, beneficiado por incentivos governamentais e multilaterais nos diversos biomas existentes no Estado do Piauí.

4.2.3 Interferência do ambientalismo nas instituições

Como se pode perceber, na década de 80 nasce o movimento ambientalista no Piauí, mas é apenas na década de 90 que há a intensificação do movimento, com a proliferação de ONGs; aumento da participação destas nos acontecimentos ambientais; surgimento de ramificações dentro de órgãos já existentes e criação de órgãos especializados em meio ambiente, havendo uma significativa evolução das questões ambientais no Estado.

11 Informações retiradas de documentos do arquivo pessoal do presidente da ONG Velho Monge, Márcio Antônio Freitas.

Em 1986, é criada a Curadoria do Meio Ambiente, no âmbito da Procuradoria Geral da Justiça, através da Lei nº 4.060, de 09 de dezembro de 1986, tendo como uma das suas atribuições a defesa do meio ambiente, proteção à flora e à fauna, objetivando condições satisfatórias do desenvolvimento sócio-econômico.

Em 1987, o prefeito da capital teresinense a época, Wall Ferraz, mesmo sem existir um órgão especial voltado para cuidar do meio ambiente, cria o Conselho Municipal de Ecologia na tentativa de proporcionar o envolvimento da população na discussão e nas ações em defesa do patrimônio ecológico, afirmando que “é preciso a participação dos segmentos sociais na política de defesa da ecologia e preservação do meio ambiente” (WALL..., 1987).

A partir da década de 90 foram criadas 08 unidades de conservação federais: APA Serra da Tabatinga, Decreto nº 99.278 de 06.06.1990, com uma área de 61.000,00 há, bioma Cerrado; APA Delta do Parnaíba, criada em 21.11.1996, com uma área de 345.000,00 há, biomas Mangues, Dunas, Restingas e Praia; APA Serra da Ibiapaba, criada em 26.11.1996, bioma Cerrado e Caatinga; APA Chapada do Araripe, criada em 04.08.1997, com uma área de 149.647,52 há, bioma Caatinga e Cerrado; Parque Nacional da Serra das Confusões, criado em 02.10.1997, com uma área de 526.105,76 há, bioma Caatinga e Cerrado; Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, criada em 16.11.2000, com uma área de 27.021, 69 há, biomas Mangues, Dunas, Restinga, Carnaubais e Transição Caatinga e Cerrado; Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, criado em 16.07.2002, com uma área de 729.813,55 há, bioma Cerrado e Floresta Nacional de Palmares, criada mais recentemente, em 22.02.2005, com uma área de 170 há, bioma Cerrado e Caatinga, no município de Altos.

Com a evolução do movimento e formação da gestão articulada, há, em meados da década de 90, uma politização da preocupação ambiental no Piauí, com a inserção do tema meio ambiente nas discussões de políticas públicas, nos programas de governo, com a criação de órgãos públicos específicos para cuidar do meio ambiente, pois embora existisse algum tipo de gestão dos recursos naturais no estado com departamentos ou setores dentro de outros órgãos públicos, essa não era feita de forma satisfatória por falta, muitas vezes, de estrutura ou de prioridades de ações para a instituição a qual pertencia.

Em 14 de janeiro de 1993, o prefeito da capital teresinense, Wall Ferraz, cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente através da Lei nº 2.184 e nomeia como secretário o ambientalista professor Valdemar Rodrigues. Em 1996, é instituída no município a Política Municipal de Meio Ambiente, através da Lei 2.475, dispondo sobre a política de proteção, conservação, recuperação e desenvolvimento do meio ambiente no município, sendo criado,

também, o Conselho Municipal de Meio Ambiente que contava com a participação de diversos órgãos públicos e da sociedade civil.

A Polícia Militar do Estado do Piauí cria, em 1994, a Companhia de Policiamento Ambiental (CIPAMA), através da Lei Estadual nº 7.719 de 27 de julho de 1994, tendo como função prevenir e reprimir ações contra a flora, a fauna, os mananciais e o meio ambiente, em ações isoladas ou conjuntas, mediante convênio ou contratos firmados.

Faltava, ainda, que o Estado se organizasse institucionalmente em um órgão de meio ambiente e estabelecesse uma estrutura adequada para efetivamente cumprir o seu papel de integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e elaborar e implantar a política estadual de meio ambiente, pois mesmo existindo departamentos que tratassem sobre o assunto dentro de outros órgãos do governo, esses não eram suficientes para preservação ambiental.

Conforme se apreende das conclusões dos participantes do 4º Seminário de Preservação do Rio Parnaíba que aconteceu nos dias 20 a 22 de setembro de 1990, esses departamentos nem mesmo eram percebidos pela sociedade: “o Seminário viabilizou a oportunidade de se conhecer os diversos órgãos regionais governamentais até então, omissos do seu real compromisso com as ações de preservação ambiental”. (SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DO RIO PARNAÍBA, 1990).

Dessa forma, a sociedade civil organizada, percebendo a importância de um órgão ambiental no Estado, reivindica, em diversos momentos, a criação de uma secretaria de meio ambiente no Piauí. A FUNEP, em maio de 1991, elaborou uma moção durante o 4º Congresso Nordestino de Ecologia, em Recife, dirigida ao governo do estado para que fosse criada a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, sendo, mais tarde, esta entidade convidada pela Assembleia Estadual do Piauí para participar de seção aberta onde seria apresentada a proposta do governo estadual de criação da secretaria. (ESTUDANTE..., 1997)

Em 1994, a FURPA elaborou uma proposta para criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente ao então governador eleito, Francisco de Moraes Souza, para que esse órgão pudesse viabilizar as ações de proteção ambiental e engajamento no SISNAMA, proporcionando o fortalecimento e a centralização do gerenciamento dos recursos naturais do estado, inclusive, incluindo os recursos hídricos e, estabelecendo condições de execução de uma Política Estadual de Meio Ambiente.

Assim, em 1995, com influência da luta e movimentação da sociedade civil, é criada a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), por meio da

Lei nº 4.797 de 24 de outubro de 1995, sendo o último estado do nordeste a criar uma estrutura no governo para cuidar do meio ambiente.

A criação de órgãos ambientais foi, e ainda é, muito importante para o ambientalismo no estado, porque fortaleceu e incentivou as entidades ambientalistas e, também, despertou no restante da sociedade a necessidade de acompanhar e participar das decisões que envolvem o uso e a fiscalização do meio ambiente, cobrando desses órgãos responsáveis medidas preventivas e/ou corretivas.

Um dos instrumentos que permitem essa participação são as audiências públicas e discussões técnicas dos Relatórios de Impactos Ambientais - RIMA aberta às comunidades, para avaliação dos impactos a serem causados por obras públicas e os conselhos municipais e estaduais de meio ambiente que tem a sociedade civil representada com poder de voz e voto.

Ressalta-se, porém, que a maioria dos municípios do Estado do Piauí até hoje não tem órgão de meio ambiente. E aqueles que o possuem, muitas vezes, são aglutinados com outras secretarias como, por exemplo, a de agricultura e falta estrutura e pessoal técnico para implantar e efetivar a política de gestão ambiental, acabando por não exercer suas funções definidas no SISNAMA: fiscalização, monitoramento e licenciamento das atividades potencialmente poluidoras.

Há também, na década de 90, a partidarização do ambientalismo piauiense, com a criação do Partido Verde no Estado. Depois de várias tentativas de formação do Partido Verde no Piauí, ele se estabelece em 1997, desta vez, por iniciativa do biólogo e ambientalista Valdemar Rodrigues quando em dezembro de 1996 encaminha proposta de Comissão Provisória do Partido Verde no estado à Comissão Executiva Nacional sendo aprovada em reunião do dia 05 de abril de 1997, designando a Comissão Executiva Estadual provisória e, no ano seguinte, formando as comissões executivas do município de Teresina e Parnaíba.¹²

O Partido Verde do Piauí ainda tem uma atuação política tímida, mas teve um crescimento significativo nos últimos 5 anos, possuindo, em 2008, 82 executivas municipais e um número significativos de mandados eletivos, 2 vereadores na capital e 17 no interior.

Uma conquista do Partido Verde para a preservação do meio ambiente foi a luta junto a prefeitura municipal de Teresina, liderada pela vereadora Teresa Brito, pela recriação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAM, que havia sido extinta em 2001, tendo êxito em março de 2007 e, assim, permitindo uma

¹² Dados retirados de documentos fornecidos pelo Partido Verde, diretório do Piauí.

centralização e uniformização do gerenciamento ambiental, com o fortalecimento da política ambiental do município.

A Igreja Católica, uma instituição próxima às comunidades e presente nos movimentos sociais, também sofreu influência do ambientalismo piauiense, quando, nesses últimos anos, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Romaria da Terra e da Água, leva à população rural a discussão dos problemas ambientais, auxiliando na conscientização e mobilização dessas pessoas. Embora, muitas vezes, tenha sido responsável pelo estímulo de ocupação de áreas inadequadas no que se refere ao meio ambiente.

Em 1979, foi criada no Piauí a Comissão Pastoral da Terra (CPT), uma Pastoral da Igreja Católica de caráter ecumênico que ampliou o alcance dessa instituição no interior do Estado e que tem como objetivo principal auxiliar o trabalhador rural na luta pela terra e seus direitos humanos. Inicialmente, o seu trabalho concentrou-se na luta pela posse da terra, mas com o passar do tempo foi abrindo espaço para a busca e discussões de outros direitos.

Em 1988, acontece a primeira Romaria da Terra no Estado, realizada em Oeiras, com o tema Terra, água, justiça e clamor dos pobres, passando a fazer parte da agenda da Igreja, trazendo, além da expressão da fé através da oração e celebração, a reivindicação, denúncia e luta por melhores condições de vida.

As temáticas das primeiras romarias eram focadas na discussão sobre distribuição de terra, latifúndios e reforma agrária, mas ao longo dos anos foram introduzidos outros problemas sociais do campo, como a preocupação com a água e o trabalho escravo. A partir da 8ª romaria, que aconteceu no município de União, em julho de 2002, esta passou a denominar-se Romaria da Terra e da Água, indicando mudanças com a inclusão do termo água e uma preocupação com a preservação ambiental como responsabilidade de todos.

Conforme se constata na Cartilha da 8ª Romaria (2002), que estabelece que “depende de cada um de nós cuidar de nossos mananciais e fontes de água. A preocupação em melhorar e preservar a oferta e qualidade de água doce, o ‘recurso mais precioso da vida’, virou preocupação de toda a sociedade”. Os compromissos firmados durante as romarias mostram essa preocupação:

Cartilha da 8ª Romaria da Terra e da Água do Piauí; União: 2002, p. 12.

NOSSO COMPROMISSO

Buscar formas de conhecer o que diz a lei de recursos hídricos a respeito das águas e dos principais problemas da nossa comunidade;

Criar uma comissão na comunidade para ver a situação das águas na comunidade e orientar as pessoas a cuidarem das fontes e reservatórios de

águas (rios, riachos, cacimbas, poços, cisternas etc.) para evitar a poluição e o desperdício das águas boas;

Aprender a reciclar o lixo, não jogá-los nos rios, tratar o esgoto sanitário e industrial, não jogar nos rios, melhorar as condições das águas consumidas, através de fervura, da filtragem e de outras técnicas de tratamento da água;

Cuidar das nascentes dos rios, riachos, lagoas, não desmatar as margens dos rios, não jogar entulhos nos rios.

Cartilha da 9ª Romaria da Terra e da Água do Piauí; São Raimundo Nonato, 2004, p. 08. NOSSO COMPROMISSO

Evitar qualquer forma de desperdício de água;

Não jogar plástico, vidros, nem outros tipos de lixo na natureza, porque eles acabam poluindo as fontes de água

Cartilha da 10ª Romaria da Terra e da Água do Piauí; Uruçui: 2007, p. 09.

NOSSO COMPROMISSO

Como comunidade cristã, o que vamos assumir de gesto concreto relacionado à preservação do meio ambiente? (Ex: não jogar lixo a céu aberto, evitar as queimadas, não usar insumos químicos na lavoura, não desmatar a margem de fontes de água ou dos rios, plantar árvores onde já foi desmatado, etc.

4.3 Contribuições das ONGs com maior repercussão no Estado

Durante o desenvolvimento do ambientalismo no Estado do Piauí, houve ONGs que se destacaram por motivos distintos, pelo alcance de suas ações, pela atuação local ou regional, ou até mesmo pela sua divulgação na mídia, fatores que demonstram o seu grau de repercussão na sociedade e de importância para o movimento.

A FUMDHAM é uma ONG conhecida internacionalmente por sua relevância para a arqueologia, sendo divulgada em diversos meios de comunicação nacional e internacional. A FURPA, uma das mais antigas, além de possuir uma forte atuação em todo o Estado, teve o reconhecimento a nível nacional quando representou a região nordeste no Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA. O Instituto DESERT representou, por muitos anos, o governo brasileiro nas convenções e redes internacionais sobre desertificação e teve sua abrangência de atuação também em outros estados, além das fronteiras do Estado do Piauí.

4.3.1 Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM)

A Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) foi criada no dia 09 de novembro de 1986 em São Raimundo Nonato por pesquisadores de uma cooperação científica bi-nacional França-Brasil.¹³

A história teve início quando Niéde Guidom, uma das fundadoras e atual presidente dessa ONG, no final da década de 60, funcionária do Museu Paulista, em conversa com o então prefeito de São Raimundo Nonato, tomou conhecimento de vestígios de populações antigas naquela região, o que a fez tentar organizar uma expedição para o local sem êxito por não possuir condições mínimas para tal desafio. (FRANÇA..., 1975)

Após a tentativa frustrada Niéde se instalou na França, trabalhou em Paris no Centro Nacional de Pesquisa Científica – CNRS e anos depois, em 1973, conseguiu realizar a expedição ao Piauí com mais duas arqueólogas, Silvia Maranca e A. Vilhena de Moraes, com auxílio financeiro do governo Francês e do Museu Paulista, foi a partir de então que deu início as pesquisas na região.

Em 1975, a equipe de especialistas da Missão Franco-Brasileira, inicialmente, arqueológica, pela terceira vez realizando pesquisas no Piauí fez um balanço dos trabalhos e considerando a importância dos sítios arqueológicos, seu número, variedade e qualidade dos vestígios, a beleza da paisagem, a especificidade da cobertura vegetal, o potencial turístico da região e avaliando o impacto destruidor da presença humana, enviou uma carta ao governador do estado do Piauí a época, Dr. Dirceu Arcoverde, tratando sobre a importância da preservação daquela região, tanto sobre o aspecto da flora e fauna, e solicitando que fosse criado um Parque Nacional na área para proteger o meio ambiente e preservar os sítios arqueológicos e paleontológicos.

Só então, depois de quase 20 anos da criação do primeiro Parque Nacional, foi criado o segundo no estado do Piauí, através do Decreto nº 83.548 de 05 de junho de 1979, o Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no sudoeste do estado do Piauí, há 510 km de Teresina, nos municípios São Raimundo Nonato, Brejo, João Costa e Cel. José Dias, com uma área de 129.000 há.

¹³ Informações obtidas através de livro de ata, estatuto, projetos e documentos diversos do acervo da Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM.

Depois que o Parque foi criado não houve recursos federais ou investimentos para que fosse implantado ou tivesse mínimas condições de manter sua vigilância e garantir a preservação do meio ambiente, sofrendo depredações da sua flora e fauna, com desmatamentos, queimadas e caça de algumas espécies. Em 1986, os pesquisadores que lutaram para a sua criação resolveram criar uma ONG, a FUMDHAM, para ajudar a preservá-lo.

Em 1975 enviamos ao governo um dossiê sobre a importância de preservar esta região, tanto o meio ambiente como o patrimônio arqueológico. Em 1979 o Parque Nacional Serra da Capivara foi criado. Mas nunca foi realmente instalado, nenhum funcionário foi nomeado e daí todos começaram a caçar e a ir buscar madeira no Parque, porque nas propriedades privadas os donos não deixam entrar estranhos, somente eles caçam e desmatam, na terra do governo como eles diziam, todos iam se servir. Ai em 1986 criamos a FUMDHAM para ter uma pessoa jurídica que pudesse lutar pela preservação do Parque. Na realidade somos pesquisadores que tivemos que nos ocupar do meio ambiente em razão da incapacidade administrativa do governo. (Informação verbal)¹⁴.

O Parque Nacional da Serra da Capivara tem, atualmente, sua administração em regime de co-gestão entre o IBAMA e a FUMDHAM, e nele foi localizada a maior concentração de sítios arqueológicos das Américas, onde foram feitas as mais antigas datações da passagem do homem pré-histórico no continente.

A FUMDHAM é uma entidade científica, filantrópica, uma OSCIP registrada no Ministério da Justiça, declarada de utilidade pública estadual e federal, formada por uma equipe de cientistas multidisciplinar e técnicos com vínculos com instituições universitárias e científicas com as quais a Fundação mantém convênios de cooperação técnico-científico e é dirigida por uma Assembléia Geral. Tem como principal objetivo a preservação do Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno, utilizando seu potencial de atração turística e buscando promover um desenvolvimento econômico e social regional.

Logo após sua criação, a FUMDHAM solicitou ao delegado do IBDF em Teresina, Dr. Artur Moura Napoleão do Rego, que fossem feitas as tramitações para que o Parque fosse declarado patrimônio ecológico e cultural da Humanidade, preenchendo, em 1990, os formulários solicitando a inclusão e sendo o pedido encaminhado ao Ministério de Relações Exteriores em junho do mesmo ano. Em 1991, em uma reunião em Cartago na Tunísia, a UNESCO reconheceu e declarou o Parque Nacional como Patrimônio Histórico da Humanidade pelo seu valor histórico e cultural.

14 Entrevista com Profª Dr. Niède Guidon, presidente da FUMDHAM, em outubro de 2007.

Em 1990, o Parque Nacional Serra da Capivara teve sua demarcação concluída e, mais uma vez, por iniciativa da FUMDHAM, foram criadas três Áreas de Proteção Permanente, cujo território foi anexado ao parque: Serra Vermelha (60km), Serra Cumbre/Chapada da Pedra Hume (90 km) e Serra Capivara/ Baixão das Andorinhas (50 km), com o objetivo de se constituir um cinto de proteção suplementar e no qual seria necessário desenvolver uma ação de extensão.

A FUMDHAM atua, formalmente, ligada às instituições dos governos federal, estadual e municipal. Em 1994, assinou um convênio de co-gestão com o IBAMA e em 2002 um contrato de parceria, visando a aplicação do Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara e da política de conservação e a vigilância e, desde então, é a responsável técnico-científica da Unidade de Conservação.

Em 1995, Niède Guidon recebe uma homenagem do governo Francês com a entrega da comenda Cavaleiro do Mérito da Ordem Nacional, importante honraria daquele país que foi um dos maiores financiadores e incentivadores das pesquisas no parque, reconhecendo o trabalho realizado pela pesquisadora em benefício da cultura e história da humanidade.

Em 1997, dois anos depois, a arqueóloga recebe outro prêmio internacional, Prêmio Henry Ford de Conservação Ambiental na categoria Conquista Individual, da organização não governamental *Conservation International* e Ford do Brasil, tendo como critério de escolha as iniciativas que possam servir de modelo para outros conservacionistas e entidades ambientalistas. (NIÈDE..., 1997)

A FUMDHAM sempre atuou na região do Parque e seu entorno objetivando a preservação da biodiversidade e das inscrições rupestres. Entre os trabalhos realizados pela Fundação está o de proteção e recuperação do meio ambiente com o reflorestamento de áreas devastadas, combate à erosão, manutenção de reservatórios de água pluvial para os animais durante a seca, alimentação dos animais que não mais podem migrar para a Serra das Confusões, construção das estradas, preparação de sítios para visitação, construção e manutenção de 28 guaritas no entorno do Parque.

[...] O empreendimento será financiado pela Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, que terá sócios da rede de hotelaria e turismo. Segundo a arqueóloga Niède Guidon, diretora financeira da FUMDHAM e idealizadora do projeto, a idéia é trazer o maior número de turistas [...] (PARQUE..., 1999)

Entre os trabalhos mais importantes realizados pela fundação está a recuperação de toda a área Pedra Furada (Barreirinho), um dos principais pontos turísticos do

Parque no qual são realizados grandes eventos, a conservação da arte rupestre em mais de 700 sítios e a recuperação da fauna da região.

[...] Para preservar as espécies em extinção, a FUNDHAM – Fundação Museu do Homem Americano – está trabalhando numa causa nobre, que é a reintrodução dos animais em extinção numa área ampla próxima ao Parque Nacional Serra da Capivara.

Assim, todas as espécies apreendidas pelo IBAMA no Piauí estão sendo conduzidos para o Centro de Reabilitação da Vida Silvestre. (PARÁISO..., 2001)

Para a execução dos seus projetos, além das parcerias governamentais a FUMDHAM sempre buscou recursos, parcerias e convênios com outras instituições. Para os programas de desenvolvimento econômico e social contou com recursos da Cooperação Técnica da Itália, do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA, do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, do BNDES, do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura.

Para a manutenção, vigilância e manejo do Parque Nacional foram recebidos recursos da EMBRATEL, Telemar, Petrobrás (doações pela lei Rouanet), Volkswagen e Correios. Recebendo, também, financiamento do Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal para as obras e instalações no Parque Nacional Serra da Capivara.

A FUMDHAM teve e tem uma grande repercussão nos meios de comunicação, tanto na mídia local, nacional, como internacional, sobretudo por causa das grandes descobertas científicas, com achados de vestígios arqueológicos que por sua datações deram origem a uma nova e polêmica teoria de povoamento das Américas que ia de encontro a teoria norte americana.

[...] O resultado da datação só chegou recentemente à Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM, em São Raimundo Nonato, e foi realizado na França utilizando uma moderna técnica que deduz a idade pelo número de átomos de carbono, conhecida como acelerador. (FÓSSIL..., 2000)

Como uma grande parte dos problemas e das agressões sofridas pelo parque são causados pela população que vive em seu entorno, por serem comunidades pobres e, em alguns casos, serem família que historicamente sobreviviam da caça e da roça tradicional, havendo dificuldade de compreensão da necessidade de proteger espécies animais e vegetais frente a sua condição social, a FUMDHAM também atua com promoção do desenvolvimento econômico e social.

Desde 1991 a FUMDHAM deu início a implantação de Núcleos de Apoio a Comunidade, os quais desenvolvem trabalhos na área educacional, com escolas em que as crianças ficam em tempo integral, com refeições e atividades educacionais, esportivas e

culturais; de saúde, com instalação de postos de saúde e de produções alternativas não depredantes ao meio ambiente, com laboratório de artesanato, por exemplo. E em 1997, recebeu, por esse trabalho, o prêmio Itaú-Unicef.

[...] A implantação dos Núcleos de Apoio à Comunidade já melhorou sensivelmente a vida da população, principalmente da população mais pobre que sempre usou o Parque Nacional para caçar, desmatar e em alguns casos até destruir através de atos de vandalismo as impressionantes pinturas rupestres deixadas na região há pelo menos 10 mil anos. (FUMDHAM, 1996)

Em 2000, a fundação deu início a uma parceria com o Instituto Ayrton Senna para promover um trabalho pedagógico centrado em arte-educação, em horários extracurriculares, projeto denominado PRO-ARTE FUMDHAM, o qual é composto por três eixos de trabalho: formação de crianças e adolescentes em arte-educação nas diferentes linguagens artísticas; arte e ciência em pesquisa e com a realização do Interartes, Festival Internacional Serra da Capivara.

O projeto Pró-Arte tem como principal objetivo oferecer oportunidade de melhoria da qualidade das crianças das comunidades rurais do entorno do Parque Nacional e da cidade de São Raimundo Nonato, e com isso, fazer um trabalho de conscientização da importância de preservação do meio ambiente. Esse projeto também contou com a parceria do Projeto Criança-Esperança. (UNESCO - UNICEF).

4.3.2 Fundação Rio Parnaíba (FURPA)

Após alguns anos de mobilizações pelas associações de áreas específicas de categorias profissionais ou de pessoas isoladas no município de Teresina, sentiu-se a necessidade de ampliação dessa mobilização para acompanhar as discussões mundiais, com uma abertura e interação de áreas, formações e ativistas distintos.

Foi então que durante a realização do I Seminário de Preservação do Rio Parnaíba um grupo de pessoas formado por professores, estudantes e sociedade de modo geral, tirou como proposta a criação de uma estrutura que representasse a sociedade civil

organizada, e que realizasse ações concretas em defesa do rio Parnaíba, dos recursos naturais e do meio ambiente.¹⁵

A proposta foi concretizada em 21 de maio de 1988, por meio de Assembléia Geral, quando foi criada a Fundação Rio Parnaíba - FURPA, primeira organização não-governamental ambiental de Teresina que veio para atender essa necessidade, composta de profissionais liberais de todas as áreas de atuação, na sua maioria Biólogos, formando-se da junção de integrantes da ABIUPI e AGB/PI e incluindo outros preocupados com o meio ambiente que não se enquadravam em nenhuma dessas categorias profissionais, representando, assim, o fortalecimento do movimento ambientalista no estado.

De acordo com seu estatuto de criação a FURPA tem como objetivo promover a proteção à saúde, a defesa do meio ambiente e sobretudo lutar pela melhoria da qualidade de vida das populações localizadas em áreas de atuação da entidade e, ainda, orientar, sempre em permanente vigília, o uso racional dos recursos naturais em todas as suas formas de potencialidades, sendo uma organização ligada diretamente ao Meio Ambiente, Direitos Humanos e ao Social, com área de atuação nos Estados do Piauí, Maranhão, Ceará e do Tocantins.

Desde a sua criação a FURPA atuou na preservação do meio ambiente de diversas formas, seja através de denúncias e reivindicações, ou atuando na trajetória da política ambiental, promovendo manifestações, palestras, debates, encontros, reuniões e elaborando e implementando projetos técnicos, tendo atuação em todo o estado do Piauí.

Para a realização de todas suas ações foi necessário o trabalho conjunto com outras instituições, dentre elas as Universidades Federal e Estadual do Piauí, que sempre foram parceiras da FURPA, e outras no âmbito do governo federal, estadual e municipal e até instituições internacionais, seja através de financiamentos, de consultas, ou de formação de convênios e parcerias.

A FURPA, em 1990, em um convênio com o IBAMA/MMA, elaborou e executou o projeto Proteção Ambiental da Bacia do Rio Parnaíba, com coordenação geral do biólogo e ambientalista Valdemar Rodrigues, projeto que foi dividido em duas etapas: Diagnóstico da Situação Atual da Bacia do Rio Parnaíba e Educação Ambiental, produzindo informações e promovendo palestras com o objetivo de incentivar a valorização e a proteção dos recursos naturais da bacia do rio Parnaíba, sobretudo pelas comunidades ribeirinhas,

¹⁵ Informações obtidas através de livro de ata, estatuto, informativos, projetos e documentos diversos do acervo da Fundação Rio Parnaíba – FURPA.

possibilitando a ampliação de conhecimento e conscientização da população. (RELATÓRIO...,1990)

Dentro do sub-projeto Educação Ambiental foi realizada a Semana Nacional do Meio Ambiente com plantio de mudas de plantas nativas, passeata ecológica, manhã ecológica, apresentação de anteprojeto de Lei que trata da arborização urbana do município e distribuição de mudas nos bairros, objetivando, principalmente, estimular os diversos níveis de ensino a utilização de áreas naturais para o desenvolvimento de estudos extraclasse, visando ao conhecimento dos recursos naturais, bem como à realização de palestras para grupos formais e informais, a fim de promover a participação da população na defesa e proteção do meio ambiente.

Essa Semana Nacional de Meio Ambiente contou com a participação de outras ONGs como o Clube dos Amigos do Velho Monge, Associação Florianense de Ecologia e Fundação Ecológica de Piripiri, tendo abrangência em outros municípios do estado e uma boa repercussão na mídia, chamando atenção da população ao tema:

Começaram os preparativos para a Semana Nacional de Meio Ambiente no Piauí, que acontecerá de 1º a 7 de junho em Teresina e vários municípios do interior do Estado. Trabalham na organização do evento a Fundação rio Parnaíba, Associação dos Biólogos Profissionais e Clube dos Amigos do Velho Monge. (SEMANA..., 1990, p. 2)

Uma passeata ecológica, palestras educativas em diversas unidades escolares e a distribuição de 8.000 mudas de plantas nativas e frutíferas junto à população marcarão a passagem da Semana Nacional do Meio Ambiente no Piauí. (POVO..., 1990)

Uma “passeata ecológica” saindo da Praça da Liberdade em direção à Praça Saraiva, hoje, a partir das 8h30, marca o início da Semana Nacional do Meio Ambiente no Estado. O ato é para protestar contra o desmatamento e corte exagerado à margem dos rios e para chamar atenção da comunidade em geral sobre o problema ambiental no Piauí, e que os governos Federal, Estadual e Municipal invista recursos na conservação do meio ambiente. (ECOLOGISTAS, 1990, p.7)

Um dos resultados desse projeto foi a elaboração de uma nova proposta-projeto como continuidade do programa de Educação Ambiental denominado Recuperação de Áreas Degradadas em Matas Ciliares da Bacia do Rio Parnaíba, que foi realizado por meio de convênio, em 1991, com Fundo Nacional de Meio Ambiente, tendo o prazo de duração de dois anos e o engenheiro agrônomo José Raimundo Monteiro Machado como coordenador geral. (RELATÓRIO...,1991)

Segundo o coordenador do projeto, o paisagista José Raimundo Machado, inicialmente serão plantadas 60 mil mudas distribuídas entre bambus, pau-d'água ou similares e calumbi. A equipe que está elaborando projeto chegou

a essa conclusão depois que foi realizado uma amostragem dos tipos de plantas que existe nas margens [...] (NOVO..., 1990, p. 7)

Para evitar o assoreamento do rio Parnaíba, será implantado o Programa de Recuperação do rio Parnaíba, cujo evento de abertura será realizado no Iate Clube de Teresina. (ENTIDADES..., 1992)

A recuperação das matas ciliares do rio Parnaíba teve início ontem pela manhã, através da Fundação Rio Parnaíba, FURPA, que também está realizando um trabalho de educação ambiental nas populações ribeirinhas. (RIO PARNAÍBA..., 1992)

Francisco Soares diz que ainda faz um apelo à sociedade para que fiscalize as mudas, para evitar que ocorra depredação e garanta o crescimento das mesmas. Para isso, uma semana antes do plantio, a Furpa e o grupo ecológico do Colégio Objetivo, distribuíram cartilhas educativas entre os moradores próximos às margens do rio. A cartilha explica a razão do reflorestamento e ensina a plantar novas mudas.

[...]

A Fundação Rio Parnaíba iniciou ontem a plantação de cerca de 40 mil mudas nas margens do Rio Parnaíba.[...] O projeto de reflorestamento tem por objetivo preservar a bacia do rio Parnaíba, a fim de evitar a erosão e o assoreamento intensos, resultantes do desmatamento desenfreado das margens do Velho Monge. (INICIADO..., 1992, pp. 9, 26)

O objetivo desse novo projeto foi fazer o mapeamento das áreas de matas ciliares do rio Parnaíba em processo de degradação, na primeira etapa, do trecho do Distrito de Nazária à foz do rio Poti e, segunda etapa, da foz do rio Poti ao município de União; a identificação e produção de plantas nativas e/ou exóticas adequadas para o reflorestamento da área degradada; a promoção de palestras, debates e envolvimento da população ribeirinha e escolas da rede pública e privada nas ações e, por fim, a contenção do processo de erosão e o restabelecimento das margens degradadas do rio Parnaíba.

Os técnico da Fundação Rio Parnaíba plantaram ontem pela manhã as primeiras mudas da segunda fase do projeto de reflorestamento do rio Parnaíba. [...] Nesta fase do Projeto serão gastos 15 mil dólares. Os recursos foram financiados pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, através do Fundo Nacional de Meio Ambiente. (FURPA realiza..., 1993)

Dos 52 quilômetros trabalhados pela Fundação Rio Parnaíba – FURPA dentro do projeto de Reflorestamento do Rio Parnaíba apenas 50 por cento das 80 mil mudas, entre plantas exóticas e nativas conseguiram vingar. A Furpa atribui essa perda a falta de chuvas, a depredação e ao vandalismo. Nessa nova etapa foi empregada uma nova estratégia de plantio, que tem como objetivo selecionar áreas, e de preferência as cercadas na beira do rio (FURPA plantará..., 1993)

Em 1994, a FURPA realizou outro convênio com o governo federal através do Ministério do Meio Ambiente - MMA, desta vez para a execução do projeto Diagnóstico

Geoambiental do litoral piauiense, com o objetivo de elaborar o zoneamento geoambiental e sócio-econômico que permitisse o planejamento e definição de políticas públicas para a área.

Para isso, técnicos da FURPA, juntamente com técnicos da Fundação CEPRO, realizaram o diagnóstico ambiental do meio natural, considerando o referencial geossitêmico e as variáveis ambientais relativos ao suporte, envoltório e cobertura e analisaram as pressões antrópicas em função da especulação imobiliária e do turismo, resultando no Macrozoneamento Costeiro, com mapa de uso e ocupação do solo.

Com o intuito de levar a educação ambiental também ao ensino formal, a FURPA, com recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente e co-participação da UFPI, executou, em 1995, o projeto “Educação Ambiental e Consciência Ecológica no Ensino de 1º e 2º Graus” com a realização de 14 cursos de Educação Ambiental aplicados às disciplinas do currículo escolar e vários treinamentos para professores de diversas áreas dos municípios de Teresina e Timom a fim de propiciar conhecimentos ambientais básicos, teórico-práticos, capacitando os professores e viabilizando propostas de ações que permitissem que a educação ambiental seja um processo contínuo e permanente dentro das escolas através de ações multidisciplinares.

A formação de uma consciência ecológica é uma das principais preocupações da Fundação Rio Parnaíba, que está realizando um curso com essa finalidade. O projeto de Educação Ambiental e Consciência Ecológica tem como meta orientar os professores de todas as disciplinas de Primeiro e Segundo grau a usar o tema ecologia nas salas de aula. (Jornal Diário do Povo. Dia 23 de dezembro de 1995)

Em convênio com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a FURPA desenvolveu, em 1996, o projeto Recriando o ambiente, com o objetivo de estimular as crianças da Comunidade São Joaquim do município de Teresina ao desenvolvimento de uma consciência ecológica, com atividades teóricas e práticas que despertavam a percepção da criança acerca da realidade em que vive e, sobretudo o interesse pela questão ambiental.

Como resultados desse trabalho foram produzidos a cartilha “São Joaquim nossa comunidade, nosso ambiente” e um programa de rádio de 15 minutos veiculado em emissora de rádio AM. Esse projeto também foi o ingresso da FURPA para ser membro da Planet Society, uma rede internacional de comunicações e serviços criada pela UNESCO com o objetivo de facilitar o intercâmbio de conhecimentos, projetos e recursos entre todos os atores do desenvolvimento sustentável, conforme carta enviada pela coordenadora da REDEH – Ponto Focal do Planet Society no Brasil.

Também trabalhou com essa mesma comunidade no projeto Meio Ambiente e Cidadania, em convênio com os Correios, dessa vez visando a capacitação de jovens do bairro São Joaquim com noções básicas de educação ambiental e cidadania, reaproveitamento do lixo e comunicação populares, para tornar esses agentes multiplicadores e capazes de atuar na comunidade na busca de solução dos problemas sócio-ambientais.

Em 1997, foi realizado um convênio da FURPA com o FNMA/MMA para a realização do Zoneamento Ambiental das Áreas de Proteção Ambiental da Serra da Tabatinga e Chapada das Mangabeiras com o objetivo de oferecer informações técnicas-científicas para viabilizar políticas de uso e ocupação do solo e propiciar tomadas de decisões relativas à preservação dos ecossistemas e dos recursos hídricos da região, projeto que teve, inclusive, repercussão nos jornais estaduais:

Segundo o presidente da Furpa, biólogo Francisco Soares, com a realização do Zoneamento Ambiental, espera-se promover diretrizes de uso dos recursos naturais de forma sustentável, viabilizando o gerenciamento das unidades de conservação com a melhoria da qualidade de vida da população da região Alto Parnaíba. (TÉCNICOS..., 1996)

Conforme explica a coordenadora de Projetos da Furpa, Eliana Moraes de Abreu, o rio Parnaíba sofre hoje com a devastação das suas nascentes e, conseqüentemente, esta sendo um dos recursos mais prejudicados atualmente. (IMPLANTADO..., 1996, p. 4)

Hoje, o Parnaíba tem ao seu lado uma grande aliada. Trata-se da Fundação Rio Parnaíba – FURPA, que dispõe de informações técnico-científicas sobre as Áreas de Proteção Ambiental-APA na serra da Tabatinga e chapada das Mangabeiras, situadas nas porções limítrofes dos estados de Tocantins, Maranhão e Piauí.

A execução desse trabalho visou essencialmente o zoneamento ambiental da área abrangida pelas nascentes, e sua realização foi possível a partir de convênio entre a Furpa, Fundação Nacional do Meio Ambiente e Ministério do Meio Ambiente. (LUTA..., 1997, p. 5)

É importante salientar que esse projeto, embora técnico, veio acompanhado de atividades de educação ambiental visando otimizar os resultados quantitativos e qualitativos do Zoneamento Ambiental, com distribuição de folder educativo/informativo tratando sobre a importância das nascentes e sobre queimada; realização de quinze palestras seguidas de debates nas fazendas e municípios circunvizinhos às APAs e participação de técnicos da FURPA e IBAMA em debates na rádio Cultural de Corrente, ações realizadas diretamente com a sociedade, propiciando a mobilização e conscientização das mesmas. (BRASIL, 1997).

Através desse projeto foi verificado a importância de ampliação das APAs de Tabatinga e Mangabeiras visando incluir nas áreas de proteção as nascentes dos rios Uruçui

Vermelho e Gurguéia e os brejos dos Macacos, Brejinho e Anjico (Curupá), proposta feita nas conclusões e recomendações do relatório.

Outras ações importantes da FURPA foram a participação na construção da Agenda 21 Local dos Municípios de Morro Cabeça no Tempo, Curimatá, Avelino Lopes e Júlio Borges, em convênio com o Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA e parcerias com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, IBAMA, prefeituras locais e a sociedade civil organizada, objetivando levantar problemas, potencialidades e propostas de soluções e, assim, construir a Agenda 21 Local e os Planos Municipais de Desenvolvimento Sustentáveis dos referidos municípios e, ainda, a participação na elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos/CER – Parnaíba/2004/2007.(Elaboração Cadernos Regionais, agosto/outubro/2005)

A FURPA fez também parcerias com instituições privadas como a Visão Mundial, em 1997 a 2000, para a realização do Programa de Desenvolvimento de Área – PDA em Teresina e com a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, em 1998 a 1999, para executar o Mapeamento, Florística e Fitossociologia da Vegetação do PARNA do Parque Nacional de Sete Cidades.

Realizou capacitação de líderes e estimulou a formação de associações e organizações não governamentais pelo Piauí. Em 2001, executou, em convênio com o Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o Projeto de Capacitação de Líderes Comunitários em Direitos Humanos e Ambientais em bairros de Teresina, com enfoque para mobilização social, e visando uma análise de âmbito municipal da complexidade das relações sociais, principalmente em bairros com baixo nível de conhecimento de valorização dos direitos humanos e meio ambiente.

A FURPA sempre atuou na recuperação e preservação de matas ciliares, sobretudo na bacia do rio Parnaíba. Em 2004, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Teresina-PI, realizou o Projeto Identificação, mapeamento e divulgação de áreas degradadas do rio Parnaíba na zona urbana de Teresina-PI, para identificar e mapear 12 Km de áreas degradadas no rio Parnaíba, com produção e distribuição de material informativo e educativo à população ribeirinha.

Atuou, também, em outras bacias hidrográficas, inclusive, no Estado do Maranhão. Em 2000 e 2001 executou o projeto Recuperação de Áreas Degradadas Matas Ciliares na Bacia do Rio Itapecuru, em Caxias-MA e do Riacho Mocha, em Oeiras-PI, através de reflorestamento, visando a contenção dos processos de erosão e assoreamento. Atualmente, em convênio firmado com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, está desenvolvendo o

projeto de recuperação das Nascentes e de Matas Ciliares nas Margens do Rio Longá, em Alto Longá e Mosaico, na Região da Serra da Ibiapaba/Sobral.

Além dos grandes projetos, a FURPA participa de campanhas socioambientais, audiências públicas, programas de rádio e televisão, seminários, conferências, etc., eventos que de um modo geral trate sobre meio ambiente.

Pierre Luigi foi à luta e mostrou a INFAOP que o Piauí tem potencialidades, conseguindo, com a Furpa e o Ibama, criar o Horto Florestal.

(...)

Conta o presidente do Horto, Francisco Soares, que ali existem tatus, veados, inúmeras espécies de pássaros e outros animais silvestres. (HORTO..., 1998)

Rios viram depósitos de dejetos

(...) A ONG Fundação Rio Parnaíba (FURPA) estima que existam mais de 100 bocas de lobo (saída de esgotos) nos dois rios. Isso somente na zona urbana da capital (RIOS..., 2000)

A FURPA foi representante da região Nordeste no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA de 1990 a 1998, possuindo, também, espaço nas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos, culminando com sua eleição para a Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente e Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental, sendo também filiada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH.

Atualmente, além dos trabalhos que realiza, a FURPA tem representação junto aos Conselhos de Meio Ambiente estadual e municipal, CONSEMA e COMDEMA, contribuindo com as discussões e tomadas de decisão com repercussão no meio ambiente a nível regional, inclusive, participando da elaboração de leis e resoluções que regulamentam o tema.

Acompanhando a evolução e a conotação que as organizações não governamentais ganharam a partir da década de 90, com uma postura mais profissionalizante, a FURPA trabalha em parceria com o SEBRAE-PI, através da cessão de consultores especializados, na realização de serviços técnicos no âmbito dos arranjos produtivos locais e cadeias produtivas, piscicultura e aquíicultura

4.3.3 Instituto Desert

O Instituto Desert é uma instituição civil de direito privado, autônoma, sem fins lucrativos, de caráter técnico científico, cultural e educacional, com fins de interesse público.

Essa ONG foi criada em 12 de maio de 1994, formada por professores da Universidade Federal do Piauí – UFPI que faziam parte do Núcleo Desert, pesquisando a temática da desertificação e do desenvolvimento sustentável desde 1984, quando das primeiras pesquisas realizadas no âmbito da universidade, participando do processo de negociação da Convenção da Desertificação, desde a Rio 92 até a aprovação final em 17 de junho de 1994, em Paris.¹⁶

Entre seus objetivos principais, destacava-se o de desenvolver ações voltadas para as áreas atingidas pela seca e desertificação, mas de forma geral o Instituto tem como objetivo desenvolver atividades de pesquisas e ações de interesse público que busque o desenvolvimento sustentável principalmente no Nordeste do Brasil, a melhoria da qualidade de vida das populações, bem como a proteção do meio ambiente e do acervo histórico, cultural e arqueológico. (Estatuto do Instituto Desert)

Para atingir os seus objetivos, o Instituto Desert desde sua criação, realizou inúmeros trabalhos dentro e fora do estado do Piauí que contribuíram para um meio ambiente equilibrado, com ações no sentido da recuperação da capacidade produtiva das áreas atingidas pela seca e desertificação, principalmente pela capacitação, geração e transferência de tecnologias adaptadas fornecendo elementos de sustentação a uma proposta de desenvolvimento regional.

Contribuiu, ainda, diretamente para a proteção do meio ambiente com indicação e estudos de áreas para criação de Unidades de Conservação, levantamento e mapeamento de sítios arqueológicos e vários estudos e pesquisas que visam preservar a biodiversidade e consolidar políticas de desenvolvimento sustentável.

A partir de 1998 foram desenvolvidos dois significativos trabalhos com apoio financeiro da SUDENE que tiveram como foco a desertificação em Gilbués: Zoneamento Agroecológico do Município de Gilbués e Estudo das Potencialidades Econômicas dos Cerrados e do Vale do Gurguéia no Piauí.

O primeiro teve como principal objetivo a caracterização circunstanciada dos principais fatores ambientais condicionantes e limitantes à ocupação racional dos espaços rurais compreendidos em Gilbués, através de ferramentas analíticas empregadas – Sistema de

¹⁶ Informações obtidas através de estatuto, material informativos, projetos e documentos diversos do acervo do Instituto Desert.

Informações Geográficas e Processamento Digital de Imagens de Satélite - e análise do contexto sócio-ambiental presente na região, inclusive, com resgate de cunho histórico como os padrões de uso e ocupação do solo.

O outro trabalho, eminentemente prospectivo e exploratório, foi voltado para um estudo do potencial de desenvolvimento regional dos Cerrados do sul do Piauí, compreendidas nas bacias dos rios Uruçuí Preto e Gurguéia, fundamentado na implantação de pólos agro-industriais, em especial quanto ao complexo grãos, bem como na disponibilidade de recursos naturais adequados, sendo elaborado uma base de dados e informações básicas que permitissem o planejamento de ações e elaboração programa de desenvolvimento regional.

Em 1999, apoiado pela SUDENE, o Instituto Desert realizou a capacitação das equipes estaduais para a elaboração de Planos de Convivência com a Seca e combate à desertificação nos nove estados Nordestinos, bem como coordenou a realização do Relatório Nacional de implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação no Brasil, instrumento jurídico internacional para auxiliar os povos que vivem nas regiões áridas a combater os processos de degradação da capacidade produtiva de suas terras.

Em 2000, elaborou o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico Arqueológico do Estado do Piauí em parceria com o governo do Estado do Piauí, Banco do Nordeste e Programa de Desenvolvimento de Turismo - PRODETUR, trabalho coordenado pela pesquisadora e arqueóloga Prof. Dra. Maria Conceição Soares Menese Lage, resultando no levantamento dos patrimônios naturais e históricos-arqueológicos do estado com a identificação das áreas prioritárias; elaboração de propostas de infra-estrutura para viabilizar a exploração turística e proposições de roteiros de visitação, promovendo a divulgação do acervo arqueológico do estado e possibilitando o desenvolvimento sócio-econômico e preservação da região estudada.

O Instituto Desert executou o levantamento Fundiário e Sócio Econômico das 101 famílias residentes no interior da Estação Ecológica de Uruçuí-Uma, Unidade de Conservação, com 135.000 hectares, no município de Baixa Grande do Ribeiro no Estado do Piauí. Participou, também, em 2000, do processo de construção da Agenda 21 Brasileira que representou um produto e consenso entre os diversos setores da sociedade, representando a sociedade civil nos debates e discussões estadual e elaborando propostas e recomendações concretas para o modelo de um desenvolvimento sustentável.

Em convênio com o IBAMA e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, o Instituto Desert foi a ONG responsável pela execução do projeto de Zoneamento

Ecológico, Regularização Fundiária e Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra das Confusões, Unidade de Conservação criada em 1998 nos municípios de Guaribas, Caracol, Santa Luz e Cristino Castro, Estado do Piauí, que representa o maior maciço de caatinga existente em condições primitivas.

Em 2001, o Instituto Desert, em convênio com o Governo do Estado de Pernambuco através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA iniciou o projeto “Unidades de combate à desertificação no sertão semi-árido do estado de Pernambuco” o qual fez parte do programa estadual de combate a desertificação.

Esse projeto implantou módulos de ação distribuídos em nove municípios do estado, cada um com quatro linhas de trabalho: implantação de unidades de produção de acordo com uma análise das potencialidades econômicas e ambientais locais; capacitação e treinamento dos produtores rurais sobre práticas de conservação do solo e de água, com ensino de tecnologias adequadas a cada atividade produtiva; instalação de saneamento básico com a construção de abrigo sanitário e fossa séptica e captação e armazenamento de água com a construção de poços ou cisternas. (INSTITUTO, 2003a)

Foram levados, também, a essas unidades, além do trabalho técnico, capacitação dos professores do ensino fundamental e médio sobre noções de educação ambiental, ecologia e desertificação e incentivo para o associativismo e cooperativismo, promovendo, também, uma conscientização ambiental da população. (INSTITUTO, 2003a)

Até 2002 o Instituto Desert era a ONG ponto focal do Brasil na Rede Internacional de ONGs sobre Desertificação - RIOD, bem como se encontrava devidamente acreditada na Convenção Internacional de Combate a Desertificação e mitigação dos efeitos da Seca e credenciada legalmente a prestar serviços para as Instituições Públicas Brasileiras.

Em 2003 o Desert executou o projeto de recuperação de Áreas Degradadas em Matas Ciliares na Bacia do Rio Parnaíba no município de Miguel Alves com recursos do convênio firmado entre a prefeitura municipal e o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Biodiversidade e Floresta, realizando o reflorestamento nas áreas degradadas, a construção de um viveiro de mudas e diversas ações de educação ambiental, com o acompanhamento da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Reforma Agrária e a participação da sociedade civil, escolas públicas estadual e municipal e colônia de pescadores, resultando na contenção dos processos de erosão e de assoreamento na margem. (INSTITUTO, 2003b)

Além dos projetos executados e do trabalho de educação ambiental realizado paralelamente a todos os projetos da ONG com o envolvimento da população local, produção

de material educativo/informático e palestras proferidas, o Instituto Desert produziu alguns vídeos: Desertificação; Potencialidades Econômicas dos Cerrados e do Vale do Guruguéia no Piauí; Pernambuco na luta contra a desertificação e Convivendo com a Seca I, II e III, objetivando difundir os estudos realizados e conhecimento adquirido ao longo dos anos de atuação.

O Instituto Desert não se caracterizou como uma ONG de denúncia e protesto, perfil que marcaram as entidades ambientalistas durante o período formativo do ambientalismo, ele se volta para o perfil profissional que busca, através de trabalhos técnicos, alternativas viáveis de conservação ou restauração do ambiente danificado.

4.4 O Ambientalismo Piauiense no Quadro de Referência

Com base no quadro de referência elaborado do movimento ambientalista mundial e nacional e com o resgate de fatos que envolveram o tema meio ambiente no Piauí, verifica-se que o ambientalismo no Estado surgiu bem mais tarde do que no resto do mundo, e talvez por esse mesmo motivo, não existiu os cinco momentos encontrado no quadro de referência, havendo uma junção de todas essas fases, conforme linha do tempo na figura abaixo.

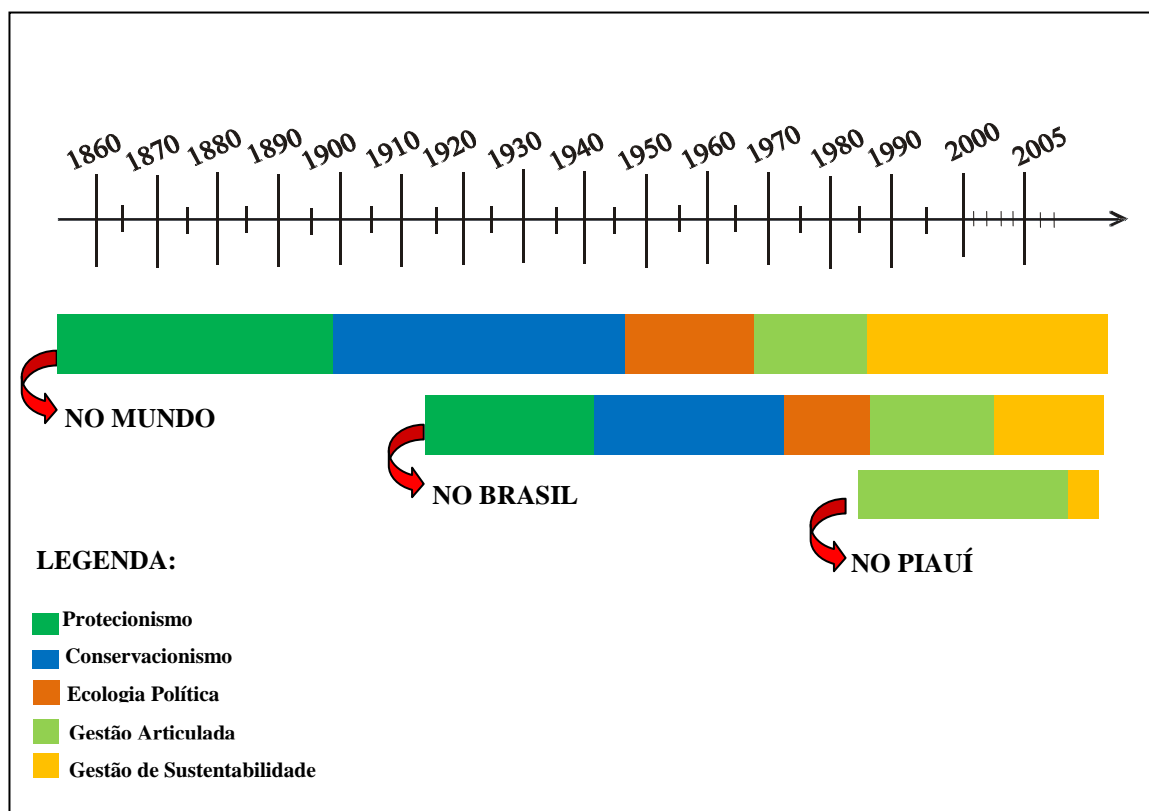


Figura 4 – Linha do Tempo do Movimento Ambientalista mundial, nacional e estadual.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi um marco na história do movimento ambientalista e representou a consolidação desse movimento no mundo, trazendo fortes influências para o ambientalismo brasileiro. Em 1974, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente-SEMA no Brasil e se inicia uma nova fase desse movimento no país de cunho mais político, passando a fazer parte das decisões e do plano de ação dos governos. Paulo Nogueira Neto, então secretário da SEMA, adotou uma política descentralizadora dando espaço para que os governos estaduais atuassem diretamente nesse setor.

No entanto, no Piauí a Conferência de Estocolmo só teve seus reflexos 10 anos mais tarde, pois na década de 70 o tema meio ambiente ainda era esquecido tanto pela sociedade como pelos poderes públicos do Estado, havendo apenas alguma preocupação e ações isoladas de poucos intelectuais sem grande repercussão.

Prova disso é a ausência de matérias sobre o assunto nos três jornais de grande circulação do estado, e quando de sua existência, as reportagens se referiam ao âmbito nacional ou internacional, não fazendo menção de movimentações, estudos e preocupações no Piauí. É possível, inclusive, encontrar matérias que tratam expressamente sobre a ausência de ações voltadas ao dia do meio ambiente na capital Teresina: “Em Teresina nenhum órgão ligado ao meio ambiente manifestou-se sobre o assunto. Não se tem notícia de nenhuma comemoração no Piauí sobre meio ambiente” (MEIO..., 1979)

Muitas associações civis sem fins lucrativos, mais conhecidas como Organizações Não Governamentais - ONGs, foram criadas no Brasil a partir de 1970, grande parte delas na área ambiental. Mas é só na década de 80 que ocorre a verdadeira explosão de criação de ONGs ambientalistas, período que Almeida (2002) denomina como gestão articulada ou integrada, passando essas instituições a desempenharem um papel muito relevante no desenvolvimento de ações e na proposição de políticas públicas para o meio ambiente.

Assim, na década de 80, enquanto o Brasil e o mundo já experimentam a fase da gestão articulada, em que a sociedade civil tem uma forte participação nas ações e gestão do meio ambiente, o Piauí dá início a seu movimento. É nesse período que a sociedade piauiense começa a despertar para os problemas ambientais e se inicia um processo de movimentação de grupos e pessoas para se organizar e lutar por essa bandeira, resultando na estruturação de associações e entidades, surgindo as três primeiras ONGs no estado: FUNEP, FUMDHAM e FURPA.

Como prova dessa movimentação da sociedade, começam a aparecer notícias nos jornais do Estado de manifestações, passeatas, fóruns de discussão promovidos pela sociedade civil organizada do Piauí, sobretudo na capital teresinense, demonstrando o avanço das discussões e indicando o desenvolvimento do movimento.

Numa passeata pacífica, que terá início na praça Da Costa e Silva, às margens do rio Parnaíba e vai até o Centro Administrativo, ecologistas, estudantes e professores piauienses vão alertar a população para a necessidade de preservação do meio ambiente

[...]

Na oportunidade, será distribuído também um “manifesto ecológico”. A organização da passeata está sendo feita pela Associação Piauiense de Defesa do Patrimônio da Comunidade. (ECOLOGISTAS..., 1981)

Em plena Semana Nacional do Meio Ambiente, o rio Parnaíba está recebendo atenção especial por parte dos ecologistas e responsáveis pela conservação do meio ambiente. O rio Parnaíba – o “Velho Monge” dos poetas – está morrendo. (ECOLOGISTAS..., 1984)

A partir de então, final da década de 80, o ambientalismo piauiense, que se manifesta na organização da sociedade civil em torno da questão ambiental, se desenvolve e se fortalece, passando essas entidades a atuarem, inicialmente, no âmbito local, com a realização de trabalhos de educação ambiental nas comunidades e escolas públicas, e de eventos, como manifestações, seminários, encontros, reuniões, debates, palestras, conferências, etc., disseminando cada vez mais a conscientização ambiental e dando início a gestão articulada no estado.

O ambientalismo piauiense, por ter começado tardiamente se constitui como um reflexo do ambientalismo já existente, não apresentando todas as fases encontradas no ambientalismo nacional e mundial. Assim, não foi possível perceber o protecionismo, o preservacionismo ou a própria ecologia política, ele não se caracterizou como um movimento contestatório de protestos e mobilizações de rua, característico da ecologia política da década de 60 e 70, pois surge em um período da organicidade do movimento por meio de criação de ONGs.

Não quer se afirmar aqui que essas concepções não fizeram parte desse movimento, pois existiram atores que entendessem pela proteção total do meio ambiente lutando pela criação de unidades de conservação de proteção integral; outros que perceberam a possibilidade de utilização dos recursos naturais de forma racional e outros que foram as ruas chamar a atenção da população e protestar, mas a forma que o movimento se estabeleceu no estado já incorporava todas essas etapas.

Na verdade, o início do movimento ambientalista piauiense se caracterizou pela formação e organização das primeiras ONGs na década de 80 e só após alguns anos (década de 90) é que se inicia a fase gestão articulada denominada por Almeida (2002), uma vez que a partir de então é que essas entidades se consolidam e passam a interagir efetivamente com os poderes públicos, participando e intervindo nas decisões políticas ambientais.

Após a Eco-92, que representa outro marco do ambientalismo mundial e fortalecimento do movimento já estabelecido no Brasil, surge um novo momento do ambientalismo no Estado, iniciando-se, em meados da década de 90, o processo de politização da questão ambiental, entrando o tema no contexto das instituições e das políticas públicas, havendo a criação de organismos especiais para cuidar do assunto, representando um avanço para o meio ambiente e um reflexo da movimentação da sociedade civil.

Cerca de 40 Organizações Não Governamentais do PI (ONGs), debatem hoje (22), na praça Rio Branco, centro de Teresina (PI), a importância das conferências Rio-92 e Fórum Global – 92, que começam no dia 1 de junho, no Rio de Janeiro. As Ongs fazem uma prévia das propostas que o PI vai levar às conferências. No programa, mostras de vídeo e fotografias do PI. (Folha de São Paulo, Dia 22 de maio de 1992).

Nesse novo momento são criados canais institucionais de participação da sociedade, por meio dos conselhos estaduais e municipais, que legitimariam a atuação e proporcionariam a participação da sociedade civil nas tomadas de decisões e nas diretrizes políticas do Estado, incentivando o surgimento de novas ONGs e possibilitando a consolidação da gestão integrada no ambientalismo piauiense.

Exemplo concreto da participação da sociedade civil na decisão do poder público se deu quando da construção de uma ponte sobre o rio Poti próxima à Potycabana, obra que teve seu RIMA discutido em uma reunião técnica, em 27 de fevereiro de 1992, por representante de diversos órgãos (IBAMA, Curadoria do Meio Ambiente, CREA, ETURB, Fundação Cultural), professores de áreas técnicas distintas (arqueologia, geografia, biologia) e membros de ONG (FURPA e ABIUPI), conforme Parecer de Avaliação do RIMA do Departamento de Meio Ambiente da Fundação CEPRO.

Essa reunião resultou no levantamento de algumas questões técnicas não definidas no RIMA que deveriam ser exigidos para a expedição da Licença de Instalação e identificou um grande impacto sobre o sítio paleobotânicos (truncos de árvores petrificadas) localizado próximo a obra, sendo sua construção transferida para outro local, onde o impacto ambiental negativo seria reduzido. (Lima; 1995, p. 458)

Após o surgimento dos órgãos públicos de meio ambiente as notícias nos jornais locais se voltam para as ações dessas instituições, passando a mostrar as atividades oficiais realizadas, sendo tímidas as notícias sobre a mobilização da sociedade civil que continua atuando, sobretudo nesses eventos organizados pelas secretarias de meio ambiente.

Um projeto inédito em Teresina vem conscientizando crianças de periferia para as questões ambientais. Trata-se do Projeto Criança na Praça que vem sendo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e que tem por objetivo desenvolver aptidões artísticas bem como vivenciar, através da prática musical e teatral os conceitos e valores ecológicos. (CRIANÇAS..., 1995)

Com o fortalecimento da questão ambiental no Estado e a criação de órgãos ambientais com canais de atuação para a sociedade civil organizada, houve no século XX um aumento significativo do número de ONGs no estado, sobretudo entre o ano de 2002 e 2005, podendo se comparar com a explosão de ONGs que aconteceu na década de 80 no Brasil.

No Brasil, após o aumento quantitativo de ONGs ambientalistas, houve, na década de 90, uma seleção natural qualitativa. Da mesma forma, no estado do Piauí, também é cada vez mais exigido do movimento ambientalista e das suas entidades a qualificação profissional, para que possam ter competência e capacidade de proposição e participação institucional, sob pena de não sobrevivência da ONG.

Atualmente, o movimento ambientalista piauiense está se encaminhando para a fase da gestão de sustentabilidade definida por Almeida (2002), iniciando a participação do setor privado nas ações e prevenções de cunho ambiental e isso pode está acontecendo por alguns motivos distintos ou pelo somatório deles: fiscalização e denúncia por parte da sociedade cada vez mais consciente; controle e fiscalização cada vez mais rigorosos pelos órgãos ambientais mais estruturados e utilização do marketing verde como diferencial para a concorrência do mercado.

CONCLUSÃO

O movimento ambientalista, no seu sentido mais amplo, compreende o conjunto de iniciativas da sociedade com relação ao meio ambiente. No sentido mais restrito, abrange as organizações não-governamentais formais e informais e os grupos de base e comunitários. Como o próprio nome já diz, não é estático; é uma manifestação que responde aos acontecimentos na sociedade e por isso mesmo está sempre mudando suas concepções e o perfil de seus adeptos, criando novas correntes e pensamentos.

O presente estudo permitiu a construção de um quadro de referência do movimento ambiental no Brasil e no mundo, com a presença de cinco correntes ou momentos ambientalistas identificados por McCormick (1992) e Almeida (2002): protecionismo, conservacionismo, ecologia política, gestão articulada e gestão de sustentabilidade.

Essa divisão de correntes não significa uma homogeneização de identidades ou vertentes, mas sim uma forma de estudar o movimento em diferentes momentos históricos e por concepções distintas dos problemas ambientais. Esses cinco momentos se desenvolveram ao longo da história interligando-se e influenciando-se, por este motivo não é possível imaginar apenas uma corrente acontecendo por vez ou seguida uma da outra cronologicamente como se houvesse uma ruptura brusca, o que podemos fazer é somente perceber qual corrente em determinada época predominou, mas sempre tendo em mente, que as outras abordagens continuam paralelamente seguindo o seu curso e cada uma tendo sua importância dentro do processo de construção do movimento ambientalista.

No Piauí não existiram os cinco momentos do quadro de referência nacional e mundial, mas é possível perceber que o Estado passou por modificações significativas na percepção e postura em relação ao meio ambiente nos últimos 25 anos, tendo essas modificações dois momentos principais: o primeiro, com o surgimento, na década de oitenta, de entidades ambientalistas que aos poucos foram formando o movimento ambientalista.

Esses organismos atuaram na área de educação ambiental, focando nos problemas ambientais locais, mas trazendo sempre para discussão as questões ambientais globais, fomentando uma conscientização da população; atuando ativamente nos problemas ambientais regionais, através de denúncias e cobranças de ações dos governantes e participando de eventos com a temática.

O segundo momento foi o fortalecimento do movimento, com o aumento de ONGs e a efetiva participação da sociedade civil na política ambiental do Estado, surgindo a

fase denominada de gestão articulada e havendo a estruturação e formação da política ambiental dentro dos órgãos públicos, com a criação de secretarias estadual e municipais de meio ambiente e com o surgimento de ramificações especializadas nos órgãos existentes.

Medeiros (1996), afirma que não havia um movimento ambientalista estabelecido no Piauí, considerando apenas a existência de um grupo de ecologistas ativistas. No entanto, a presente pesquisa demonstra que o ambientalismo se constituiu no Estado desde a década de 80 por meio de entidades ambientalistas que se consolidaram ao longo dos anos, realizando projetos importantes e mobilizando a sociedade em torno da causa ambiental.

O próprio autor reconhece que esses grupos “têm sensibilizado a opinião pública e tido influência junto aos órgãos governamentais” (MEDEIROS, 1996, p. 122) o que demonstra a organização e força das entidades já existentes à época, capazes de participarem ativamente da política ambiental como um verdadeiro movimento da sociedade civil organizada.

Observando o quadro de referência nacional e mundial verifica-se que o movimento ambientalista existe no Piauí há mais de 20 anos, estando atrasado se comparado ao restante do mundo, não tendo alcançado ainda o movimento de massa e militância existente na década de 70 a nível mundial, acontecendo de forma tímida e com algumas dificuldades, mas estando em pleno desenvolvimento e cumprindo o seu papel de auxiliar na proteção e preservação do meio ambiente.

Os resultados obtidos nesse trabalho mostram, inclusive, que há um número significativo de ONGs no Piauí, tendo algumas delas forte atuação contra os problemas ambientais do Estado. No entanto, também demonstra que falta integração, que há um baixo grau de associativismo reivindicatório entre estas, o que dificulta a articulação e fortalecimento do movimento no estado.

Uma das dificuldades encontradas para a realização da pesquisa foi a ausência de arquivos nas ONGs com projetos e documentos que retratassem sua história, devendo isso, algumas vezes, a falta de infra estrutura e de pessoal na instituição, mas outras vezes, pela falta de percepção e valorização da sua própria história.

Uma deficiência encontrada no movimento é o problema da personificação das instituições não governamentais, realidade não muito diferente do restante do país, que se deve às grandes dificuldades enfrentadas pelas ONGs formadas por colaboradores voluntários que possuem atividade e trabalhos paralelos para se sustentar, havendo falta de infraestrutura e de apoio por partes dos governos. Dessa forma, a grande maioria das ONGs encontradas no

Piauí, principalmente, as mais recentes ou as menores, se restringem a pessoa do seu diretor ou a um pequeno grupo que se dedica à ONG.

Um dado importante identificado na presente pesquisa é a presença das Universidades Federal e Estadual e/ou do IBAMA no município quando da criação das ONGs e da formação de um movimento local, percebendo-se uma interferência e influência destas para o surgimento da mobilização da sociedade, o que faz acreditar que o desenvolvimento do movimento ambientalista se dá quando há o conhecimento e informações sobre os problemas e riscos advindos da destruição do meio ambiente.

Essa constatação só faz reforçar a teoria levantada por Medeiros (1996) quando atribui o desenvolvimento dos movimentos sociais, de uma maneira geral, ao surgimento da urbanização e ao aumento do número de jovens secundaristas e universitários que adquirem conhecimentos e formam uma consciência crítica aberta ao engajamento reformista, devendo-se enfatizar, no entanto, que não se faz necessário haver um processo de urbanização para que haja uma sociedade esclarecida dos seus direitos para lutar por eles.

No presente estudo foram identificadas diversas ONGs ambientalistas, havendo diferença quanto ao grau de profissionalismo, à abrangência (local, regional, nacional ou transnacional) e ao escopo de cada uma, motivo pelo qual não pode haver generalizações. Existem aquelas com trabalhos de grande repercussão com abrangência em todo o Estado, como também as menores, que mesmo sem auxílio financeiro e restritas ao âmbito local, realizam um importante trabalho com o desenvolvimento da educação ambiental, de pequenas mobilizações, com a realização de palestras e contribuição em eventos ambientais, buscando e despertando a conscientização da população.

Há também aquelas ONGs que foram criadas ligadas ao meio ambiente por interesse na crescente área do turismo ecológico, não deixando essas de darem uma importante contribuição para o ambientalismo uma vez que o próprio negócio depende da conservação do meio ambiente, mas desvirtuando, algumas vezes, a concepção de ONG e de ambientalismo por terem como principal objetivo o lucro.

Diante dessa heterogeneidade das ONGs piauienses encontradas e analisando o perfil das três de maior repercussão no Estado que foram estudadas mais detalhadamente, é possível perceber, também, diferenças entre elas: a FURPA tem como característica a natureza contestatória e mobilizadora, possuindo um trabalho muito forte na área de educação ambiental, inclusive, sendo a mais conhecida popularmente; o Instituto Desert possui o perfil mais profissionalizante no sentido de atuar, predominantemente, em trabalhos técnicos com busca de soluções viáveis para problemas ambientais e a FUMDHAM se caracteriza pela

atuação na área da pesquisa científica, atuando, sobretudo, com a conservação dos sítios arqueológicos e dos recursos naturais do Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno.

Atualmente se vive um momento de crise nas organizações não governamentais de todas as áreas devido ao uso impróprio de algumas entidades que se utilizam de suas siglas para obter vantagens. Durante o levantamento de dados no Estado do Piauí, foi possível verificar algumas ONGs que só existem no papel, na ata da assembléia de criação ou no estatuto, nunca tendo desenvolvido trabalhos na área e ainda aquelas que foram criadas apenas com o intuito de conseguir recursos através de celebração de parcerias e convênios com o governo, não havendo a efetiva preocupação com o meio ambiente.

Atualmente existe uma crise nas organizações não governamentais de todas as áreas devido ao uso impróprio de algumas entidades que se utilizam de suas siglas para obter vantagens indevidas. Durante o levantamento de dados no Estado do Piauí, foi possível verificar algumas ONGs que só existem no papel, na ata da assembléia de criação ou no estatuto, nunca tendo desenvolvido trabalhos na área e ainda aquelas que foram criadas apenas com o intuito de conseguir recursos através de celebração de parcerias e convênios com o setor público e privado, não havendo a efetiva preocupação com o meio ambiente.

Com o presente trabalho foi possível fazer a reconstrução cronológica do movimento ambientalista com a seleção de elementos significativos entre os quais se estabeleceram conexões que possibilitaram identificar o surgimento do ambientalismo piauiense, suas contribuições e compreender melhor o seu desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

AÇUDE Grande Será Tema de Seminário em Campo Maior. Jornal O Dia. Teresina, p. 09, 18 ago. 1995.

ALMEIDA, F. O bom negócio da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

APPOLINÁRIO, F. Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ARAÚJO, M. M. B. de. Cotidiano e Imaginário: um olhar historiográfico. Teresina: ADUFPI, 1997.

AZEVEDO, R. Falso dilema: desenvolvimento x meio ambiente. Revista Teoria e Debate. Teresina, n.72, jul/ago. 2007.

BAPTISTA, J. G. Nascentes de um rio. Teresina, 1971.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6938.HTM>>. Acesso em: 22 abr. 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Zoneamento Ambiental das Áreas de Proteção Ambiental da Serra da Tabatinga e Chapada das Mangabeiras ...: Relatório Técnico. Teresina: [s.n.], 1997

BRÜSEKE, F. J. O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CARDOSO, Alberto Gomes. Agricultura Orgânica no Piauí [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <kekelpinto@hotmail.com> em 07 jun. 2008.

CARNEIRO, A. C. A história do ambientalismo. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003.

CARNEIRO, L. G. Panorama da desertificação no Piauí. Contrato do projeto Fundo Nacional do Meio Ambiente x Fundação ESQUEL-BRASIL com a Fundação AGENTE para o Desenvolvimento do Agronegócio e Meio Ambiente. [S.l.: s.n.], 2005.

CASTELLS, M. O “verdejar” do ser: o movimento ambientalista. In: _____. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, E. Para Compreender a Desertificação: Uma abordagem didática e integrada. Recife: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Fundação Joaquim Nabuco; Teresina: Instituto Desert, 2001.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: [s.n.], 1991.

CONCEIÇÃO, C. S. Movimentos Sociais Populares no Piauí: sonhos, lutas e desafios (1977 a 1997). Teresina: [s.n.], 2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Mapa Estratégico da Indústria: 2007 - 2015. Brasília: CNI/DIREX, 2005. Disponível em: <<http://implantacao.cni.org.br/portal/data/pages/8A9015D218CCF2730118CD1216846CA9.htm#downloads>> Acesso em: 04 maio 2007.

CNBB. Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Apresenta textos sobre as Campanhas da Fraternidade. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/?tac=628>. Acesso em: 27 abr. 2007.

CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Apresenta textos sobre a história do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/cebds-quem-somos.asp>>. Acesso em: 28 fev. 2008.

CRIANÇAS que Aprendem Arte com a Natureza. Jornal Meio Norte. Teresina, 16 mar. 1995. Caderno Infantil, p. 5.

DEAN, W. A Ferro e Fogo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

- DUBOS, R.; WARD, B. Uma Terra Somente: a Preservação de um Pequeno Planeta. Parcerias Estratégicas. Brasília, n. 9, 2000.
- ECOLOGISTAS Marcam Passeata em Teresina. Jornal O Dia. Teresina, 05 jun. 1981.
- ECOLOGISTAS Defendem Preservação do Parnaíba. Jornal O Dia. Teresina, 05 jun.1984.
- ECOLOGISTAS Protestam com Passeata. Jornal da Manhã. Teresina, 01 jun. 1990. Gerais/Social, p. 07.
- ENTIDADES têm Programa para o Rio Parnaíba. Jornal O Estado. Teresina, 26 jan. 1992.
- ESTUDANTE e Meio Ambiente. Jornalzinho FUNEP. Piripiri, ano 1, n. 1, jun.-jul. 1997.
- FERREIRA, D. G. et al., V. Avaliação do Quadro da Desertificação no Nordeste do Brasil: Diagnósticos e Perspectivas. In: CONFERENCIA NACIONAL DA DESERTIFICAÇÃO, 1994, Fortaleza. Anais... Fortaleza, Brasília: Esquel Brasil,1994. p 7-55.
- FERREIRA, L. da C. Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social. In: SORRENTINO, M. (coord.). Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.
- FILHO, F. P. O Desenvolvimento e o meio ambiente em Parnaíba. Dialogus: Revista do Campus Ministro Reis Velloso. Parnaíba, v. 1, n. 1, p. 65-69, jan/dez.1994.
- FONSÊCA, G. G. Política Estadual de Combate à Desertificação. [Teresina]: SEMAR/PI, 2000.
- FÓSSIL de 15 Mil Anos é Encontrado no Piauí. Jornal Meio Norte. Teresina, 07 fev. 2000. Caderno Cidades.
- FRANÇA, Arqueologia do Piauí. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 jan. 1975.
- FUMDHAM Investe na Educação. Jornal O Dia. Teresina, 03 de jan.1996.
- FUNDAÇÃO CEPRO. Diagnóstico das condições ambientais do Estado do Piauí. Teresina, 1983
- FUPAPI incentiva a piscicultura. Jornal Diário do Povo. Teresina, 01 de mar. 2003.

FURPA Realiza a Segunda Etapa do Reflorestamento, Jornal O Dia. Teresina, 27 jan. 1993.

FURPA Plantará Árvores nas Margens do Rio. Jornal Diário do Povo. Teresina, 25 set. 1993, p. 05.

FURPA. Boletim Informativo. [Teresina], n. 10, jul./agost./set. 1995.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

GUEDES, A.L.M.. Programas ambientais de empresas multinacionais no Brasil: Estudo de casos no setor químico. 1993. Dissertação (Mestrado em) – Instituto..., local, 1993.

GUIMARÃES, S.T.L. Cidadania Planetária: uma lição de coexistência e convivência através do compartilhar. In: SIMPÓSIO COMEMORATIVO AOS 10 ANOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS, 2005, São Paulo. Anais.... São Paulo: CRHEA/USP, 2005. Disponível em: <<http://professores.faccat.br/marcelo/EA3.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2007.

HORTO vai manter biodiversidade no Piauí. Jornal Meio Norte. Teresina, 31 jun. 1998. Caderno Cidade.

IBGE. Censo Demográfico 1991. Contagem da População 1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 agos. 2007.

IMPLANTADO Zoneamento do Parnaíba. Jornal Meio Norte. Teresina, 20 set. 1996. Geral, p. 04.

INICIADO o Reflorestamento das Margens do Rio Parnaíba. Jornal O Dia. Teresina, p. 09, 26 jan. 1992.

INSTITUTO Desert. Programa de Combate à Desertificação em Pernambuco: Informe Final. Teresina: SerGraf, 2003a.

_____. Projeto de recuperação de Áreas Degradadas em Matas Ciliares na Bacia do Rio Parnaíba no município de Miguel Alves: Relatório Técnico. Teresina, 2003b.

KLEBA, J. Adesão voluntária e Comportamento Ambiental de Empresas Transnacionais do Setor Químico no Brasil. Revista Ambiente & Sociedade. [S.l.], v. 6, n. 2, p. 25-45, jul./dez.

2003. ISSN 1414-753X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a03v06n2.pdf>>
Acesso em: 04 maio 2007.

LAUDO Bacteriológico comprova que o Caldeirão em Piripiri está poluído. Jornal o Dia. Teresina, 30 abr. 1995, p. 10.

LEIS, H. R. Ambientalismo: Um Projeto Realista-utópico para a Política Mundial. In: VIOLA, E. J. et al. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafio para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1995.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e Vivência. In: CAVALCANTI, C. (org.) Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

“LETREIROS” é Importante Sítio Arqueológico. Jornal Meio Norte. Teresina, 02 nov. 1997. Caderno Alternativo.

LIMA, I. M. M. F. A realidade sócio-ambiental do Piauí. In: SANTANA, R. N. M. (org.) Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

LOUREIRO, C. F. B. O movimento Ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

LUTA para Salvar o Velho Monge. Jornal Meio Norte. Teresina, 29 jul. 1997, Caderno Turismo, p. 5.

MARCONDES, S. A. Brasil, amor a primeira vista. São Paulo: Peirópolis, 2005.

MARTINS, A.S. et. al. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. 2. ed. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MEIO Ambiente tem comemorações. Jornal O Dia, Teresina, 05 jun. 1979.

McCORMICK, J. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEDEIROS, A. J. Movimentos Sociais e participação política. Teresina: CEPAC, 1996.

_____. Movimentos Sociais. In: SANTANA, R. N. M. Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas. Teresina: Halley, 1995.

MILARÉ, E. A participação comunitária na tutela do ambiente. Revista Forense. Rio de Janeiro, v. 317, 1992.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Natureza Viva. Brasília, ano VI, n. 14, p. 6-7, set. 1995.

_____. Informativo do Movimento de Cidadania pela Água. Brasília, ano 2, n. 15, p. 05, jul. 1998.

NETO, Fonseca. João Gabriel Baptista. Jornal Diário do Povo. Teresina, 4 set. 2000.

NETO, O. F. Viagem Pictórica pelo Rio Parnaíba. Brasília, 2006.

NIÈDE Guidon Ganha Prêmio de Conservação Ambiental da Ford. Jornal do Comércio, Recife, 05 dez. 1997.

NOVO Projeto Tenta Salvar o Rio Parnaíba. Jornal O Dia. Teresina, 25 nov. 1990. Caderno Cidade, p. 07.

NUCLEO Desert. Proposta de plano de ação para estudo da desertificação no nordeste. Teresina, 1985.

ONG + vida: Piauí Defendendo o Meio Ambiente. Jornal Meio Norte. Teresina, 05 mar. 2007. Caderno B, p. 02.

PARAÍSO dos Animais em Extinção. Jornal Meio Norte. Teresina, 23 jun. 2001. Caderno Alternativo.

PARQUE Ganhará Complexo Turístico Gigantesco. Jornal Meio Norte. Teresina, 30 nov. 1999. Caderno Alternativo.

PECCEI, A. Cem páginas para o futuro. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

PIAUI. Decreto nº 4, de 07 de janeiro de 1890. Diário Oficial do Estado. Teresina, 1890.

PIRIPIRI vai ganhar frigorífico de pescados. Jornal Meio Norte. Teresina, 02 de out. 2005.

PIZZI, P. A. (coord.) Ecolista: Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas. 2. ed. rev. ampl. Curitiba: [s.n.], 1996.

POVO de Teresina Ganhará Fruteiras. Jornal O Estado. Teresina, 01 jun. 1990. Caderno B, p. 02.

RELATÓRIO Final do Projeto Proteção Ambiental da Bacia do Rio Parnaíba. Teresina [s.n.], 1990.

RELATÓRIO Parcial do Projeto Recuperação de Áreas Degradadas em Matas Ciliares da Bacia do Rio Parnaíba. Teresina [s.n.], 1991.

RIBEIRO, W. C. A ordem ambiental internacional. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RICHARDSON, R. J. e cols. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. Rio de Janeiro: Atlas. 1999.

RIO Caldeirão. Informativo FUNEP. Piripiri, jul. 1994.

RIO Parnaíba Ganha Cuidados Especiais dos Ecologistas. Jornal Diário do Povo. Teresina, 26 jan. 1992.

RIOS viram depósitos de dejetos. Jornal Meio Norte. Teresina, 22 mar. 2000. Caderno Municípios.

RODRIGUES, V. et al. A Desertificação no Nordeste do Brasil: diagnóstico e perspectivas. Brasília: FGEB, 1992.

_____. Processos de Desertificação no Estado do Piauí. Carta CEPRO. Teresina, v. 12, n. 2, p. 85-105, ago/dez. 1987.

SANTOS, T. M. M. Maior Desmatamento do Nordeste Acontece no Piauí. Jornal Folha do Meio Ambiente. Brasília, p. 18, out./nov. 2006a.

_____. PIAUÍ: Desastre Ambiental na BR 316. Jornal Folha do Meio Ambiente. Brasília, p.24-25, dez. 2006b.

_____. Jornalismo Ambiental: uma pauta para a imprensa o Piauí. 2006. Monografia (Especialização em Ecoturismo e Educação Ambiental) - Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2006c

_____. OAB-PI Entra na Luta pelo Parque das Nascentes. Jornal Folha do Meio Ambiente. Brasília, p. 08-09, out. 2007a.

_____. Desvio de Recursos da ANA na Secretaria de Meio Ambiente do Piauí. Jornal Folha do Meio Ambiente. Brasília, p. 11-13, nov. 2007b.

_____. O fim do Cerrado e o Mau Exemplo da Bunge. Jornal Folha do Meio Ambiente. Brasília, p. 11-13, nov. 2007c.

SEMANA do Meio Ambiente Começa dia 1º de Junho. Jornal O Dia. Teresina, 10 de maio 1990. Geral, p. 02.

SEMINÁRIO de Preservação do Açude Obtém Êxito. Jornal Campo Maior. Campo Maior, 02 de set.1994.

SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DO RIO PARNAÍBA, 4, 1989, Teresina. Anais... Teresina: FURPA/ABIOPI, 1990.

SEMINÁRIO SOBRE DESERTIFICAÇÃO NO NORDESTE, Brasília. Documento Final. Brasília: SEMA/SPL, 1986.

SILVA, D. C. e. Poesias Completas. 4.ed. rev. e anotada por Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SINTAXE Verde. Jornal. Teresina, p. 11, 02 nov. 1992.

SIRKIS, A. Enquanto isso, na terra do pau-brasil... In: McCORMICK, J. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

SPOSATI, A. Movimentos utópicos da contemporaneidade. In: SORRENTINO, M. (coord.). Ambientalismo e participação na contemporaneidade. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

TAVARES, Z. O Piauí no Século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea, 2003.

TAVOLARO, S. B. de F. Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

TÉCNICOS Protegem Áreas Ambientais. Jornal O Dia. Teresina, 22 jun. 1996.

TERRA Desolada. Jornal Diário do Povo. Teresina, 04 mar. 1994. Caderno Cidade

TRINDADE, A. A. C. Direitos Humanos e Meio Ambiente: Paralelo dos Sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1993.

UEMA, E. E. Pensando e praticando a educação no processo de gestão ambiental controle social e participação no licenciamento. Brasília: IBAMA, 2006.

URBAN, T. Saudade do matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998.

VIEIRA, L. Fragmento de um discurso ecológico. São Paulo: Gaia, 1990.

VIOLA, E. J. LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. IN: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (org.). Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. São Paulo: UNICAMP, 1992.

WALL Instala Conselho de Ecologia. Jornal O Dia, Teresina, 05 jun. 1987.